



III – IGUALDADE DE DIREITOS E DE OPORTUNIDADES



III – IGUALDADE DE DIREITOS E DE OPORTUNIDADES

1. Redução das Desigualdades, Proteção Social e Segurança Alimentar e Nutricional

a) Redução das Desigualdades

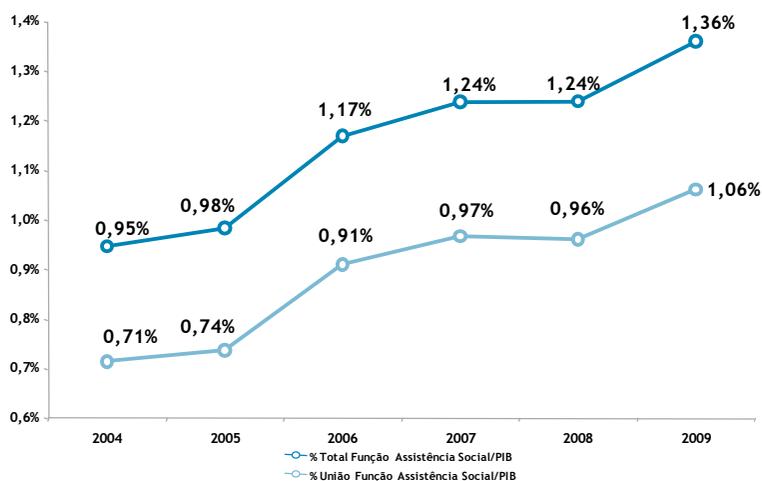
A partir da Constituição Federal de 1988 ocorreu uma forte mudança de paradigma em relação às políticas sociais no Brasil, que passaram a ser estruturadas como políticas públicas de caráter continuado e permanente. Na perspectiva de construção das bases de um Estado de Bem-Estar Social, a serviço do interesse público, a Constituição alargou o espectro dos direitos sociais e o campo da proteção social sob responsabilidade estatal, com impactos relevantes no que diz respeito ao desenho das políticas, seu financiamento e à seleção de beneficiários e benefícios.

Para dar cumprimento às determinações constitucionais de universalização das políticas sociais, descentralização e participação social, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e, com ele, a implantação de dois grandes Sistemas Públicos: o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), em 2005, e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), em 2006. Por meio destes sistemas descentralizados e participativos, e da articulação federativa que eles efetivam, o Governo fez chegar aos cidadãos brasileiros serviços, programas e benefícios que contribuem para que o País cumpra as diretrizes de erradicação da extrema pobreza, de redução da desigualdade, de garantia de segurança alimentar e nutricional e de acesso às ações de assistência social.

A gestão de políticas públicas por meio dos referidos sistemas contribuiu para a efetiva articulação e participação dos entes federados, integrando União, Estados e Municípios no esforço de efetivar as garantias de proteção social firmadas na Constituição Federal. A instituição dos sistemas propicia ainda a integração das instituições privadas e das organizações da sociedade civil, assim como da população e dos usuários das políticas, num processo de ampliação de direitos sociais e de aprofundamento da democracia brasileira.

No tocante ao volume de recursos, a institucionalização da política de proteção e promoção social trouxe uma clara expansão dos recursos da Assistência Social, principalmente no nível federal. Os recursos investidos cresceram em termos nominais 132,6% no período 2004-2009, e, em relação ao PIB, evoluíram de 0,95%, em 2004, para 1,36%, em 2009, conforme evidencia o Gráfico abaixo. A ampliação de recursos demonstrada ilustra a opção por uma política social de Estado concebida com foco nos mais pobres e uma clara prioridade de atuação e intervenção comprometidas com a agenda social.

Evolução dos recursos da Assistência Social em relação ao PIB, em termos nominais (2004-2009)



Fonte: SIAFI, SISTN/STN e IBGE.

Elaboração: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome



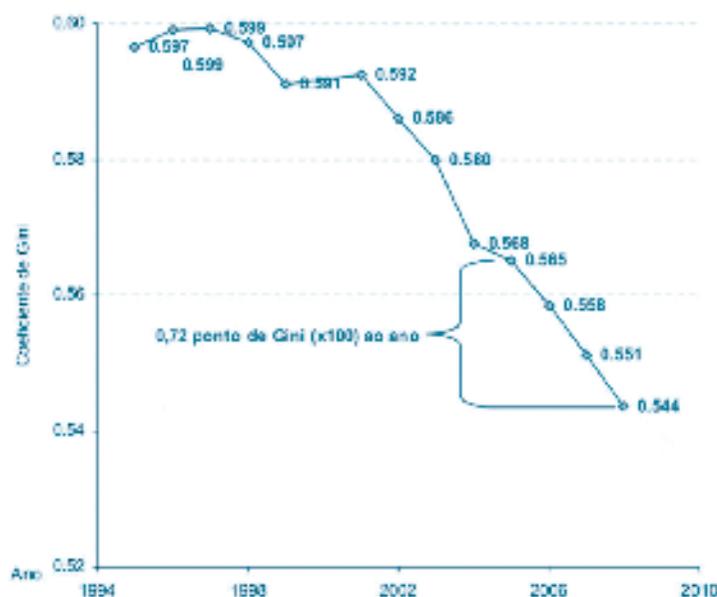


A relevância das escolhas políticas realizadas nas últimas duas décadas pode ser bem avaliada com a lembrança de que, anteriormente, cerca de um em cada quatro brasileiros estava sujeito à extrema insegurança alimentar e vivia um cotidiano marcado pela fome e pelo não reconhecimento de direitos sociais básicos. De fato, em 2003, 23% da população brasileira (39,3 milhões de pessoas) sobreviviam com renda inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo atual. Atualmente, milhares de brasileiros tiveram a oportunidade de se incluir na rede de proteção social que transformou o Brasil: 27,9 milhões de brasileiros saíram da pobreza entre 2003 e 2009. A desnutrição infantil diminuiu 62%, caindo de 12,5% (2003) para 4,8% (2008), estando próxima de ser zerada em 2010, e a taxa de ocupação de crianças de 5 a 17 anos (trabalho infantil) apresentou queda de quase 15%, entre 2006 e 2009.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a tendência de queda da concentração de renda observada nos últimos anos continua. O Coeficiente de Gini alcançou, em 2009, 0,544 evidenciando progresso social e declínio da desigualdade de renda de forma sistemática.

Essa redução contínua do Índice de Gini pode ser explicada pelo aumento dos rendimentos de trabalho e do rendimento médio mensal real de todas as fontes em todas as classes, especialmente nas dos rendimentos mais baixos. A despeito da crise econômica de 2008, a desigualdade seguiu decrescendo entre 2008 e 2009, embora a um ritmo pouco menor do que entre 2005 e 2008, conforme se observa no Gráfico a seguir.

Evolução do coeficiente de Gini entre 1995 e 2009



Fonte: Estimativas produzidas pelo Ipea, com base nos microdados da PNAD de 1995 a 2009, e publicadas no Comunicado Ipea nº 63, de 5 de outubro de 2010. Elaboração: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Os estudos apontam a influência das transferências de recursos da previdência e assistência social brasileira na renda dos domicílios, impactando de forma positiva a redução da pobreza e desigualdade nos últimos 20 anos, conforme destaca o Comunicado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) “Previdência e Assistência Social: Efeitos no Rendimento Familiar e sua Dimensão nos Estados”. Tais transferências sofreram expansão e consolidação nas duas últimas décadas, influenciadas pela instituição da seguridade social, pela política de valorização do salário mínimo e pela maior importância concedida às políticas sociais. Hoje as transferências previdenciárias e da assistência social representam quase 20% da renda das famílias brasileiras, em todas as Regiões, sobretudo para os estratos mais empobrecidos da população.





O conjunto das iniciativas adotadas no âmbito da assistência social contribuíram para que o Brasil atingisse, já em 2007, a meta de redução da extrema pobreza que havia sido proposta no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). A meta proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) era a de redução da extrema pobreza à metade entre 1990 e 2015 – mas o Brasil se propôs a reduzir a extrema pobreza a 1/4 do que era no início do período, alcançando tal objetivo antes do período proposto. Em 1990, 25,6% dos brasileiros tinham renda domiciliar per capita abaixo da linha de pobreza extrema; em 2007, a extrema pobreza havia caído a 6,1% e o País alcançava a meta autoestabelecida: em 2008, o percentual de brasileiros abaixo da linha da extrema pobreza recuou para 4,8%, ou seja, menos de 1/5 do verificado em 1990.

De fato, o progressivo aprimoramento das políticas sob responsabilidade do MDS e a consolidação do SUAS e do SISAN têm possibilitado de forma efetiva um expressivo conjunto de avanços. Além dos já citados, cabe lembrar a maior permanência de crianças e adolescentes na escola, a queda dos indicadores de desnutrição e mortalidade na infância e o alcance de maior autonomia por parte das mulheres, todos resultantes dos impactos do Programa Bolsa Família (PBF), conforme aferição dos estudos de avaliação realizados. Devem ainda ser lembradas as iniciativas destinadas a famílias, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais, além de populações indígenas e quilombolas, e assentados da reforma agrária. Desdobrando-se em programas implantados com gestão democrática descentralizada, tais iniciativas têm contribuído efetivamente para a melhoria das condições de vida da população brasileira.

Ao priorizar o enfrentamento à pobreza e à fome e promover amplos investimentos em ações e políticas de promoção e inclusão social, o Governo deu visibilidade aos grandes problemas sociais do País. Mais do que isso, atacando-os, resgatou a dignidade e garantiu melhores condições de vida a milhões de brasileiros. A prioridade dada ao tema fez com que o País se mobilizasse no sentido de estruturar uma rede de serviços e benefícios, envolvendo milhares de cidadãos, de gestores e de técnicos em torno do trabalho de estruturação das políticas nacionais de assistência social, transferência de renda e segurança alimentar e nutricional, efetivando as bases de um novo ciclo de desenvolvimento social do País.

b) Políticas de Proteção Social e Segurança Alimentar e Nutricional

b.1) Transferência de Renda: o Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) é uma das principais políticas de transferência de renda existentes no País. Criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, tem como objetivo contribuir para a superação da pobreza no Brasil por meio de três frentes de atuação: a transferência direta de renda, que representa uma melhoria imediata nas condições de vida das famílias pobres; o acompanhamento das condicionalidades, como reforço do direito de acesso das famílias aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social, contribuindo para romper o ciclo de pobreza entre gerações; e a oferta de programas complementares, que abrem oportunidades de desenvolvimento das famílias beneficiárias.

Em 2009, houve um aumento no valor dos benefícios que elevou o valor do Benefício Básico para R\$ 68,00 o valor do Benefício Variável para R\$ 22,00 e o valor do Benefício Variável Vinculado ao Adolescente para R\$ 33,00. No mesmo ano, a meta de atendimento do Programa foi ampliada e o processo de expansão foi iniciado.

Em 2010, deu-se continuidade à expansão do Programa, que iniciou o ano com 12,4 milhões e chegou a 12,8 milhões de famílias beneficiárias em dezembro, abrangendo todos os Municípios. Houve também uma considerável expansão no atendimento de grupos específicos marcados pela vulnerabilidade, como é o caso dos povos indígenas e das comunidades quilombolas. O número de famílias indígenas cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) saltou de 77,6 mil,





em janeiro, para 83,4 mil, em novembro de 2010, e o número de famílias indígenas beneficiárias passou de 65,3 mil para 67,3 mil no mesmo período. Por sua vez, o número de famílias quilombolas cadastradas foi de 33,2 mil, em janeiro, para 39,6 mil, em novembro de 2010, e o número de famílias quilombolas beneficiárias aumentou de 26,4 mil para 31,6 mil, no mesmo período considerado.

Em 2010, o desembolso do Bolsa Família com pagamento de benefícios alcançou R\$ 13,46 bilhões, soma que deverá representar 0,38% do PIB. O Programa pode ser assim caracterizado como de baixo custo, considerando-se não apenas o tamanho do público atendido, mas também o impacto significativo do Bolsa Família na redução dos indicadores de pobreza e desigualdade. O valor médio do benefício por família passou de R\$ 94,24, em dezembro de 2009, para R\$ 96,97, em dezembro de 2010.

O processo de revisão cadastral das famílias beneficiárias, iniciado em 2009, teve continuidade ao longo de 2010. Das 1.168,7 mil famílias selecionadas para a revisão ao longo de 2010, 387,7 mil tiveram o benefício bloqueado em novembro por falta de atualização dos seus dados no Cadastro Único. Dessas, 309,8 mil permaneciam com benefício bloqueado em janeiro de 2011 e podem ter seus benefícios cancelados.

Em 2010, o Índice de Gestão Descentralizada (IGD) continuou cumprindo o papel de dar suporte às gestões estaduais e municipais do Programa Bolsa Família. Em 2009, o IGD foi tornado despesa obrigatória por meio da Lei nº 12.058, de 13 de outubro; em 2010, merece destaque a publicação do Decreto nº 7.332, de 19 de outubro, que alterou a regulamentação do IGD. Até dezembro de 2010, foram transferidos aos Municípios R\$ 263,9 milhões para apoio às atividades de gestão do Programa. Por meio do IGD-E, foram transferidos aos Estados, até dezembro de 2010, R\$ 8,2 milhões.

Com base no acompanhamento do IGD municipal, foi desenvolvido o Projeto de Acompanhamento da Qualidade da Gestão Municipal do Bolsa Família e do Cadastro Único. Esse projeto envolve visitas de equipes do MDS a um conjunto de Municípios, para elaboração de um diagnóstico da gestão municipal do Programa e a confecção de um plano de providências. Até dezembro de 2010, foram visitados 39 Municípios, com aplicação de 39 questionários e elaboração de 24 relatórios e planos de providência.

O acompanhamento das condicionalidades do PBF teve uma trajetória de crescimento desde a criação do Programa. Em novembro de 2006, 62,8% dos estudantes beneficiários entre 6 e 15 anos tinham a frequência escolar acompanhada. Esse percentual subiu para 84,7% em novembro de 2007 e alcançou 89,6% em novembro de 2009, representando cerca de 14 milhões de alunos em acompanhamento. Em dezembro de 2010, o acompanhamento da frequência escolar permaneceu em 89,6%. O acompanhamento da frequência dos alunos entre 16 e 17 anos alcançou, em 2010, 79,5%, dois anos depois da criação do Benefício Variável Vinculado ao Adolescente. Finalmente, 68,4% das famílias com perfil saúde tiveram a condicionalidade na área acompanhada no segundo semestre de 2010 – percentual que, no segundo semestre de 2006, chegava a apenas 33,4%.

Ainda em relação às condicionalidades, vale destacar os resultados positivos apresentados na pesquisa de avaliação de impacto do PBF quando da análise das famílias beneficiárias do Programa. Houve aumento no número de crianças amamentadas e no período da amamentação pelas mães, diminuição do número de partos prematuros, aumento nos índices de vacinação, aumento da frequência escolar dos jovens, em especial nos de 15 a 17 anos, além de um melhor índice de manutenção das crianças na escola e de suas taxas de progressão.

Grande parte dos processos de gestão do Bolsa Família foram, até aqui, apoiados por sistemas relativamente isolados. Esse quadro começa a mudar com a entrada em operação do Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SigPBF). Os diversos módulos do SigPBF (como os de gestão do Cadastro Único; de gestão de benefícios; de controle e fiscalização; e de relação com Estados e Municípios, entre outros) serão integrados e funcionarão como um importante instrumento para gestores municipais, estaduais e federal. Alguns módulos do SigPBF já estão em operação. Ao longo de 2011, todos os módulos que o compõem deverão estar em pleno funcionamento.





Em 2010, o Projeto de Inclusão Bancária, lançado em 2008, continuou fazendo parte das iniciativas voltadas para aumentar as oportunidades das famílias beneficiárias do Bolsa Família. Neste ano, o número de famílias do Programa que passaram a ter acesso à conta simplificada para receber seus benefícios e fazer operações bancárias alcançou 2,9 milhões.

Finalmente, em 2010, foram divulgados os resultados da 2ª rodada da Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família, que demonstrou os bons resultados do Programa nas áreas de saúde e educação. As crianças e adolescentes beneficiários entre 6 e 17 anos tiveram taxa de frequência 4,4 pontos percentuais superior à das crianças e adolescentes não beneficiários com igual perfil socioeconômico. A taxa de aprovação do grupo de beneficiários foi 6,0% superior ao do grupo de não beneficiários. As crianças beneficiárias, sempre na comparação com um grupo não beneficiário de igual perfil socioeconômico, tiveram taxas de vacinação em dia mais altas. Esses resultados evidenciam a contribuição do Programa para dar melhores perspectivas de futuro para as crianças e os jovens das famílias pobres.

Para 2011, espera-se institucionalizar as regras de reajuste dos critérios de elegibilidade do Programa (linhas de pobreza) e do valor dos benefícios.

b.1.1) Cadastro Único para Programas Sociais

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é o instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda. Em novembro de 2010, o total de famílias cadastradas chegou a 20,47 milhões, 19,2 milhões das quais possuem renda até meio salário mínimo.

As informações do Cadastro Único viabilizam a seleção de famílias para programas sociais nas esferas federal, estadual e municipal. O cadastramento é executado pelos Municípios por meio da coleta de dados das famílias e as informações são consolidadas em nível federal. As principais informações das famílias cadastradas são: características do domicílio, composição familiar, identificação e documentação civil de cada membro da família, qualificação escolar dos membros da família, qualificação profissional e situação no mercado de trabalho, rendimentos e despesas familiares.

Em 2010, entrou em operação a Versão 7 do aplicativo do Cadastro Único e, com ela, o novo formulário de coleta de dados, que se aproxima conceitualmente do Cadastro das pesquisas conduzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com esse novo formulário foi ampliada a capacidade de identificação de grupos vulneráveis, como povos e comunidades tradicionais ou famílias em situação de rua, e da caracterização da pobreza.

As informações do Cadastro Único viabilizam a seleção de famílias para programas sociais complementares executados pelas três esferas de governo. Vários são os programas federais que têm utilizado a base do Cadastro Único, tais como: Tarifa Social de Energia Elétrica; Luz para Todos; Brasil Alfabetizado; Projovem Adolescente; Próximo Passo; além das linhas de microcrédito do Banco do Nordeste e o Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES).

b.2) Geração de Oportunidades às Famílias Pobres

Dar continuidade e intensificar o processo de redução da pobreza e das desigualdades sociais requer a adoção de medidas que potencializem a incorporação de mais brasileiros à renda monetária duradoura, fruto do trabalho. Em janeiro de 2010, o MDS foi reestruturado com o objetivo de, entre outros, acelerar as ações de inclusão produtiva para o público do Cadastro Único. Desde então, criou e redirecionou seus mecanismos de atuação visando a formular e desenvolver estratégias e ações que ampliassem oportunidades de trabalho digno para populações em situação de vulnerabilidade econômica e social. Foi desenvolvida uma plataforma





de trabalho para gerar novas ideias sobre o conceito de inclusão produtiva e realizar prospecções de oportunidades, lançando as bases de uma Política Nacional de Inclusão Produtiva.

b.2.1) Política Nacional de Inclusão Produtiva

Um anteprojeto de lei prevendo a criação da Política Nacional de Inclusão Produtiva (PNIP) está em discussão no Governo, com foco no apoio a um ambiente favorável à preparação para o mundo do trabalho de pessoas em situação de vulnerabilidade social e com baixos níveis de renda e de escolaridade, identificados no Cadastro Único. Neste documento estão propostos conceitos, princípios e diretrizes para a inclusão produtiva, a formalização de novas relações de produção voltadas para empreendimentos hoje informais, a instituição do Sistema Nacional de Inclusão Tecnológica e Extensão Urbana (SINTEUR), a montagem de linhas de crédito para empreendimentos que comprovadamente promovam a inclusão produtiva e o acesso a compras públicas.

O objetivo do anteprojeto é o de intensificar o virtuoso processo de redução da pobreza e das desigualdades sociais potencializado pelos programas de transferência de renda, e amparado pelo forte crescimento econômico. O projeto é orientado para dinamizar um processo econômico e social que conduza à formação de cidadãos integrados ao mundo através do trabalho e que proporcione autonomia para as pessoas sobreviverem de maneira digna e sustentável.

Um dos vetores de atuação do PNIP é o novo ciclo de investimentos públicos e privados de grande porte em curso no País nos setores de infraestrutura, transportes e energéticos, com fortes impactos territoriais. O novo ciclo vem sendo promovido principalmente pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), entre outros. A implantação desses projetos requer articulação, planejamento e ação multisetorial que aproveite plenamente o potencial de inclusão produtiva do público do Cadastro Único, associada a um processo de dinamização do território. O Governo trabalha no sentido de tornar mais potentes metodologias para a atuação multisetorial em coordenação com as demais esferas de Governo – estaduais e municipais. Como exemplos de ações em curso que aproveitam as oportunidades de inclusão produtiva geradas pelo novo cenário de investimentos cabe citar o Programa Próximo Passo e o reforço escolar para beneficiários de políticas sociais.

O Próximo Passo é uma ação de qualificação e de inserção profissional voltada para os beneficiários do Programa Bolsa Família, realizada pelo Governo – por meio dos Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE) responsável pelas ações de qualificação profissional; MDS, responsável pela mobilização dos beneficiários, e Turismo (MTur) em parceria com Estados, Municípios, empresários e trabalhadores. Trata-se de uma ação complementar ao Bolsa Família que busca gerar oportunidades de inserção profissional, para os beneficiários titulares e dependentes, nos setores da economia de maior crescimento.

Em 2009 e 2010 foram oferecidos cursos nos setores da construção civil, impulsionados pelas obras do PAC e PMCMV, e do turismo, em decorrência dos investimentos realizados para a Copa do Mundo FIFA 2014 e para as e Paraolímpicos Rio 2016. Na construção civil, o Programa beneficia famílias nas regiões metropolitanas de 18 Estados. No setor de turismo, são atendidos beneficiários de 22 capitais brasileiras. Desde 2009, 154.770 vagas foram ofertadas.

Ainda na área de qualificação profissional, também merece destaque o reforço escolar promovido para beneficiários de programas sociais visando a prepará-los para o 5º Ciclo do Plano Nacional de Qualificação do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás (Prominp). O Programa conta com a coordenação geral do Ministério de Minas e Energia e com a coordenação executiva da Petrobras. Por meio deste programa, a empresa oferece cursos gratuitos com bolsas de estudo aos candidatos aprovados em seu processo seletivo. A idade mínima para concorrer às vagas é 18 anos. O processo seletivo para o 5º ciclo foi realizado em outubro de 2010 e selecionou 27.915 pessoas a serem qualificadas para este setor em 2011. O MDS, em parceria com a Petrobras, SESI, MEC, governos estaduais da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Pernambuco e Rio de Janeiro, e prefeituras de Mossoró (RN) e São





Luís (MA), apoiou cursos de reforço escolar para cerca de 30 mil alunos. Aproximadamente 20.000 pessoas solicitaram isenção do pagamento da taxa visando a concorrer às vagas oferecidas. Em 2011 está prevista a ampliação deste reforço escolar para todos os Estados nos quais está programada a realização do 6º Ciclo do Plano Nacional de Qualificação do Prominp.

b.2.2) Intensificação das Ações em Execução

O Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social (CNDS), criado pelo Decreto nº 6.393, de 12 de março de 2008, visa a conjugar esforços da União, Estados e Distrito Federal para pactuar metas de desenvolvimento social e combate à fome, direcionados à inclusão social e à promoção da cidadania. Por meio da Portaria MDS nº 343, de 10 de outubro de 2008, o CNDS foi formalizado em sua operacionalização, viabilizando a pactuação com os Estados e Distrito Federal visando ao desenvolvimento de ações de inclusão produtiva. Até dezembro de 2010, 25 Estados e o Distrito Federal aderiram a esse Compromisso. Foram celebrados, entre 2008 e 2010, convênios com 9 unidades da Federação visando à execução de projetos de inclusão produtiva, nos quais foram aprovados recursos na ordem de R\$ 139,2 milhões para projetos com vigência de 2 a 3 anos.

O MDS estabeleceu cooperação com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) de forma que o Banco aportará recursos não reembolsáveis do seu Fundo Social para a aquisição de equipamentos e a realização de obras nos projetos de inclusão produtiva apoiados pelo MDS e executados por governos estaduais no âmbito do CNDS. Em 2010 a execução desta parceria se deu por meio dos acordos firmados com os Estados do Acre, no valor de R\$ 10,2 milhões, e do Ceará, no valor de R\$ 6,3 milhões.

Outra relevante ação é a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, que tem por objetivo a instalação de 27 Centros de Referência para conexão dos catadores com o mundo da informação, além de mobilizar, articular e capacitar 12 mil catadores em todo País. A parceria do MDS com o BNDES para o fortalecimento da cadeia produtiva da reciclagem em cinco Estados, conta com aporte de recursos da ordem de R\$ 8 milhões que vêm sendo aplicados em investimentos para apoio a projetos de inclusão produtiva e articulação de redes de comercialização nas associações e cooperativas de catadores.

Em 2011, está previsto o investimento de R\$ 10 milhões para o desenvolvimento e replicação de tecnologia social para a redução do esforço humano no processo de trabalho da coleta, separação e reciclagem dos resíduos. São parceiros dessa iniciativa o BNDES, a Fundação Itaipu e o Movimento Nacional de Catadores de Materiais recicláveis (MNCR).

A Estratégia Fome Zero, coordenada pelo MDS, atendeu no último ano, com doações de vestuário e alimento, todos os Municípios nos Estados de Pernambuco e Alagoas atingidos pelas enchentes. Outra ação já realizada refere-se à destinação de bovinos resultantes da apreensão, pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), de 341 semoventes do interior da Reserva Extrativista do Rio Xingu, no Município de Altamira, Estado do Pará. Em virtude da necessidade de destinação urgente, os semoventes foram repassados à Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado do Pará para execução de projetos de segurança alimentar, direcionados a agricultores familiares e comunidades tradicionais, especialmente quilombolas, passíveis de enquadramento nos programas sociais.

Cabe destacar ainda as doações eventuais ao Fome Zero, que ocorrem de forma voluntária, por pessoas físicas ou jurídicas, visando a beneficiar entidades ou comunidades em situação de vulnerabilidade. O valor aproximado das doações efetuadas entre 2003 e 2010, de acordo com as prestações de contas finalizadas, chega a R\$ 43 milhões.

b.3) Ampliação dos Serviços Socioassistenciais

O SUAS é um dos componentes da estratégia do Governo para combater a exclusão, a pobreza e as desigualdades, contribuindo para a promoção da cidadania por meio da proteção social às famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social.





Decorridos cinco anos de implantação do SUAS, na busca por constituir um sistema único, o Governo Federal tem implementado um conjunto de ações visando a orientar e apoiar o processo de constituição e qualificação do sistema em conjunto com os entes federados. Como resultado desse esforço, em novembro de 2010, 5.532 Municípios (99,4%) já se encontravam habilitados em algum nível de gestão do SUAS, sendo 372 (6,7%) em gestão inicial, 4.771 (85,7%) em gestão básica e 389 (7,0%) em gestão plena. Em 2010, houve ainda uma grande migração dos Municípios habilitados em gestão inicial para a gestão básica, em consequência, principalmente, do reordenamento dos recursos do piso básico de transição, que passaram a financiar os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), tendo como exigência mínima a habilitação na gestão básica.

No conjunto de suas ações, em 2010, destacam-se a expansão da rede de unidades estatais prestadoras de serviços, os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS); a implantação de unidades CREAS específicas para a população em situação de rua (CREASPOP); a implantação do novo modelo de avaliação das pessoas com deficiência visando ao acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC); a expansão da cobertura do Projovem Adolescente; e as medidas que visam à regulação, qualificação da gestão e ampliação da capacidade institucional e de coordenação do sistema.

Os CRAS são unidades públicas estatais responsáveis pela organização e oferta de serviços de proteção social básica em seu território, voltados à prevenção de situações de risco social. Cada CRAS, necessariamente, e de forma exclusiva, oferta o PAIF. O Censo SUAS-2010 registrou a existência de aproximadamente 6,8 mil CRAS, em 4.720 Municípios e no Distrito Federal. Como parte do Plano Integrado de Enfrentamento ao *Crack* e outras Drogas, em 2010 o cofinanciamento federal para o PAIF foi ofertado a todos os Municípios, resultando em uma expansão que representou um grande passo para a universalização da Proteção Social Básica (PSB), referenciando aproximadamente 20,4 milhões de famílias, o que exigiu um aporte de recursos de aproximadamente R\$ 424 milhões. Para 2011, a previsão é de aportes de recursos de cerca de R\$ 435 milhões.

Além disso, 2010 foi o primeiro ano em que todos os serviços de PSB encontravam-se tipificados. Dentre eles, destacam-se a implantação dos Serviços de Proteção Social Básica a Pessoas Idosas e a Crianças de até seis anos e suas famílias, ofertados em aproximadamente 3.900 Municípios a 900 mil pessoas, e o Projovem Adolescente.

O Projovem Adolescente é uma das quatro modalidades do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), que visa a complementar a proteção social básica à família e estimular a inserção, reinserção e a permanência dos adolescentes de 15 a 17 anos no sistema educacional. Em 2010 a cobertura do Projovem Adolescente alcançou mais de 3,6 mil Municípios, oferecendo aproximadamente 650 mil vagas em 26 mil coletivos, demandando recursos da ordem de R\$ 311 milhões. Para 2011, a previsão é de investimento da ordem de R\$ 343 milhões.

O BPC constitui em renda mensal no valor de um salário mínimo destinado às pessoas idosas (a partir de 65 anos) e às pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família. O BPC alcançou, em 2010, a cobertura de aproximadamente 1,8 milhão de pessoas com deficiência e 1,6 milhão de idosos, investindo cerca de R\$ 20,1 bilhões. Para 2011, estima-se que essa garantia de renda beneficiará aproximadamente 1,9 milhão de pessoas com deficiência e 1,7 milhão de idosos, com investimento de R\$ 23 bilhões, refletindo a dinâmica demográfica, a superação de barreiras informacionais para acesso ao benefício e a implementação do novo Modelo de Avaliação da Deficiência e do Grau de Incapacidade das pessoas com deficiência, com base nos parâmetros estabelecidos pela Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), em 2009. O novo modelo torna a avaliação mais justa, ao considerar as funções e estrutura do corpo e o contexto social em que a pessoa se insere, favorecendo a universalização do acesso a todos aqueles que atendem aos critérios estabelecidos legalmente. Além disso, por meio do Programa BPC na Escola são identificados os beneficiários com deficiência (preferencialmente de 0 a 18 anos) que se encontram excluídos da educação regular, visando a garantir-lhes o acesso e permanência na escola, bem





como o acompanhamento do beneficiário e de sua família, com o objetivo de favorecer sua inclusão social e elevação da qualidade de vida. Até 2010, o BPC na Escola atingiu aproximadamente 218 mil beneficiários, em 2,5 mil Municípios. Em 2011, buscar-se-á a adesão de mais 2.900 Municípios, possibilitando expandir a cobertura a outros 108 mil beneficiários. Em 2010 também foram implementadas ações piloto do Projeto BPC Trabalho, que visa a desenvolver ações que favoreçam o acesso ao trabalho dos beneficiários com deficiência, prioritariamente na faixa etária de 16 a 45 anos, e que apresentem condições e interesse de participarem de atividades relativas à capacitação profissional e acesso ao trabalho. Destaca-se ainda que, com a edição da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, os beneficiários do BPC tiveram seus domicílios incluídos como público da Tarifa Social de Energia Elétrica.

A Proteção Social Especial (PSE) organiza, no âmbito do SUAS, a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado destinados a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos. Nesse sentido, os serviços destinam-se ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de violência física, psicológica e negligência; abandono; violência sexual; situação de rua; trabalho infantil; cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto; afastamento do convívio familiar, dentre outras.

A PSE organiza-se em dois níveis de complexidade: a proteção social especial de média e de alta complexidade. Os serviços de média complexidade oferecem atendimento especializado às famílias e aos indivíduos em situação de risco pessoal e social e violação de direitos, sendo o CREAS a principal unidade pública-estatal de oferta desses serviços, dos quais o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é prestado necessária e exclusivamente nessas unidades.

Em 2010, o MDS realizou uma importante revisão do cofinanciamento da oferta de serviços pelos CREAS, que incluiu a regulamentação de novos parâmetros de cofinanciamento e a sua expansão, em razão do já referido Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, o que possibilitou significativa ampliação da cobertura de atendimento no País. Com essa expansão, atualmente em mais de 940 Municípios novas unidades estão sendo implantadas, de forma a ampliar a cobertura da rede para 2.170 unidades CREAS, distribuídas em 1.955 Municípios, demandando recursos da ordem de R\$ 185 milhões. A expansão do cofinanciamento possibilitou ainda a ampliação da oferta, pelos CREAS, do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, representando um salto de 388 para mais de 900 Municípios com cofinanciamento do Governo Federal. Em novembro de 2010, teve início o processo de implantação de 101 unidades de CREASPOP em 88 Municípios, voltado à oferta do Serviço Especializado para Pessoa em Situação de Rua. A meta para 2011 é cofinanciar a oferta deste Serviço em 116 Centros de Referência Especializados, presentes em todos os 99 Municípios com mais de 250.000 habitantes. Além disso, dentre os serviços de média complexidade também são ofertados serviços de habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência e idosos, em 1.558 Municípios.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade, por sua vez, se propõe a ofertar serviços especializados (abrigo, casa-lar), com o objetivo de aprofundar acolhimento a indivíduos e famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e comunitário de origem. Em 2010, o Governo Federal destinou o cofinanciamento para a oferta de diferentes modalidades de serviços de acolhimento em 852 Municípios. Em 2011 está prevista a expansão destes serviços para 170 Municípios com população superior a 50 mil habitantes, o que permitirá o atendimento a aproximadamente 63 mil pessoas (média mensal).

No total está previsto para 2011 o cofinanciamento da prestação de serviços de média e alta complexidade em cerca de 2.460 unidades do CREAS (municipais e regionais), contando com um aporte de R\$ 288,0 milhões, possibilitando o atendimento a 141 mil famílias e indivíduos e 32,6 mil adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no âmbito da PSE.

No âmbito da Política de Assistência Social, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) compreende a transferência de renda, o trabalho social com as famílias e a oferta de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para as crianças





e adolescentes afastados da situação de trabalho, com o objetivo de contribuir para o enfrentamento e a erradicação do trabalho infantil no País. Com efeito, o trabalho infantil tem apresentado redução significativa ao longo desta década, passando de 8,52% (2001) para 5,63% (2009) no grupo etário atendido pelo programa (de acordo com PNAD/IBGE). Em 2010, o cofinanciamento federal para a oferta do SCFV pelos Municípios e Distrito Federal beneficiou aproximadamente 840 mil crianças e adolescentes em 3.540 Municípios, exigindo um investimento da ordem de R\$ 268 milhões. Para 2011 está prevista a expansão da cobertura para aproximadamente 920 mil crianças e adolescentes, com um investimento da ordem de R\$ 249 milhões.

Considerando a situação de emergência e o estado de calamidade pública em 39 Municípios do Estado de Pernambuco e 19 Municípios do Estado de Alagoas, em 2010 foram destinados recursos para essas 58 localidades, com previsão para o atendimento de aproximadamente 147 mil pessoas.

Para o aprimoramento do SUAS, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 2008, o Projeto de Lei nº 3.077, que altera a organização da Assistência Social. O PL-SUAS visa a reordenar a gestão das ações descentralizadas e participativas da Assistência Social, estabelecer regras quanto à gestão, controle social, monitoramento e avaliação da política setorial. Em outubro de 2010, o PL foi aprovado pela Câmara dos Deputados, seguindo para tramitação no Senado Federal.

Outra importante estratégia utilizada para a consolidação do SUAS foi o investimento em capacitações envolvendo gestores, técnicos, conselheiros e prestadores de serviços da Assistência Social. As capacitações dos Conselheiros Municipais de Assistência Social e do Programa Bolsa Família envolveram mais de seis mil trabalhadores de dois mil Municípios. Em 2010, também foram organizadas capacitações sobre o Programa Bolsa Família e o SUAS e sobre Violência contra as Mulheres, direcionadas para os trabalhadores de CRAS e CREAS, que iniciarão atividades neste exercício. Também foram realizados Encontros Regionais e Nacional dos Trabalhadores da Assistência Social, envolvendo 1,7 mil profissionais no debate sobre a política de recursos humanos do SUAS. Para 2011 a meta prevista de capacitação é de 11.728 agentes públicos e sociais, por meio do “Curso de Capacitação sobre Controle Social nos Municípios: Assistência Social e Bolsa Família”.

Também cabe destacar a realização do primeiro censo das entidades privadas de assistência social que possuíam convênio ou outras formas de ajuste com os Municípios e o Distrito Federal, além das entidades certificadas pelo MDS. Esta iniciativa viabilizou um retrato mais preciso do funcionamento dessas entidades, subsidiando o aprimoramento dos serviços prestados pela rede socioassistencial e o fortalecimento do SUAS.

Ainda no que tange ao aprimoramento da gestão e dos serviços ofertados pela rede assistencial, vale enfatizar a importância do monitoramento realizado via institucionalização do Censo SUAS, que a partir de 2010 passa a disponibilizar informações anuais sobre os órgãos de gestão, conselhos e unidades CRAS e CREAS e a realização do Suplemento de Assistência Social na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) em 2009. O Suplemento obteve informações sobre a gestão da assistência social e apontou, entre outros, para os seguintes resultados: 99,9% dos Municípios possuíam estrutura organizacional para tratar da política de assistência social; em 96,4% dos Municípios o órgão gestor da Assistência Social é responsável pelo Cadastro Único; 98,3% dos Municípios declararam haver regulamentação para a área de assistência social, através de Lei Orgânica Municipal e de outros instrumentos normativos; 93,1% declararam possuir Plano Municipal de Assistência Social; 99,3% afirmaram possuir Conselho Municipal de Assistência Social; 97,7% afirmaram possuir Fundo Municipal de Assistência Social, dos quais 91,4% constituídos por unidade orçamentária.

No campo normativo, destaca-se o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamentou a Lei nº 12.101, 27 de novembro de 2009, transferindo a concessão do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para os Ministérios da Educação (MEC), Saúde (MS) e MDS, conforme a área de atuação da entidade interessada.





Para o ano de 2011, pretende-se dar continuidade à realização de oficinas para o fortalecimento do processo de planejamento conjunto entre a União e Estados e a consolidação da política de recursos humanos do SUAS. Outras ações previstas são: i) o aprofundamento da elaboração de orientações técnicas sobre PAIF, Projovem Adolescente e serviços de proteção social básica a pessoas idosas e a crianças de até seis anos e suas famílias; ii) o fortalecimento do uso do sistema de acompanhamento e gestão do Projovem Adolescente (Sisjovem) como ferramenta de monitoramento, controle social e gestão; iii) o acompanhamento e monitoramento das Metas de Desenvolvimento dos CRAS; e iv) o fortalecimento entre o relacionamento entre os Estados e o MDS visando à difusão do conhecimento e da qualificação do acompanhamento aos Municípios.

A partir dos resultados do levantamento nacional das crianças e adolescentes abrigadas em rede de acolhimento concluído em 2010, deverão ser definidas diretrizes para o reordenamento dessa rede de forma a promover: i) a reintegração familiar de crianças e adolescentes abrigados em razão da situação de pobreza de suas famílias; ii) o aprimoramento de parâmetros para funcionamento de equipamentos públicos de proteção social especial; e iii) o aprofundamento da regulação, visando ao reordenamento de serviços desenvolvidos na rede de acolhimento.

Em relação à gestão da rede socioassistencial privada, deverão ser concluídas, em 2011, a implantação do Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social (CNEAS) e a regulamentação do Vínculo SUAS. O CNEAS subsidiará a realização do diagnóstico das necessidades sociais e o planejamento das ações, a partir do conhecimento das potencialidades das entidades em regular funcionamento no País. Por sua vez, o Vínculo SUAS corresponde ao reconhecimento do gestor de que a entidade compõe a rede socioassistencial do SUAS, destinando-se à prestação complementar de serviços socioassistenciais.

b.4) Segurança Alimentar e Nutricional

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional tem por objetivo garantir aos cidadãos o acesso a comida e água em quantidade, qualidade e regularidade suficientes, de maneira sustentável e respeitando as diversidades culturais. Para tanto, são desenvolvidos programas e projetos de produção, distribuição, comercialização e consumo de alimentos, de apoio e incentivo à agricultura familiar, de desenvolvimento regional e outros voltados a populações específicas, como indígenas e quilombolas, contribuindo, assim, para o conjunto de estratégias do Fome Zero.

De acordo com o Suplemento de Segurança Alimentar da PNAD 2009 houve aumento da Segurança Alimentar no Brasil. Em 2009, 69,8% dos domicílios particulares tinham acesso regular e permanente a alimentos em diversidade e quantidade suficiente, em face de 65% do levantamento anterior, realizado em 2004. Isso significa uma diferença – em números absolutos – de 2,8 milhões de domicílios, correspondendo a aproximadamente 11,1 milhões de brasileiros que passaram a viver em segurança alimentar. Nessa mesma esteira ocorreu diminuição do número de domicílios que, em relação a 2004, vivenciaram as formas mais severas de insegurança alimentar, quais sejam, moderada e grave. Foi entre a população com os menores rendimentos (domiciliar per capita de até 1/4 do salário mínimo) que se constatou a maior elevação do nível de segurança alimentar, de 21,6%, em 2004, para 29,5%, em 2009.

b.4.1) Acesso à água

O Programa Segunda Água é uma iniciativa que visa a ampliar as condições de acesso adequado à água para produção de alimentos para o autoconsumo das famílias de baixa renda do meio rural do semiárido, por meio de tecnologias sociais de captação e reserva de águas (cisternas calçadão, barragens subterrâneas, tanques de pedra, barraginhas, bombas d'água populares, entre outros). O Programa tem como foco a produção de alimentos para o autoconsumo, por meio do componente de caráter produtivo da iniciativa, que compreende a capacitação das famílias na produção de alimentos, convivência com o semiárido, intercâmbios de





agricultores para a difusão de ações exitosas, entre outros. Em 2010 foram construídas 4.811 estruturas de “segunda água” (3.852 cisternas calçada, 334 cisternas de enxurrada, 208 barragens subterrâneas, 105 barraginhas, 208 bombas d’água populares e 104 tanques de pedra), com recursos repassados em 2009 e parte em 2010, R\$ 25 milhões no âmbito do MDS, para implementação de 2.500 estruturas que serão concluídas em 2011.

O Programa de Construção de Cisternas utiliza tecnologia popular para a captação e armazenamento de água da chuva e representa uma solução de acesso a recursos hídricos para a população rural do semiárido brasileiro, que sofre com os efeitos das secas prolongadas. Trata-se de uma solução efetiva para a sustentabilidade da vida naquela região, ao garantir fonte de água de boa qualidade para consumo humano, beneficiando grupos sociais mais vulneráveis. Em 2010, foram construídas 40 mil cisternas com recursos repassados em 2009 e foram investidos R\$ 131 milhões no âmbito do MDS, para construção de mais 70.115 que serão concluídas em 2011.

b.4.2) Programa de Aquisição de Alimentos

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) consiste na aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, para doação a entidades socioassistenciais que atendam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, recomposição dos estoques públicos e comercialização.

O PAA é executado com recursos do MDS e do MDA, que são comprometidos a partir de parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e com órgãos estaduais e municipais. Em 2010, os recursos disponibilizados pelos referidos Ministérios totalizaram R\$ 723,6 milhões, dos quais R\$ 655,9 milhões foram executados no exercício. O programa propiciou a aquisição de 462,4 mil toneladas de alimentos, produzidos por 155,6 mil agricultores em todo o Brasil. Os alimentos adquiridos contribuíram para o abastecimento de mais de 25 mil entidades que atendem a mais de 18,8 milhões de pessoas.

Por intermédio da parceria da Conab com o MDA foram comprometidos R\$ 57 milhões na aquisição de 30,5 toneladas envolvendo 10,6 mil agricultores. A parceria Conab com o MDS proporcionou o abastecimento de mais de 17 mil entidades que receberam 182,4 mil toneladas de alimentos adquiridos de mais de 79 mil agricultores, em um investimento de cerca de R\$ 287,7 milhões.

Nas estratégias de implementação do Programa, o MDS estabelece também parceria com governos estaduais e municipais para execução da modalidade de compra com doação simultânea.

No âmbito municipal, o MDS manteve convênios com 146 Municípios selecionados com recursos orçamentários no montante de R\$ 60,9 milhões para o atendimento a 24,5 mil agricultores com a aquisição de cerca de 28,5 mil toneladas de alimentos, o que beneficia 1.248 entidades assistenciais, aproximadamente 409 mil pessoas. Desse montante, foram executados R\$ 56 milhões.

Os convênios com os Estados previram o repasse de R\$ 45,6 milhões para atendimento de aproximadamente 19 mil agricultores familiares, com a aquisição de cerca de 24,5 mil toneladas de alimentos que serão doados a 1,3 milhão de pessoas atendidas em aproximadamente 7 mil entidades, sendo que dessa previsão foram executados R\$ 41,6 milhões.

Na modalidade do PAA de Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite, também executada em parceria com governos estaduais, foram investidos R\$ 213,5 milhões para manutenção do programa em todos os Estados da Região Nordeste e no Norte do Estado de Minas Gerais. Os recursos disponibilizados garantiram a compra de 191,2 milhões de litros (196,5 mil toneladas) de leite de pequenos agricultores familiares, compatibilizando-a com a distribuição gratuita aos segmentos populacionais vulneráveis, beneficiando 700 mil famílias com a distribuição diária de um litro de leite, além de aproximadamente 22,4 mil pequenos produtores de





leite, que tiveram renda garantida por meio da compra governamental de sua produção.

Além da execução por meio de governos estaduais que têm a atuação bastante focada nos Territórios da Cidadania, em 2010 a Conab também intensificou suas ações nesses territórios, tendo adquirido, com recursos do MDA e do MDS, R\$ 161,4 milhões em produtos fornecidos por mais de 40 mil agricultores e agricultoras familiares, reflexo da divulgação dos instrumentos de comercialização disponíveis, nas capacitações realizadas em 2009 e 2010.

Em 2011, a expectativa é de avançar na garantia do direito humano à alimentação adequada nos territórios mais pobres e no fortalecimento da agricultura familiar. Para tanto, espera-se adquirir, com recursos desses dois Ministérios, 460,6 mil toneladas de alimentos produzidos pelos agricultores familiares, com um investimento de R\$ 675 milhões.

b.4.3) Rede de Equipamentos

A Rede de Equipamentos compreende os Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Banco de Alimentos. Os Restaurantes Populares são implantados nos Municípios com mais de 100 mil habitantes por meio da cooperação entre o Governo Federal e os governos locais. O objetivo desse programa é a prestação de serviço público para a promoção do direito à alimentação adequada dos trabalhadores que fazem suas refeições fora do seu domicílio nos grandes centros urbanos do País, buscando ampliar a oferta de refeições nutricionalmente adequadas à população de baixa renda, a preços acessíveis, e contribuir para a redução do número de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Em 2010 foram aplicados R\$ 6,6 milhões para complementação financeira de 16 unidades contratadas em 2009 e para a contratação de 10 novas unidades, das quais cinco deverão receber complementação financeira em 2011.

As Cozinhas Comunitárias, implantadas em parceria com prefeituras municipais, atendem famílias em situação de vulnerabilidade social e risco de insegurança alimentar, previamente cadastradas pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). A distribuição de refeições é, em sua maioria, gratuita, podendo ser comercializada a preço acessível. Em 2010 foram aplicados R\$ 12,7 milhões para complementação financeira de 66 unidades contratadas em 2009 e para a contratação de 17 novas unidades a serem implantadas em comunidades quilombolas e Municípios selecionados. Também foram destinados recursos de crédito extraordinário para implantação de 11 unidades de cozinhas para os Municípios em situação de emergência e estado de calamidade pública dos Estados de Alagoas e 20 unidades em Municípios de Pernambuco.

Os Bancos de Alimentos arrecadam alimentos provenientes de doações de produtores e comerciantes locais, que, por razões variadas, são considerados impróprios para a comercialização, mas adequados ao consumo humano, e os distribuem a entidades que compõem a rede de promoção e proteção social municipal. Em 2010 foram gastos R\$ 4,8 milhões para complementação financeira de 16 unidades contratadas em 2009.

Em 2011 espera-se implantar 46 novos equipamentos, entre Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos, com investimentos da ordem de R\$ 42 milhões.

b.4.4) Cestas de Alimentos

A distribuição de cestas de alimentos é uma ação emergencial com o objetivo de atender às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional. A prioridade é conferida a grupos remanescentes de quilombos, famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, comunidades de terreiros, indígenas, atingidos por barragens e populações residentes em Municípios vítimas de calamidades públicas, impossibilitadas de produzir ou adquirir alimentos.





No exercício de 2010 foi previsto um investimento de R\$ 69 milhões para a aquisição e distribuição de cestas pela Conab, dos quais foram executados R\$ 63,5 milhões. Foram entregues 1.709.591 de cestas de alimentos, contemplando aproximadamente 442.470 famílias. Além dos produtos comprados em leilões públicos, são agregados produtos oriundos do PAA.

2. Juventude

O ano de 2010 termina com grandes avanços no campo da Política Nacional de Juventude. A Proposta de Emenda Constitucional nº 42 foi aprovada e sancionada, como a Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, alterando o Capítulo VII do Título VIII e modificando o art. 227, inserindo no texto constitucional o jovem como sujeito de direitos.

Também foi aprovada pelo Congresso Nacional a adesão formal do Brasil à Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ). A OIJ é a única plataforma multilateral especializada na temática de juventude pelo viés das políticas públicas governamentais. É integrada por todos os países da América Latina, mais Portugal e Espanha, e a partir da aprovação do Congresso Nacional, o Brasil se tornou membro pleno da organização.

Outro grande passo em prol da juventude brasileira foi a promulgação da Lei nº 12.260, de 21 de junho de 2010, que reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela destruição, no ano de 1964, da sede da União Nacional dos Estudantes (UNE). Em virtude disso, uma Comissão foi instituída no âmbito do Poder Executivo, coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), em conjunto com o Ministério da Justiça (MJ), para definir o valor e a forma de reparação à entidade.

Em maio de 2010 foi realizada em Salvador a Pré-Conferência de Juventude das Américas, evento que reuniu delegações de 29 países tanto de sociedade civil quanto de governos, e representantes de 19 agências do Sistema ONU para discutir os rumos das políticas de juventude no continente americano. A “Carta da Bahia” é documento de referência para os novos desafios das Políticas Públicas para a Juventude (PPJ), tanto para os governos quanto para as organizações sociais. Em 12 de agosto, início do Ano Internacional da Juventude pela ONU, foi publicado decreto convocando a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude para setembro de 2011.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) atendeu, no ano de 2010, mais de 1 milhão de jovens e, desde sua criação, mais de 2 milhões. O Projovem foi criado em 2008 e é executado em quatro modalidades – Projovem Urbano, Projovem Adolescente, Projovem Trabalhador e Projovem Campo – sendo geridos, respectivamente, pelas seguintes Pastas: SG/PR, MDS, MTE e MEC.

Entre os dias 11 e 12 de agosto foi realizada a “Mostra, Jovem!” – 1ª Mostra de Produções do Projovem Urbano, em Brasília. Concebida com o objetivo de proporcionar um espaço para a troca de experiências e expressão da criatividade, além de ser uma oportunidade para os alunos do Projovem Urbano mostrarem, de forma coletiva e individual, trabalhos surgidos a partir das descobertas e vivências nos núcleos, e como resultado do desenvolvimento pedagógico e social. Durante os dois dias de exposição, 154 trabalhos foram expostos nas mais diversas modalidades, como: poesia, música, dança, teatro, artes plásticas, grafite, textos, desfiles, artesanato, desenhos, entre outros; além de produções ligadas diretamente ao currículo do curso: sínteses interdisciplinares, trabalhos de Qualificação Profissional e Planos de Ação Comunitária.

Participaram aproximadamente 1.300 pessoas ligadas ao Programa: 783 alunos, 97 professores e 122 coordenadores de 25 Estados e 97 Municípios; além de autoridades, gestores, membros de instituições parceiras e convidados.

O Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), órgão vinculado à SG/PR – composto por 60 membros, sendo 40 eleitos pela sociedade civil e 20 representantes indicados pelo poder público, que se renovam a cada dois anos e tem por finalidade analisar e propor Políticas Públicas de Juventude – realizou, em 2010, dois encontros de conselheiros municipais e estaduais, contribuindo para a





criação e fortalecimento dos espaços institucionais voltados para a temática de juventude.

3. Educação

A busca pela educação de qualidade para todos é o principal objetivo das ações executadas em 2010 e nas propostas para 2011. Tais ações têm como foco o acesso, a permanência e o desempenho no ensino por meio de, entre outras ações da mesma importância e magnitude, reestruturação e expansão das instituições federais de ensino superior; ampliação do transporte escolar; disponibilização de laboratórios de informática ligados à rede mundial de computadores em todas as escolas de ensino médio; expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica; construção e reforma de creches e pré-escola; auxílio a pesquisas; e formação inicial e continuada dos trabalhadores da educação.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) tem como objetivo a conquista desses desafios, a partir de uma visão sistêmica de educação. Organizado em torno de quatro eixos norteadores articulados entre si – Educação Básica; Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade; Ensino Profissional e Tecnológico; e Educação Superior –, o PDE se estrutura como referencial para a execução das políticas educacionais e oferece aos Estados e Municípios uma variedade de mais de 40 ações e programas, que englobam todas as etapas da educação, e visam a melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem.

a) Educação Básica

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, estratégia do PDE, constitui um plano de longo prazo, sistêmico, que estabelece metas de qualidade a serem alcançadas com base no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). As adesões ao Compromisso, o comprometimento com as 28 diretrizes do Plano e a realização de um diagnóstico da realidade educacional local norteiam o apoio suplementar da União às redes públicas de educação básica dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Até o final de 2010, o Distrito Federal e 25 Estados já haviam elaborado e enviado o seu Plano de Ações Articuladas. Dos 5.565 Municípios, 5.496 já elaboraram o Plano e, entre os restantes, 17 não iniciaram a elaboração do PAR; 44 encontram-se em processo de elaboração; e 7 ainda não tiveram essa análise finalizada. Ressalta-se que todos os 1.827 Municípios priorizados pelo Ideb de 2005 e de 2007 já estão sendo atendidos por ações do MEC com base no PAR.

Ao longo dos últimos anos, o Governo trabalhou no desenvolvimento, fomento e disseminação de estudos e pesquisas sobre o currículo em todos os segmentos da educação básica. Para 2011, a previsão é de atendimento a 240 mil escolas públicas e privadas, atingindo um total de 2 milhões de professores, por meio da disseminação dessas orientações curriculares, de seminários estaduais, regionais e nacionais e da capacitação de docentes e gestores.

O Programa Ensino Médio Inovador surgiu em 2009 como uma forma de incentivar as redes estaduais de educação a criar iniciativas inovadoras para o ensino médio. A intenção é estimular as redes estaduais de educação a pensar novas soluções que diversifiquem os currículos com atividades integradoras, a partir dos eixos trabalho, ciência, tecnologia e cultura, para melhorar a qualidade da educação oferecida nessa fase de ensino e torná-la mais atraente. Em 2010 o repasse foi de R\$ 22,7 milhões destinados para todas as 357 escolas envolvidas no programa.

A Política Nacional de Educação Infantil visa a fortalecer a implementação, expansão e melhoria da qualidade das políticas municipais de educação infantil, mediante estudos e pesquisas sobre currículo na educação infantil, condição e trabalho docente, avaliação quantitativa e qualitativa da educação infantil, além da colaboração técnica e pedagógica aos Municípios na formulação de orientações curriculares, na construção de indicadores de qualidade, na atualização das Diretrizes Curriculares da Educação Infantil e





nas articulações intersetoriais e transdisciplinares. Em 2010, além das ações supracitadas, destacaram-se a apresentação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e o processo de trabalho compartilhado com as Universidades Federais.

O Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública de Educação Infantil (Proinfância) visa a assegurar a disponibilidade de rede física escolar em condições adequadas de funcionamento, contemplando construções, ampliações, reformas, adequações e adaptações de espaços escolares da educação infantil, mediante transferência de recursos financeiros às entidades públicas federal, estadual, distrital e municipal. Em 2010 foram construídas 432 unidades escolares com investimento de, aproximadamente, R\$ 676 milhões. Para 2011 está previsto um investimento de R\$ 891 milhões a serem aplicados em 1,5 mil unidades escolares. Vale destacar que, para o exercício 2011, as ações do Proinfância serão atendidas no âmbito do PAC 2.

Em 2010, paralelamente ao processo de atualização e aprovação das novas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental de nove anos de duração, com base na Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, o MEC disponibilizou para todos os sistemas de ensino as expectativas de aprendizagem para os cinco primeiros anos do ensino fundamental, bem como as orientações pedagógicas para a organização do ciclo da alfabetização. Para o início do ano letivo de 2011, está prevista a distribuição de 220.856 jogos de alfabetização para as escolas públicas que atendem às crianças de seis a oito anos de idade.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) objetiva fornecer alimentação escolar para os alunos de toda a educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Em 2010, o Programa beneficiou 46,9 milhões de alunos, com investimentos da ordem de R\$ 3,06 bilhões de uma dotação orçamentária autorizada de R\$ 3,12 bilhões. Para 2011, estão previstas ações de apoio ao exercício do controle social, à cooperação internacional e à execução do PNAE nos Municípios, como também de desenvolvimento das estratégias de educação alimentar e nutricional, de efetivação da implementação da compra direta da agricultura familiar, e de continuidade da articulação com as universidades federais. Está previsto um investimento de R\$ 3,1 bilhões para beneficiar um total de 46,9 milhões de alunos em 2011.

O Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) tem como objetivo estimular a prática da leitura e possibilitar o acesso de alunos e professores da rede pública de ensino à cultura e à informação a partir da distribuição de acervos de literatura, obras de referências e periódicos, com vistas à melhoria do processo de ensino e de aprendizagem realizados nas escolas públicas. Em 2010, foram investidos R\$ 147,5 milhões na aquisição de 33,7 milhões de livros, incluindo atlas e mapas, dicionário de libras, periódicos, entre outros. Em 2011, o PNBE contemplará as escolas do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano e escolas do Ensino Médio, com previsão de investimento de R\$ 115,8 milhões para a aquisição de aproximadamente 11 milhões de livros.

Como apoio à melhoria do processo de ensino aprendizagem, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) se destina a prover os alunos, inclusive aqueles com deficiência, e professores das escolas de educação básica pública das redes federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal, com obras didáticas, obras complementares ao currículo e dicionários da Língua Portuguesa. Em 2010, já foram adquiridos mais de 118,6 milhões de livros didáticos, com investimentos de aproximadamente R\$ 857 milhões. Para 2011 está previsto um investimento de R\$ 236 milhões para a aquisição de 69,2 milhões de livros.

No âmbito do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLD-EM), foram investidos, em 2010, mais de R\$ 116,5 milhões na aquisição de cerca de 17 milhões de livros. Para 2011, está prevista a aquisição de 59,9 milhões de livros de todas as disciplinas para todos os alunos do Ensino Médio, além de dicionários, totalizando um investimento de R\$ 790,6 milhões.

Por meio do Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização (PNLA) foram atendidos, em 2010, 1,95 milhão de educandos do Programa Brasil Alfabetizado e da EJA fundamental, e distribuídos 2,1 milhões de livros, totalizando aproximadamente R\$ 19,7 milhões em investimentos. Com a criação do PNLDEJA-2010, que incorporou ao PNLD os livros de ensino fundamental na modali-



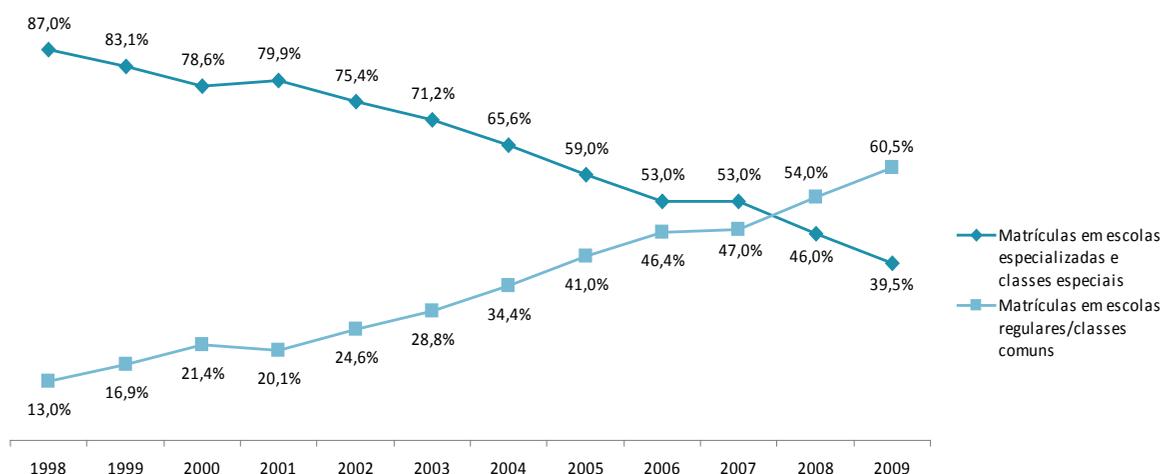


dade EJA, em 2011 serão atendidos 4,6 milhões de alfabetizandos e alunos de EJA Fundamental com a distribuição de 13,2 milhões de livros e investimentos de aproximadamente R\$ 133 milhões. Também foram distribuídas, em 2010, 57.600 cartilhas “Registro Civil” e 57.600 cartilhas “Escravo Nem Pensar”, na perspectiva intersectorial de fortalecimento da cidadania por meio da EJA.

Ainda no âmbito dos Programas do Livro, a Ação de Acessibilidade objetiva a produção e oferta dos livros didáticos e paradidáticos em formatos acessíveis – Braille, Libras e digital acessível – aos alunos com deficiência matriculados na educação básica. Esta ação contempla ainda a distribuição de laptops aos alunos cegos dos anos finais do ensino fundamental, ensino médio, EJA e da educação profissional matriculados na rede pública. Em 2010, para a produção e distribuição de livros em formato acessível e complementos em Braille para os alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, foram investidos cerca de R\$ 3,1 milhões; para a produção dos livros em Braille para os alunos do 2º ao 5º ano do ensino fundamental foram descentralizados R\$ 1,5 milhão para o Instituto Benjamin Constant.

Dentro de uma perspectiva da educação inclusiva, destaca-se ainda o Programa Escola Acessível, que objetiva promover a acessibilidade nas escolas públicas, disponibilizando recursos para adequações arquitetônicas e aquisição de recursos de tecnologia assistiva. Conforme o gráfico abaixo, esse programa tem permitido crescimento das matrículas de alunos com deficiência em escolas regulares. Em 2010, esta ação contemplou as escolas com Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas de 2005 a 2008, totalizando R\$ 65 milhões repassados por meio do PDDE. Para continuidade da ação em 2011, prevê-se o repasse de recursos às escolas com Salas de Recursos Multifuncionais contempladas na edição de 2009, totalizando R\$ 100 milhões.

Evolução da política de inclusão nas classes comuns do ensino regular (1998-2009)



Fonte: Inep/MEC

Em 2010, o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais alcançou 4.615 Municípios (83%), contemplando 42% das escolas públicas com matrícula de alunos da educação especial, com investimentos de R\$ 41,2 milhões. Em 2011, serão atendidas as novas demandas apresentadas no PAR e também implementadas ações de atualização das salas, com novos recursos de tecnologia assistiva.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) atendeu, em 2010, cerca de 5 milhões de alunos da educação básica, com investimentos de aproximadamente R\$ 653 milhões – o que contribuiu, por meio de recursos suplementares às unidades da Federação, para o desafio de garantir acesso e permanência dos alunos residentes em área rural e matriculados em escolas públicas. Para 2011, está prevista a transferência automática de recursos financeiros no valor de R\$ 644 milhões para atender a 5,5 milhões alunos da educação básica.





O Programa Caminho da Escola, por sua vez, objetiva renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O Programa também busca a padronização dos veículos de transporte escolar, a redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência em sua aquisição. Em 2010 foram adquiridos 6,7 mil ônibus, sendo 739 com recursos próprios, 1,9 mil por meio de financiamento e 4 mil por meio de convênios firmados com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – valores que representam investimentos de aproximadamente R\$ 140 milhões. Para 2011 está prevista a aquisição de 2 mil veículos e um investimento de R\$ 380 milhões.

A Olimpíada de Língua Portuguesa tem o objetivo de estimular o desenvolvimento das competências dos alunos em leitura e produção de textos. Em 2010, a 2ª edição da Olimpíada contou com a participação de 141.854 professores, de 60.123 escolas em 5.498 Municípios com uma estimativa de 7,2 milhões alunos envolvidos.

A Olimpíada de Matemática estimula o estudo dessa disciplina entre alunos das escolas públicas, de modo a identificar jovens talentos e incentivar seu ingresso nas áreas científicas e tecnológicas. Em 2010, foram inscritos 19,7 milhões de alunos de 44,7 mil escolas. Para 2011, prevê-se participação de 20 milhões de alunos.

No âmbito da Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, o Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) oferece cursos de formação inicial aos professores das redes públicas de educação básica e tem como meta formar 450 mil professores até 2014. Na modalidade presencial, foram beneficiados, em 2010, mais de 40 mil professores em exercício. Na modalidade de ensino à distância, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) contribuiu para ampliar e interiorizar a oferta de cursos de educação superior. A UAB será responsável pela formação de 152 mil professores, principalmente os que trabalham em escolas no interior do País até 2014.

A Rede Nacional de Formação Continuada de Professores institucionalizou a oferta de materiais didáticos e cursos de formação de professores, por meio da criação e fortalecimento de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento ligados a Instituições de Ensino Superior. Em 2010, o atendimento realizado a partir das demandas do PAR pelos Estados e Municípios beneficiou cerca de 53.119 professores, contando com 82 universidades parceiras. Em 2011, a Rede deverá formar aproximadamente 50 mil professores.

Implantado no âmbito dessa Rede, o Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – atendeu 67 mil professores em 2010, nas áreas de Alfabetização e Linguagem e de Matemática. No segundo semestre de 2010, novas turmas do programa foram iniciadas com 17.852 professores inscritos. Para 2011, a previsão de atendimento é de 32 mil cursistas.

A formação de professores para a educação infantil constitui uma inovação em 2010. Foi criado o Curso de Especialização em Educação Infantil, implementado em cooperação com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e com as universidades que possuem centros e pesquisas em educação infantil. Nesse ano, foram atendidos 2.985 professores em 55 polos presenciais de 13 universidades, em 13 Estados. Para 2011, a previsão é atender 25.954 professores.

A Rede Educação para a Diversidade tem o objetivo de ampliar as oportunidades de formação de profissionais de educação nas temáticas da diversidade. É formada por 56 Instituições de Ensino Superior (IES), que receberam, desde 2009, financiamento do Governo para oferta de aproximadamente 91 mil vagas em 17 cursos, da extensão à especialização, tratando de temas como a cultura afro-brasileira e indígena; questões de gênero e diversidade nas escolas; educação ambiental; educação para os direitos humanos; educação e ambiente escolar, entre outros. Para 2011, a meta é ampliar o atendimento e alcançar pelo menos 50 mil novas vagas ofertadas em todo o território nacional.





O Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial oferta cursos de aperfeiçoamento e de especialização em educação especial, no âmbito da UAB, por meio de uma rede de 14 IES. São disponibilizadas vagas aos professores das redes públicas de ensino que atuam no atendimento educacional especializado, em salas de recursos multifuncionais, e professores do ensino regular. Em 2010, o investimento foi de R\$ 5 milhões para o custeio e para as bolsas de professores e tutores efetivadas pela UAB. Em 2011, por meio da Plataforma Paulo Freire, serão disponibilizadas 12 mil novas vagas nos cursos ofertados pelas instituições integrantes da Rede.

Para a formação e profissionalização dos trabalhadores da Educação que atuam fora da sala de aula conta-se com o Programa Profucionário, que titula em nível médio, com habilitação nas áreas Gestão Escolar, Alimentação Escolar, Mídias Didáticas, Meio Ambiente e Manutenção da Infraestrutura Escolar, funcionários dos sistemas de ensino da educação básica pública. Em 2010, foram atendidos cerca de 11 mil profissionais.

O Programa Mais Educação contribui para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação da jornada escolar diária de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola básica, mediante oferta de educação integral. Envolve atividades optativas agrupadas nos seguintes macrocampos: i) Acompanhamento Pedagógico; ii) Educação Ambiental; Esporte e Lazer; iii) Direitos Humanos em Educação; iv) Cultura e Artes; v) Cultura Digital; vi) Prevenção e Promoção da Saúde; vii) Comunicação e Uso de Mídias; viii) Investigação no Campo das Ciências da Natureza; e ix) Educação Econômica. Em 2010, foram registradas adesões de 10.026 escolas, garantindo o atendimento a 2,2 milhões de estudantes, o que representou um aumento de 500% no número de beneficiários no período 2008-2010. Foram investidos, via PDDE, recursos da ordem de R\$ 387,3 milhões. Soma-se a estes dados a distribuição de 31 mil *kits* da Série Mais Educação, além de 9.332 *kits* de material didático-pedagógico para realização de oficinas e atividades pedagógicas, com investimento direto de R\$ 42,4 milhões. Estima-se para 2011 o atendimento de 15.000 escolas de baixo Ideb e cerca de três milhões de estudantes, critério mantido desde de 2008, em Municípios acima de 19 mil habitantes, além de formação de professores por meio das universidades públicas e recursos para alimentação escolar através do PNAE.

b) Educação Superior

O papel decisivo da educação superior para a inclusão social, geração de trabalho e renda, diminuição das desigualdades sociais e regionais e para o desenvolvimento científico e tecnológico levou o Governo a implementar programas que têm como finalidade a ampliação da oferta de vagas nesse nível de ensino, assim como a adotar medidas que viabilizassem a permanência dos estudantes na educação superior. A necessidade de inclusão de grande percentual da população neste nível de ensino levou à adoção de medidas relativas tanto ao ensino superior público quanto ao privado, tendo sempre como principal balizador dessa expansão a garantia da qualidade no ensino oferecido.

As ações a seguir são destaques no âmbito do Programa Brasil Universitário:

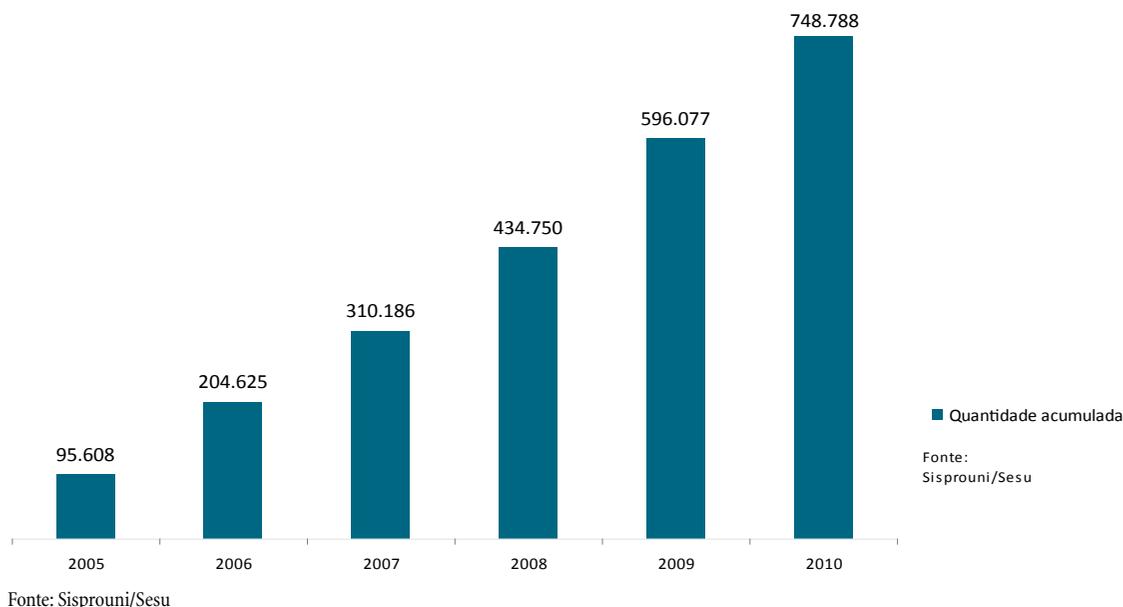
- O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) consiste na expansão sustentada das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), na ampliação do número de vagas na formação superior e na inovação pedagógica. Encontra-se em fase de execução o seu segundo ciclo, período de 2007 a 2012, caracterizado pela reestruturação e expansão das universidades federais, cuja meta é atingir 227 mil vagas ofertadas e 1.087.878 matrículas projetadas até o ano de 2012. O Programa representará uma ampliação de 140% no número de vagas no ensino noturno com relação ao ano de 2005. Para 2011, o Reuni prevê recursos da ordem de R\$ 1,06 bilhão.
- O Programa Universidade para Todos (Prouni) tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo, integrais e parciais, em cursos de graduação em instituições privadas de educação superior. Beneficiou em torno de novos 153 mil estudantes em 2010,





e a previsão para o ano de 2011 é atender mais 150 mil estudantes. Desde sua criação, o Prouni já atendeu a 748 mil estudantes, conforme demonstra o gráfico abaixo.

PROUNI – Bolsas ocupadas - quantidade acumulada



O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) é destinado a financiar prioritariamente estudantes de cursos de graduação. Em 2010, quando foi incorporada ao Fies a disponibilização a fluxo contínuo, permitindo aos estudantes contratar o financiamento a qualquer tempo e em prazo máximo de vinte dias, foram beneficiados 63.146 estudantes. Para 2011, há a previsão de atendimento a cerca de 160 mil contratos. Desde sua criação, o Fies já atendeu aproximadamente 620 mil estudantes.

Além das atividades de ensino, o Governo Federal, por meio do Programa de Extensão Universitária (Proext), busca induzir e incentivar as instituições públicas de ensino superior a desenvolverem ações voltadas à promoção de políticas públicas, por meio de Projetos de Extensão Universitária que enfatizam e promovem o desenvolvimento social. Em 2011, serão apoiados 550 Projetos.

Com vistas a combater as desigualdades sociais e regionais, bem como a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) oferece moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. O Programa contou, em 2010, com um investimento de R\$ 300 milhões para atender estudantes em todo o País e, para 2011, estão previstos R\$ 395 milhões.

O Programa de Educação Tutorial (PET) foi criado para apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar, estimulando a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação superior. Em 2011 serão beneficiados aproximadamente 9 mil bolsistas.

O Programa INCLUIR – Acessibilidade na Educação Superior – tem por objetivo promover a acessibilidade às pessoas com deficiência nas IES, por meio do apoio técnico e financeiro à formação de núcleos de acessibilidade. De 2005 a 2010, foram disponibilizados R\$ 17,4 milhões, contemplando 199 projetos de instituições em todas as regiões brasileiras para ações de acessibilidade, acolhimento e acompanhamento do estudante com deficiência no Ensino Superior. Para 2011, está previsto o





atendimento de 44 Projetos voltados à Inclusão nas IES.

Com o objetivo de criar condições materiais e institucionais para que os hospitais universitários federais desempenhem plenamente suas funções em relação às dimensões de ensino, pesquisa e extensão, e à dimensão da assistência à saúde, o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF) dará continuidade, em 2011, à implantação do modelo de gestão e do sistema de informação (AGHU) e à execução centralizada de compras para aquisição de materiais, equipamentos e insumos, e que propiciou, em 2010, uma economia de, aproximadamente, R\$ 60 milhões. No próximo ano está prevista a construção de quatro novos hospitais universitários federais.

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é um sistema de seleção de estudantes, realizada por meio das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), para as vagas ofertadas pelas instituições públicas de ensino superior participantes. Em sua primeira edição, o Sisu contou com 51 instituições participantes e 47.913 vagas ofertadas. Para o processo seletivo referente ao primeiro semestre de 2011, houve um crescimento de 62% no número de instituições participantes e de 73% no número de vagas ofertadas em relação ao mesmo período de 2010.

Quanto às ações de avaliação, supervisão e regulação do ensino superior brasileiro, estão previstas para 2011 a avaliação de 2.500 novos cursos de graduação e a emissão de 2.900 atos de regulação, referentes a credenciamento e credenciamento de instituições, autorização e renovação de reconhecimento de cursos.

O Portal de Periódicos promove o acesso à informação científica e tecnológica, sendo utilizado por 311 instituições públicas e privadas e órgãos de Governo. Em 2010, foram disponibilizados mais de 25 mil periódicos em textos completos, 130 bases referenciadas ou de resumos e 9 bases de patentes. Até outubro de 2010, o número de acessos ao Portal de Periódicos havia ultrapassado a marca dos 65 milhões, o que equivale a aproximadamente 215 mil acessos diários – resultado de investimentos de cerca de R\$ 100 milhões.

Na área da Pós-Graduação, em 2010 foram concedidas 57.744 bolsas no País, sendo 33.313 de mestrado, 21.651 de doutorado e 2.715 de pós-doutorado. Destacam-se as 5.924 bolsas concedidas pelo programa “Bolsas para Todos”, direcionadas a alunos de mestrado e doutorado de programas de Pós-Graduação de todas as Regiões do País, com ênfase nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Dando continuidade à recuperação, modernização e suprimento de equipamentos destinados à melhoria da infraestrutura dos programas de Pós-Graduação, em 2010 foram apoiados 96 projetos de IES, com um investimento de R\$ 68,6 mil.

Em 2010, o Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP), que oferece suporte a eventos relacionados à Pós-Graduação, passou a investir na realização de eventos para formação e qualificação do quadro docente da educação básica, bem como em Cursos e Escolas Avançadas (CEA), concedendo aproximadamente R\$ 22 milhões para o apoio à realização de mais de 1.100 eventos científicos (congressos, *workshops* e seminários).

Ainda em 2010, foram apoiados 177 programas de Pós-Graduação *strictu sensu* de nível internacional, totalizando um investimento de R\$ 86,8 milhões. Como resultado da Avaliação Trienal, realizada em 2010, estima-se que 45 novos programas de Pós-Graduação passem a integrar o Programa de Excelência Acadêmica (Proex) em 2011.

Também em 2010, foram recebidas 861 propostas de cursos novos de Pós-Graduação para avaliação. Nesse ano, destacou-se a indução para a criação de Mestrados Profissionais com as reformas na regulamentação e com o lançamento de chamadas públicas e editais específicos, os quais estimularam as instituições a apresentarem propostas. Essas ações ocasionaram um aumento de 486%





no número de projetos de mestrado profissional em 2010, com relação a 2009. Na avaliação de cursos novos, realizada anualmente, cerca de 40% das propostas apresentam o padrão de qualidade exigido, assim a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) projeta para 2011 cerca de 5.200 cursos, um aumento de aproximadamente 20% sobre a base dos 4.383 cursos atuais.

c) Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos

Nos últimos anos, o Governo vem promovendo um realinhamento das ações federais no campo da alfabetização e de educação de jovens e adultos, de forma a assegurar maior eficiência, relevância e efetividade, bem como maior integração com os sistemas estaduais e municipais de ensino.

Como os sistemas estaduais e municipais de ensino são os principais responsáveis pela oferta de programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), a participação dos Estados e Municípios na distribuição dos recursos do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) foi ampliada, atribuindo um papel complementar aos demais parceiros: instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil. A transferência automática de recursos financeiros para os entes federados foi fundamental para assegurar a execução descentralizada das ações.

Como forma de aumentar a abrangência das ações e aprofundar os meios para a continuidade dos alfabetizados nos estudos foram pactuadas, em 2010, Agendas Territoriais de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, as quais, organizadas por unidade da Federação, são instrumentos que consolidam as estratégias para articulação territorial das ações de alfabetização e de EJA.

Ainda no âmbito do PBA, foram ofertadas, em 2010, vagas para 1,8 milhão de educandos em alfabetização de jovens e adultos, além da concessão de 224,5 mil bolsas para equipes de alfabetização e distribuição de 2,9 milhões de exemplares de livros e materiais didáticos. Já em 2011, o Programa deverá atender 2,1 milhões de alfabetizandos, com a preocupação da continuidade dos estudos dos egressos e o planejamento e gestão das ações estruturadas por meio das agendas territoriais. Para esse atendimento serão necessários, aproximadamente, 42 mil coordenadores de turmas de alfabetização e 209 mil alfabetizadores, significando recursos da ordem de R\$ 700 milhões para o pagamento de bolsas e apoio aos Estados e Municípios para executar essas ações. No período de 2003 a 2010, o PBA atendeu, aproximadamente, a 12,1 milhões de alfabetizandos, alcançando cerca de quatro mil Municípios.

Em 2011, com o Concurso Literatura para Todos (CLPT), terá início a distribuição de mais de 13 milhões de livros com obras literárias, contemplando educandos neoleitores das turmas de alfabetização e de EJA e bibliotecas escolares, além do público jovem e adulto do sistema penitenciário. Além disso, os projetos de pesquisa e de mediação de leitura em execução contribuem para a ampliação do acesso de jovens e adultos à literatura, fortalecendo a concepção de letramento e ampliando as ações culturais na EJA.

d) Educação Profissional e Tecnológica

O PDE apontou para a necessidade de reorganização da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, com o objetivo de atender ao desenvolvimento sustentável do País. Entre 2003 e 2010 foram criadas 214 novas unidades, que, somadas às 140 existentes, eleva para 354 o número de escolas técnicas distribuídas em todo o território nacional, interiorizando o acesso da educação pública. Ao final da expansão em curso, a rede federal atenderá a cerca de 540 mil jovens e adultos brasileiros.

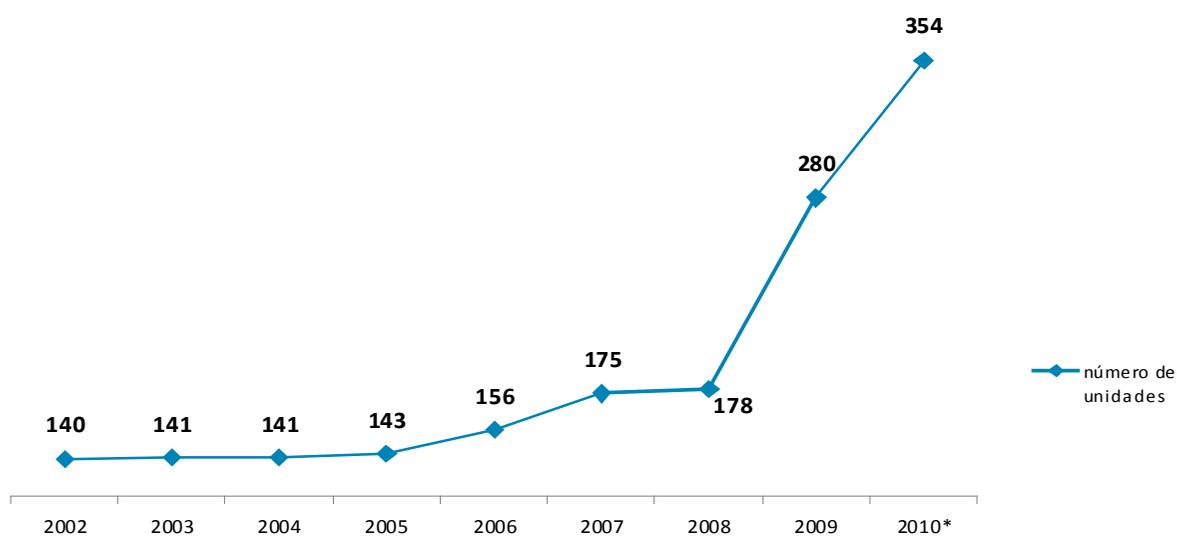
Destaca-se também que, em atendimento à Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, já foram criados 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia equiparáveis às Universidades Federais. Especializados na oferta de educação profissional, científica e





tecnológica em todos os níveis e modalidades de ensino e sintonizados com os arranjos sociais, culturais e produtivos locais, esses Institutos fomentam o desenvolvimento dos territórios onde estão inseridos. Os investimentos financeiros na expansão da rede federal, somados à sua reestruturação, superam a estimativa de R\$ 2,3 bilhões, executados nos exercícios de 2008 a 2011. Os investimentos em recursos humanos apontam para a criação de 29.015 novas vagas de docentes e técnicos administrativos.

Expansão da rede federal de educação profissional e tecnologia



Fonte: Setec/MEC. * Previsão.

Para consolidar o momento vivenciado pela educação profissional brasileira, foi lançado o Programa Brasil Profissionalizado, que possibilita a modernização e a reestruturação do ensino técnico de nível médio das redes públicas estaduais. O objetivo do Programa é expandir o número de matrículas destinadas ao ensino médio integrado, incentivar o retorno de jovens e adultos à escola e aproximar a educação escolar do ambiente de trabalho. A estimativa do Programa é investir R\$1,8 bilhão, até 2011, na construção, ampliação e reforma de prédios escolares, além de adquirir equipamentos e mobiliários e aprimorar a capacitação dos profissionais da educação. De 2008 a 2010, mais de 1.200 escolas, em 1.018 Municípios, foram beneficiadas com recursos, representando investimento superior a R\$ 1 bilhão, no atendimento a aproximadamente 200 mil alunos.

e) Educação e Diversidade

O PDE procura pautar o processo educativo pela compreensão e pelo respeito do diferente e da diversidade, na busca da universalização com diferenciação, redução das desigualdades sociais e regionais, eliminação dos preconceitos de origem, raça, gênero, idade e quaisquer formas de discriminação.

No contexto da formação de professores, os maiores desafios estão na educação do campo e indígena, em especial para os anos e séries finais do ensino fundamental e para o ensino médio. Para o atendimento a essas demandas, foram criados o Programa de Apoio às Licenciaturas Indígenas (Prolind) e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), cujas atividades se iniciaram, respectivamente, em 2005 e 2007, e já atenderam a mais de 3.000 docentes. Atualmente, são 2.953 vagas ofertadas para a formação de professores indígenas em 23 Cursos de Licenciaturas Interculturais criados em 20 IES pelo Prolind. Por sua vez, o Procampo trabalha atualmente com 3.285 vagas ofertadas em 31 IES. Para 2011 as metas são atender a 2.000 professores nas licenciaturas interdisciplinares do campo e 2.000 professores na licenciatura intercultural indígena.





Ainda em relação à Educação do Campo, destaca-se o Programa Escola Ativa, que consiste em estratégia pedagógica específica voltada para escolas do campo com classes multisseriadas. Segundo o Censo da Educação Básica de 2009, das 83 mil escolas públicas rurais, aproximadamente 58 mil (quase 70%) tinham ao menos uma turma multisseriada. Até 2010, o Programa havia sido implementado em 3.109 Municípios, beneficiando cerca de 39 mil escolas, 66 mil turmas e 1,3 milhão de alunos. Mais de 7 milhões de livros didáticos foram especificamente desenvolvidos com base nos princípios e fundamentos da Educação do Campo e na metodologia do Programa. Também foram distribuídos mais de 30 mil *kits* pedagógicos. O objetivo para 2011 é implantar o Programa em 3.340 Municípios e 41.560 escolas. Para isso, serão necessários recursos na ordem de R\$ 160 milhões.

Além dessas ações, destaca-se ainda o ProInfo Escola Ativa, que distribui *kits* tecnológicos compostos por cinco computadores e uma impressora para cada uma das escolas que aderiram ao programa Escola Ativa e que proporcionará o acesso e o uso pedagógico das novas tecnologias. Em 2009 foram distribuídos 7.000 *kits* tecnológicos e 10.300 *kits* em 2010. Para 2011, a meta é a universalização do atendimento às escolas participantes do Programa Escola Ativa com a distribuição de mais 22 mil *kits* tecnológicos.

Enfatiza-se também a retomada do projeto Piloto Escola Ativa Indígena e Extrativista que foi iniciado pelo Fundescola, no período de 2005 a 2008, com o objetivo de elaborar material didático específico para as escolas adesas ao Programa Escola Ativa situadas em comunidades indígenas e extrativistas, permitindo a valorização e o respeito à história e à cultura destes povos, pela inclusão de suas especificidades no currículo escolar. O material produzido está sendo revisado com a participação de professores indígenas e extrativistas em parceria com os Estados do Amazonas, Ceará, Paraíba, Roraima e Pará.

O Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade é desenvolvido em parceria com 168 Municípios-polo e promove a formação continuada para gestores e educadores de todos os Municípios, disponibilizando apoio técnico e financeiro para a realização de cursos anuais, na modalidade presencial. Em 2010, o investimento desta ação foi de R\$ 14,2 milhões. Para a sua continuidade, o Programa foi inserido no Guia de Ações do Plano de Ações Articuladas (PAR) para o período 2011-2014.

O Programa Saúde na Escola (PSE) constitui uma política para a integração e articulação intersetorial permanente entre educação e saúde, de forma a contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde no âmbito das escolas e das unidades básicas de saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

No ano de 2010, mais de 645 Municípios efetivaram a adesão ao programa atendendo a 6,2 milhões de estudantes. A expectativa para 2011 é de que 2.549 Municípios já habilitados efetivem a adesão atendendo mais de 18 milhões estudantes. O programa contabilizará, em 2011, um total de 3.802 Municípios e mais de 26 milhões estudantes contemplados com ações de promoção da saúde e de prevenção de doenças e agravos à saúde na escola. Foi também firmada parceria para elaboração de curso de aperfeiçoamento em educação e saúde, via Rede UAB, com 11 IES.

A Educação Ambiental avançou significativamente na proposição de políticas públicas para a inserção qualificada da temática nos currículos e nos projetos político-pedagógicos das escolas e dos cursos de educação superior. Foram criadas Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental (CIEA) em 24 Estados e no Distrito Federal; em junho de 2010 foi realizada a Conferência Internacional Infantojuvenil “Vamos Cuidar do Planeta”, com a participação de 47 países, 323 estudantes e 110 professores; e houve continuidade dos processos formativos na modalidade à distância pela Rede de Educação para a Diversidade, em parceria com o Sistema UAB, que ofereceu, em 2010, vagas para 2.505 professores em cursos de Educação Ambiental (aperfeiçoamento e especialização) e Escolas Sustentáveis (extensão).

No campo da Educação em Direitos Humanos, registrou-se avanço no diálogo com os sistemas de ensino para a elaboração dos





Planos de Ação de Educação em Direitos Humanos, com representação dos 26 Estados e do Distrito Federal. Em 2010, o Curso de Educação em Direitos Humanos formou 6.855 profissionais da educação, com investimentos de R\$ 9,6 milhões. Já o curso Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na Escola, que visa à formação continuada de profissionais da educação por meio de curso à distância, foi responsável pela formação de outros dois mil profissionais, havendo a previsão de formação, no âmbito da UAB, de mais 3.735 profissionais. Registre-se, ainda, a produção de três livros sobre a relação entre o ECA e a educação, bem como a instituição do curso de Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça.

f) Cooperação Internacional

Em 2010, foi notória a expansão das ações de Cooperação Internacional, que somaram 79 programas com países-parceiros, como os Estados Unidos, México, Japão, Bélgica, França, Reino Unido, Chile, Paraguai, Haiti e Canadá. Foram empregados, aproximadamente, R\$ 226 milhões para beneficiar cinco mil bolsistas no exterior.

Foram executados 608 projetos conjuntos de pesquisa, 180 parcerias universitárias e 10 projetos especiais desenvolvidos com países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, tendo sido concedidas 1.508 novas bolsas de estudos e mantidas outras 906 em diferentes modalidades de ensino, totalizando 2.414 bolsas ativas.

A Escola de Altos Estudos cumpriu o papel de incentivar a formação de recursos humanos de alto nível acadêmico, por meio da mobilidade de acadêmicos estrangeiros de elevado conceito internacional, a fim de ministrarem cursos na Pós-Graduação brasileira. Em 2010, foram aprovados 27 projetos que têm a participação prevista de 102 professores.

Outro destaque é a Cooperação Internacional para a Educação Básica, que teve 515 bolsas concedidas em 2010, com orçamento de R\$ 8 milhões previsto para 2011. Diversas ações foram implementadas em 2010, entre elas: o Programa de Licenciaturas Internacionais, uma iniciativa do MEC em parceria com a Universidade de Coimbra, e os Projetos José Aparecido Oliveira (Português) e Amilcar Cabral (Matemática), ambos em Cabo Verde.

Em 2011, prevê-se a consolidação e a implementação de programas de cooperação internacional para a educação básica; a extensão das bolsas oferecidas no âmbito do Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE), para ampliação dos regimes de cotutela e dupla diplomação; e o aperfeiçoamento do acompanhamento dos egressos que tiveram bolsa no exterior mediante a implementação da rede dos ex-bolsistas.

g) Financiamento da Educação

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é um fundo de natureza contábil, de âmbito estadual, e tem como objetivo promover a inclusão socioeducacional em toda a educação básica. Os recursos do Fundeb se destinam ao financiamento de ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica, sendo que, nos Municípios, devem ser contemplados os segmentos da educação infantil e do ensino fundamental; nos Estados, o ensino fundamental e médio; e, no Distrito Federal, todas as etapas da educação básica. Além disso, pelo menos 60% destes recursos devem ser destinados à remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades na educação básica.

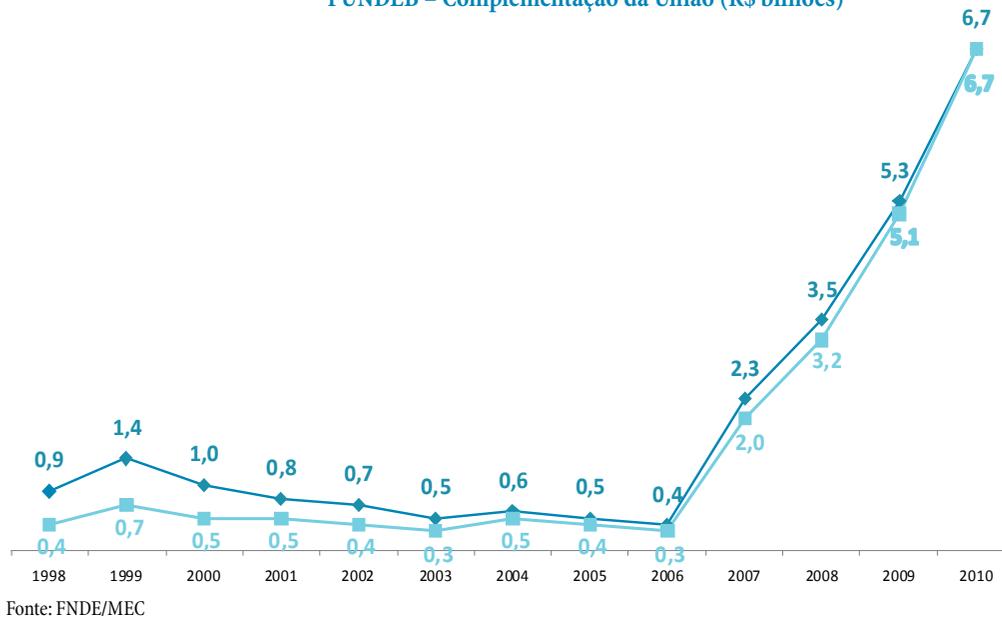
Em 2010, foram investidos cerca de R\$ 6,7 bilhões, a título de complementação da União. Para 2011, está prevista uma complementação no valor de, aproximadamente, R\$ 9 bilhões, bem como ações de aperfeiçoamento do Fundeb, tais como: alteração na legislação do Fundeb objetivando, especialmente, a melhoria dos mecanismos operacionais e a transparência dos repasses à conta





do Fundo; regulamentação nos mecanismos de apoio financeiro da União, em caráter complementar, com o objetivo de garantir o valor do piso salarial do profissional do magistério público, junto aos entes estaduais e municipais que comprovarem incapacidade de assegurá-lo; realização de avaliação de resultado do Fundeb nos primeiros anos de sua implementação, com vistas à adoção de medidas operacionais e de natureza político-educacional corretivas, caso necessárias.

FUNDEB – Complementação da União (R\$ bilhões)



Cabe ressaltar o significativo aporte adicional de recursos proporcionado pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009, que determinou uma redução progressiva e o fim da Desvinculação de Receitas da União (DRU), no caso específico da Educação. Por essa iniciativa, o percentual original de 20% de desvinculação foi reduzido a 12,5% em 2009, caiu para 5,0% em 2010, e deverá anular-se totalmente a partir de 2011. Os ganhos para a Educação são de R\$ 3,3 bilhões, já realizados, em 2009; de R\$ 7,4 bilhões, estimados, para 2010; e de R\$ 12,5 bilhões, previstos, para 2011. A partir desse ano o ganho anual será permanente e proporcional à evolução da arrecadação de impostos federais.

Outro mecanismo muito importante para o financiamento da educação é o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que tem como objetivo prover recursos financeiros diretamente a escolas públicas da educação básica e a escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, com o objetivo de contribuir para a melhoria de sua infraestrutura física e pedagógica. O PDDE provê, supletivamente, meios para aquisição dos recursos didático-pedagógicos e equipamentos, e para a realização de reparos e conservação do prédio da unidade de ensino. Além disso, reforça a autogestão escolar e a participação social, mediante descentralização decisória e funcional do recurso público a ser utilizado. Em 2010, foram atendidas pelo Programa 115,9 mil escolas e foram investidos cerca de R\$ 1,45 bilhões. Para 2011, está previsto um investimento de R\$ 1,5 bilhão para beneficiar 163,2 mil escolas.

O Salário-educação, arrecadado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB/MF), é uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para o financiamento da educação básica pública, podendo ser aplicada na educação especial, desde que vinculada à educação básica, de forma a propiciar a redução dos desníveis socioeducacionais existentes entre os Municípios e Estados da Federação. O montante arrecadado no período de 2003 a 2010 foi da ordem de R\$ 58,4 bilhões correntes. Desse total, R\$ 35 bilhões foram repassados aos Estados e Municípios, sendo R\$ 19 bilhões a título de quota estadual e R\$ 16 bilhões de quota municipal. Em 2010, já foram investidos mais de R\$ 6,5 bilhões, e para 2011 está previsto um investimento de aproximadamente R\$ 7,2 bilhões.





h) Democratização da Gestão Nacional da Educação

O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) busca a melhor organização da escola, com vistas ao aprimoramento da qualidade de ensino e aprendizagem, na medida em que fortalece e viabiliza o seu Projeto Político Pedagógico, por meio do assessoramento técnico e financeiro. Até novembro de 2010, quase 55% das 22.002 escolas prioritizadas tinham recebido recursos do programa, totalizando um montante da ordem de R\$ 226 milhões. Para 2011, a expectativa é de que a metodologia esteja disponível para toda a rede escolar. Quanto à priorização para fins de apoio financeiro, estima-se em cerca de 20 mil o número de unidades escolares que receberão recursos.

O Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública destina-se à formação continuada de gestores educacionais efetivos das escolas públicas. Em 2010, o programa iniciou o atendimento a 8.240 cursistas nos cursos de gestão escolar, nos níveis de aperfeiçoamento e especialização. Para o exercício de 2011 está estimado o atendimento de 20 mil gestores, em parceria com 31 Ifes em 26 Estados e Distrito Federal.

Com relação ao Programa de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho), em 2010 foram descentralizados recursos para a oferta de 1.600 vagas no curso de formação continuada para conselheiros municipais de educação, realizado à distância. O Pró-Conselho realizou ainda o III e IV Encontro Nacional dos Conselhos de Educação, com a participação de 218 conselheiros. Apoiou também encontro dos Conselhos Estaduais de Educação em cada uma das regiões e encontros estaduais dos Conselhos Municipais de Educação nos Estados de Sergipe, Espírito Santo, Ceará, Acre e Mato Grosso do Sul.

Para 2011, a previsão é de beneficiar conselheiros municipais com a oferta de três mil vagas no curso à distância e com a realização de cinco encontros presenciais de formação, em parceria com a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME).

O Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime) busca fortalecer a capacidade de gestão dos dirigentes municipais, nos aspectos estratégico, administrativo, pedagógico, financeiro/orçamentário e de recursos humanos. Em 2010 estão sendo atendidos por meio do Curso de Extensão Pradime na modalidade de ensino à distância, um total de 3.235 dirigentes municipais de educação das Regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Para 2011 está previsto o atendimento e formação de 5.564 dirigentes municipais de educação, em encontros presenciais e por meio de cursos de extensão à distância.

Na esfera do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, em 2010 foram descentralizados recursos para a oferta de 3.300 vagas no curso de extensão à distância para Formação Continuada em Conselhos Escolares, destinados à formação de técnicos de secretarias de educação e conselheiros escolares. Na modalidade presencial foram atendidos 3.306 participantes de sete encontros para técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação e conselheiros escolares. Para 2011, a previsão é ofertar mais três mil vagas no curso à distância, para esse mesmo público, além de realizar nove encontros presenciais de formação, dos quais se destaca o III Encontro Nacional de Fortalecimento do Conselho Escolar.

i) Indicadores e Avaliações

Em atendimento ao que preceitua a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o MEC realiza anualmente, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), o Censo da Educação Básica e o Censo da Educação Superior e uma série de avaliações educacionais, destacando-se a Provinha Brasil, a Prova Brasil, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Exame Nacional de Avaliação de Estudantes. No ensino superior, a partir do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e Censo, são calculados os indicadores do ensino superior, destacando-se o Conceito Preliminar do Curso e o Índice Geral de Cursos, de cada uma das instituições de ensino superior brasileiras.





O Ideb, criado no âmbito do PDE, é um indicador que combina os dados de fluxo escolar, especificamente, as taxas de aprovação – obtidas a partir do Censo da Educação Básica – com os dados de desempenho escolar – obtidos a partir da Prova Brasil e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Tem como objetivo permitir o acompanhamento da evolução da qualidade da educação. O Ideb é calculado para cada uma das etapas de ensino e está definido entre valores de 0 a 10. De acordo com a última divulgação, de 2009, o Ideb para as séries iniciais do ensino fundamental é de 4,6; para as séries finais do ensino fundamental é de 4 e, para o ensino médio, é de 3,6. O objetivo é alcançar, em 2021, a média 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental, nível observado hoje nos países desenvolvidos.

Com relação à Prova Brasil, trata-se de uma avaliação censitária realizada a cada dois anos, sobre o rendimento e o desempenho dos alunos de 4ª e 8ª séries (5º e 9º anos) do Ensino Fundamental, em Língua Portuguesa e Matemática, na rede pública de ensino, por meio da aplicação de provas e questionários. Objetiva fornecer um diagnóstico do nível de aprendizagem dos alunos de cada unidade escolar e de cada Município. A Prova Brasil deverá ser aplicada a mais de 5 milhões de estudantes no ano de 2011.

A Provinha Brasil, disponibilizada às redes públicas em 2010, tem como objetivo subsidiá-las na avaliação da alfabetização de seus alunos. A prova permite comparar melhor o desempenho ao longo do tempo e, desta forma, avaliar o impacto de políticas públicas na alfabetização das crianças, assim como coletar práticas que se mostrem bem sucedidas. É disponibilizada às redes de ensino que optam por sua utilização como ferramenta de melhoria da alfabetização das crianças.

O Enem faz parte de um processo de consolidação de um modelo mais democrático de acesso ao Ensino Superior, que permite uma melhor análise do ensino médio, uma vez que as provas são comparáveis no tempo. O objetivo é possibilitar o acesso de maior público de estudantes ao ensino superior, maior mobilidade e mudanças na estrutura do ensino médio. Na edição de 2010, 3,3 milhões de estudantes realizaram as provas. Em 2011, o Enem deverá ser aplicado a 4,5 milhões de estudantes.

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) objetiva certificar jovens e adultos, fora de idade escolar, no ensino fundamental. A edição de 2010 contou com 300 mil inscritos em todo o Brasil.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) avalia as instituições de educação superior, os cursos de graduação e o desempenho dos estudantes. Seus objetivos são: melhorar a qualidade da educação superior; orientar a expansão da oferta de vagas e aumentar de forma permanente a sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social. Em 2010, avaliou 20 áreas e 422.896 estudantes. Desses, 261.745 são ingressantes e 161.151 são concluintes. Outros 227.170 inscritos são estudantes selecionados para edições anteriores do Enade que não o fizeram no momento correto. Em 2011, o Enade deve ser aplicado a 1 milhão de estudantes.

O Censo da Educação Superior coletou em 2010 dados sobre matrículas de 2.314 IES públicas e privadas. O Censo também vem sendo aprimorado ao longo dos anos, com melhorias nos sistemas de informação utilizados e na articulação e comunicação com as IES, além do uso das informações coletadas na regulação do ensino superior, o que induz a uma melhor qualidade na informação dos dados.

O Censo Escolar da Educação Básica, realizado anualmente, coleta dados de todas as escolas, incluindo matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar, possibilitando um diagnóstico da realidade educacional brasileira. O Censo de 2010 coletou informações em 194.973 escolas.

j) Ações Integradas

O Programa Benefício da Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) na Escola, que visa ao acompanhamento e monitoramento do acesso e permanência na escola dos beneficiários com deficiências participantes do BPC, na faixa etária de zero a dezoito





anos, é uma ação interministerial que envolve a educação, a saúde, a assistência social e os direitos humanos. Em 2010, foi criado o Sistema de Relatórios do MEC (SISRel), possibilitando aos gestores a geração de relatórios a respeito da identificação das barreiras referentes à saúde, educação, assistência social e outras. Para sua continuidade, o Programa foi inserido no PAR 2011-2014.

O Banco Internacional de Objetos Educacionais é um repositório resultante da parceria do MEC com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), com a Rede Latino-americana de Portais Educacionais (Relpe) e a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e tem o propósito de manter e compartilhar recursos educacionais digitais de livre acesso, em diferentes formatos – como áudio, vídeo, animação, simulação, software educacional – além de imagem, mapa, hipertexto, considerados relevantes para a comunidade educacional local, respeitando-se as diferenças de língua e culturas regionais. Atualmente, há 10.300 recursos educacionais publicados para todos os níveis de ensino e milhares aguardando cessão de direitos autorais ou avaliação. Esse repositório teve, aproximadamente, 1,5 milhão de acessos desde o seu lançamento e foi visitado por 159 países. Espera-se que, até 2011, países ainda não parceiros possam ser integrados e ter seus materiais cedidos e publicados no Banco e que materiais em outros idiomas sejam traduzidos para o português, ampliando o leque de opções para os professores brasileiros.

O Portal do Professor é uma solução tecnológica que permite o armazenamento e a circulação de conteúdos educacionais multimídia, oferecendo aos educadores, em especial aos professores atuantes na educação básica, acesso rápido e funcional a um acervo variado. O Portal teve 4,3 milhões de acessos desde o seu lançamento e foi visitado por interessados de 159 países. Há no Portal quase 7 mil aulas elaboradas por professores de todo o País e a participação de mais de 170 mil professores nos fóruns disponíveis. Com a universalização dos laboratórios de informática e de conexões de banda larga, espera-se colocar o Portal à disposição de todos os professores do País, sendo um centro de referência de produção da comunidade educacional local. Para as escolas sem conexão à Internet, será ofertado um portal *off-line*, de forma que todos os alunos e professores tenham acesso à informação.

O Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), na modalidade ProInfo Rural, adquiriu, para distribuição em 2010, mais 20 mil conjuntos de tecnologia, compostos de computadores e impressoras, propiciando às escolas acesso ao conteúdo educacional disponível em meio digital, além de todo o conteúdo da TV-Escola digitalizado. De 2004 a 2010, foram adquiridos cerca de 104 mil laboratórios para o ProInfo.

No âmbito do ProInfo Urbano, foram distribuídos e instalados 19 mil conjuntos de tecnologias adequados às necessidades e às demandas pedagógicas e administrativas das escolas públicas urbanas de educação básica em todo o País. Há, ainda, mais 4.750 novos laboratórios que se encontram em fase final de distribuição e instalação. Na modalidade de registro de preços, foram adquiridos mais 15 mil novos conjuntos para serem distribuídos em 2011. Registra-se que, em 2010, 56 mil escolas foram conectadas à Internet com banda larga, sendo que ainda no primeiro semestre de 2011 serão mais 6 mil escolas beneficiadas pelo Programa Banda Larga nas Escolas.

O Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (ProInfo Integrado) objetiva proporcionar a inclusão digital de professores, gestores de escolas públicas da educação básica e a comunidade escolar em geral, e a dinamização e a qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem, por meio de promoção do desenvolvimento de competências, habilidades e conhecimentos. Em 2010, foram formados 177.564 professores e gestores escolares.

O Projeto UCA – Um Computador por Aluno – pretende criar e socializar novas formas de utilização das tecnologias digitais nas escolas públicas brasileiras, para ampliar o processo de inclusão digital escolar e promover o uso pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Em 2010 foram distribuídos 150 mil *laptops* para professores e alunos. Para 2011, a meta de capacitação será de três mil professores.

O Programa TV Escola tem como objetivos a formação continuada dos professores, a valorização dos profissionais da rede





pública e o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem, por meio das transmissões da TV.

O sítio da TV Escola entrou no ar em abril de 2010 e, em menos de três meses, o número de cadastrados já era superior a 10 mil, e o de exibições de vídeos assistidos, a 50 mil. Atualmente, o sítio possui 32 mil cadastrados e 161 mil exibições de vídeos assistidos por mês. Somente no mês de novembro de 2010, suas páginas foram visitadas 500 mil vezes. O sítio oferece, ainda, 1.700 programas educativos de televisão, produzidos e adquiridos junto às produtoras de vídeos educativos (nacionais e internacionais). Em 2010, a TV Escola adquiriu 650 horas de programas e conteúdos para educação à distância e, no que se refere à produção e veiculação de programas, foram 8,6 mil horas.

Para 2011 estão previstas produções com a TV Cultura, coprodução de documentários e séries com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), produção de séries com produtoras independentes, além da produção da programação de linha. Uma das metas previstas é a incorporação da TV Escola ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTV).

O Projeto Rondon foi reinaugurado pelo Governo Federal em janeiro de 2005, depois de ficar desativado por 14 anos. Durante o período de férias escolares, professores e estudantes universitários são levados a regiões carentes do País para colaborar no processo de desenvolvimento sustentável nas comunidades visitadas. Essa oportunidade proporciona aos participantes o conhecimento da realidade nacional e a formação de mentalidade cívica e solidária, o que contribui para a consolidação do sentimento de responsabilidade social.

O Projeto é realizado com a parceria entre diversos Ministérios e as Forças Armadas, que fornecem o suporte logístico e a segurança necessários às operações. Conta ainda com a colaboração de governos estaduais, prefeituras municipais, da União Nacional dos Estudantes, de Organizações Não Governamentais, de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e de organizações da sociedade civil. As ações são realizadas, prioritariamente, em Municípios da região Norte e Nordeste, e já beneficiaram 652 Municípios, com o envolvimento de 9.812 rondonistas, oriundos de Instituições de Ensino Superior de todo o Brasil.

Os rondonistas realizam atividades nas áreas de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, produção e trabalho. Destacam-se as campanhas educativas relacionadas à proteção dos direitos da criança, do adolescente e do idoso, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, gravidez precoce, uso de drogas ilícitas e prevenção de DST e Aids; elaboração de projetos técnicos (de engenharia e de saneamento ambiental) para a construção de aterros sanitários e para a coleta e tratamento de resíduos sólidos; capacitação de recursos humanos das prefeituras em gestão pública e em gestão de projetos e organização e capacitação dos Conselhos Municipais.

Em julho de 2010 foram realizados eventos do Projeto Rondon em 44 Municípios do Maranhão e de Pernambuco, com a participação de cerca de 880 estudantes e professores, de faculdades e universidades de todo o País. No Estado de Rondônia, o Programa abrangeu dezesseis Municípios localizados ao longo da BR-364. Para essa operação foram mobilizados 320 rondonistas, os quais participaram de atividades, palestras, oficinas, *workshops* e dinâmicas nas áreas de saúde, esporte, educação, gestão pública, gestão de projetos e sustentabilidade.

Para 2011 está prevista a participação de mais 2.400 universitários, que atuarão nos Estados do Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. O Projeto Rondon pretende aumentar a sua estrutura para poder atender à necessidade dos Municípios mais carentes e à capacidade existente nas instituições de ensino superior.

4. Saúde

A integralidade constitui-se em princípio e diretriz do Sistema Único de Saúde (SUS), fundamentando a atuação





governamental em saúde em todos os níveis de atenção.

A arquitetura do modelo de atenção à saúde tem como base a execução corresponsável por todos os entes federados com o acesso inicial por meio da atenção básica e extensão da oferta de serviços em nível de média e alta complexidade. Essa atuação tem na humanização um dos seus principais fundamentos para a obtenção do bem-estar individual e coletivo.

A complexidade da operacionalização do modelo descentralizado diante da diversidade de realidades regionais que caracterizam o Brasil exige aprimoramento da gestão como meio de adequação das disponibilidades de recursos à expansão da demanda. A partir dessa constatação, surgiu a necessidade de operacionalização de um modelo de gestão federal voltado para resultados, em que o desempenho da área é monitorado por indicadores gerenciais com o propósito de avaliar o seu desempenho.

a) Atenção Básica

a.1) Saúde da Família

A Estratégia Saúde da Família (ESF) hoje é uma política de Estado e uma prioridade da atual Gestão Federal. A Estratégia vem aumentando sua cobertura populacional e hoje abrange 52,2% da população brasileira, com 31.660 equipes de Saúde da Família e 244.883 Agentes Comunitários atuando no País. O crescimento dessa cobertura deve-se, entre outras ações, ao aumento de 80% do Piso da Atenção Básica (PAB), que passou de R\$ 10,00, em 2002, para R\$ 18,00, a partir de julho de 2009, como também possibilitou o aumento do PAB variável – incentivo aos Municípios que aderirem à Estratégia.

Os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) foram criados a fim de ampliar o espectro das ações das equipes de Saúde da Família, bem como a sua resolutividade, e ampliar o número de profissionais de Saúde. Atualmente estão em funcionamento 1.317 unidades de NASF, presentes em 919 Municípios.

Buscando prover infraestrutura adequada às equipes de Saúde da Família, incentivar a melhoria do desempenho de suas ações e estimular a implantação de novas equipes, promoveu-se a implantação de Unidades Básicas de Saúde (UBS). Em 2010, foi programada a construção de 8.600 UBS nos próximos quatro anos, com recursos específicos do PAC 2.

O Programa Saúde na Escola, outra ação importante no âmbito da Atenção Básica, já está implantado em 1.252 Municípios, principalmente na Região Nordeste, e envolve 36.892 escolas e 7.891 equipes de Saúde da Família, beneficiando 6,2 milhões de estudantes em todo o Brasil.

Em 2011, a meta é atingir cobertura de 70% da população brasileira com a ESF, com o desafio de crescer em grandes centros urbanos; estruturar um sistema de informações integrado com registro individual do paciente para melhoria da integração entre as equipes de Saúde da Família e todo o sistema de Saúde; ampliar o número de NASF; ampliar as equipes de Saúde Bucal; universalizar o Programa Saúde na Escola incluindo 6.872 ESF para o atendimento de 23,5 milhões de estudantes do ensino fundamental e médio das escolas públicas; melhorar o incentivo de custeio para manutenção das UBS; estimular a formação, em nível de pós-graduação, para os profissionais da Atenção Básica; e fortalecer a rede de pesquisa em atenção básica garantindo financiamento e continuidade para novas pesquisas voltadas ao desenvolvimento da capacidade de gerenciamento das Unidades Básicas de Saúde.

a.2) Saúde Bucal

Uma das principais marcas da atuação governamental em saúde, o Programa Brasil Sorridente teve sua operacionalização inten-





sificada com a implantação de 853 Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) até 2010, em 723 Municípios. Já nesse mesmo ano ultrapassamos a marca de 20,4 mil equipes de Saúde Bucal (ESB) implantadas, integradas à ESF. Essas equipes estão presentes em 86,8% dos Municípios e beneficiam mais de 90 milhões de pessoas.

Outro crescimento expressivo refere-se ao número de Laboratórios de Prótese Dentária, que passou de 327, em 2009, para 780, em 2010, dobrando a produção de próteses dentárias. Além disso, em 2010, destacam-se: aquisição de 480 aparelhos de raios-x para estruturação e apoio da rede assistencial; a realização do Levantamento Epidemiológico das Condições de Saúde Bucal da População Brasileira (Projeto SB Brasil – 2010), onde foram examinadas mais de 38 mil pessoas; e a estruturação de ferramentas de monitoramento e avaliação das atividades dos CEOs.

Foram também adquiridas as 51 primeiras Unidades Odontológicas Móveis, cujo objetivo é oferecer Saúde Bucal às populações com dificuldade de acesso aos serviços, como é o caso das populações rurais. O atendimento está sendo ampliado em 15 Estados.

Dentre os desafios para 2011, incluem-se: a ampliação do fornecimento de consultórios odontológicos a todas as equipes de Saúde Bucal implantadas; e a aquisição de 4.000 gabinetes odontológicos. Prevê-se também a aquisição de 109 unidades odontológicas móveis, com a finalidade de atingir 160 dessas unidades em funcionamento até o final do ano, além de implantar mais 100 CEOs e 300 Laboratórios de Prótese Dentária.

a.3) Alimentação e Nutrição

Ações de promoção da alimentação adequada e saudável, de vigilância nutricional e controle das deficiências nutricionais sobre o processo saúde/doença tiveram, em 2010, um caráter de disseminação de informação e de conscientização da população para as boas práticas alimentares. Destacaram-se: implantação da Estratégia Nacional para Alimentação Complementar Saudável (Enpac); o apoio à realização de pesquisas populacionais sobre a situação de nutrição; a melhoria do perfil nutricional de alimentos industrializados; e a expansão do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional eletrônico (Sisvan – Web).

O setor Saúde empreendeu, em 2010, ações voltadas à promoção da alimentação saudável, à vigilância alimentar nutricional e ao controle das deficiências nutricionais e das doenças associadas à alimentação; e à cobertura de 9,4 milhões de pessoas com acompanhamento do estado nutricional via Sisvan.

Dentre as realizações previstas para 2011 estão: i) a organização da atenção nutricional no SUS; ii) a implantação do plano de redução do excesso de peso e da obesidade; iii) a implementação do plano de melhoria nutricional dos alimentos processados, com destaque para a redução do sal e da gordura saturada utilizada pela indústria; iv) a expansão da estratégia de alimentação complementar saudável, com ações de aconselhamento e educação nutricional para pais e cuidadores de crianças menores de 2 anos; v) a articulação intersetorial com a agricultura familiar para incentivar o consumo de frutas, legumes e verduras; e vi) a universalização da suplementação de micronutrientes nos diferentes ciclos da vida para combater carências nutricionais.

a.4) Hipertensão e Diabetes

O combate a agravos de maior incidência na população com mais de 65 anos, como a hipertensão arterial (HA) e a diabetes mellitus (DM), são foco de intervenções em atenção básica no SUS, por meio de ações de prevenção, diagnóstico, tratamento, controle e acompanhamento, vinculando-os, prioritariamente, à rede básica de saúde, com o objetivo de reduzir a morbimortalidade causada por essas doenças.





No Brasil, segundo dados do VIGITEL/2009 (Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico), existem cerca de 32,2 milhões de portadores de hipertensão arterial e 7,6 milhões de portadores de diabetes mellitus auto-referidos, sendo que 2.306.277 de diabéticos e 6.518.613 de hipertensos estão cadastrados e sendo acompanhados nas UBS, segundo dados do SIS-Hiperdia/2010 (Sistema de Gestão Clínica de Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus da Atenção Básica).

Em 2011, as prioridades de atuação são a continuidade do projeto de educação para o autocuidado em diabetes, ampliando a rede para mais 10 mil agentes; a capacitação de três mil profissionais de saúde da rede básica em hipertensão e diabetes; e a capacitação de profissionais nos 26 Estados e no Distrito Federal para a operacionalização do novo Sistema de Informação em Hipertensão e Diabetes com objetivo de diagnosticar precocemente e monitorar a hipertensão arterial dos alunos cadastrados no Programa de Saúde na Escola.

a.5) Saúde no Sistema Penitenciário

A Política Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário é uma iniciativa conjunta dos Ministério da Saúde (MS) e da Justiça (MJ). Seu principal objetivo é organizar o acesso da população penitenciária às ações e serviços do Sistema Único de Saúde, com a implantação de unidades de saúde de atenção básica nas prisões e organização das referências para os serviços ambulatoriais especializados e hospitalares.

Em 2010, 18 Estados foram habilitados segundo as diretrizes do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, o que resultou na atuação de 239 equipes de Saúde cadastradas, distribuídas em 212 unidades de saúde em estabelecimentos prisionais. Foi realizado o Censo Nacional sobre Implantação e Funcionamento das Equipes de Saúde no Sistema Penitenciário, que apresenta também o 1º levantamento sobre agravos prevalentes na população privada de liberdade, bem como os grupos populacionais (mulher, criança, idoso, portador de deficiência) prevalentes nas unidades onde as equipes de Saúde estão atuando.

Para 2011, as ações previstas objetivam a ampliação das ações de Saúde no sistema penitenciário, por meio da qualificação nos Estados que ainda não contam com atuação específica (AP, MA, PI, RN, RR e SC); capacitação dos profissionais que atuam na área; e inserção da população penitenciária nos sistemas de informação em saúde como população específica. Outras iniciativas de impacto previstas são a implantação de prontuário unificando essa população com os usuários do SUS e o cadastramento de equipes com menor número de profissionais de saúde ajustando, dessa forma, a possibilidade de ampliação da cobertura de acordo com as especificidades dessa população.

a.6) Saúde Mental

A rede de atenção à Saúde Mental vem sendo ampliada e qualificada no sentido de proporcionar respostas adequadas, intersetoriais, sensíveis ao ambiente cultural, aos direitos humanos e às peculiaridades da complexa clínica do álcool e de outras drogas. Dentre as principais iniciativas na área destacam-se o Programa de Volta para Casa e a implantação de Residências Terapêuticas, para aqueles que não possuem vínculos familiares e egressos de longas internações. Em 2010, foram 3.639 beneficiários do Programa De Volta para Casa e 568 residências, beneficiando cerca de 3.100 pessoas com transtornos mentais. Além disso, cita-se a política de incentivo à ampliação dos leitos em hospitais gerais. Hoje, são 3.371 em todo o País.

Destaca-se ainda a criação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF 3), específicos para tratar as questões de saúde mental, álcool e outras drogas. Essas equipes darão apoio especializado às equipes de Saúde da Família para a atenção a essa população e estão em processo de implementação.





No contexto da Atenção Integral aos Usuários de Álcool, que tem como objetivo intensificar e diversificar as ações de prevenção, promoção da saúde e tratamento dos riscos e danos associados ao uso de drogas, principalmente por crianças e adolescentes, foi lançado o Plano Emergencial de Ampliação do Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas (PEAD) e o Plano Integrado de Enfrentamento ao *Crack* e Outras Drogas, instituído pelo Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010, que intensificaram e ampliaram ações integradas direcionadas aos usuários de *crack*, envolvendo diversos ministérios.

Foram também destaque em 2010 a implementação de 70 Consultórios de Rua em grandes cidades, 50 Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas 24 horas, com leitos para internação, ampliação leitos em hospitais gerais e comunidades terapêuticas, além de casas de acolhimento transitório para essa população. O Plano Integrado de Enfrentamento ao *Crack* e Outras Drogas investiu R\$ 90 milhões apenas para as ações de saúde, totalizando R\$ 410 milhões destinados para ações intersetoriais.

Em 2011, deverá ter continuidade a expansão da rede de cuidados em saúde mental, com especial ênfase no incremento do alcance do Plano Emergencial de Ampliação do Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas (PEAD) e o Plano Integrado de Enfrentamento ao *Crack* e Outras Drogas.

Tem-se também a perspectiva da intensificação das ações intersetoriais, de acordo com as recomendações da IV Conferência Nacional de Saúde Mental-Intersetorial, que deverá pautar a relação com outros setores do Governo e da sociedade civil.

a.7) Saúde da Mulher

O fortalecimento da assistência ao pré-natal, parto e puerpério na Região da Amazônia Legal e do Nordeste possibilitou, em 2010, a qualificação de 611 profissionais de saúde, em 26 maternidades que atendem a 252 Municípios, objetivando melhorar as práticas e condutas hospitalares para a adoção de procedimentos que beneficiem as gestantes evitando os riscos à sua saúde e à do bebê. Além disso, vários projetos para a adequação da ambiência ao parto e ao nascimento foram implementados em 45 maternidades de 22 Estados. Foram feitos investimentos para a ampliação de 67 novos serviços especializados no atendimento às mulheres e aos adolescentes vítimas de violência sexual, fortalecendo as redes estaduais e locais. Encontram-se hoje, prestando essa modalidade de atenção à Saúde, 509 hospitais em todas as regiões do País. Na atenção à saúde reprodutiva, foi disponibilizada na rede SUS um total de 55,14 milhões de insumos que beneficiaram 11,64 milhões de mulheres em todos os Municípios brasileiros em intervenções de controle da natalidade.

As ações previstas para 2011 irão dar continuidade ao fortalecimento da atenção perinatal nas maternidades; instituir novas ferramentas para melhorar o monitoramento dos serviços voltados para a atenção às mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual; propiciar a produção e distribuição de manuais técnicos de atenção à gestação de alto risco, ao climatério, às urgências e emergências obstétricas e à violência; darão continuidade também ao fortalecimento das parcerias interministeriais relacionadas às questões de gênero, raça e cor.

a.8) Saúde da Criança

Em 2010, as ações relativas à saúde da criança estão relacionadas ao compromisso do Brasil com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM): promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno; incentivo e qualificação do acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento; atenção à saúde do recém-nascido; e prevenção de violências e promoção da cultura de paz.

Na promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno, destaca-se, em 2010, a expansão e consolidação da Rede Amamenta Brasil, com a realização de 58 oficinas estaduais para a formação de 1.407 tutores, incluindo 34 profissionais de países vizinhos (Argen-





tina, Paraguai, Bolívia e Peru), com o envolvimento de 1.072 unidades básicas de saúde e 17.159 profissionais. Merece também destaque a expansão e consolidação da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano, com a aquisição de equipamentos para 16 Bancos de Leite e para 11 Postos de Coleta de Leite Humano para os Estados do Nordeste e Amazônia Legal, além da realização de oficinas estaduais sobre processamento e controle de qualidade do leite humano e realização de oficinas para readequação das políticas estaduais.

Na Qualificação da Atenção Obstétrica e Neonatal em maternidades da Região Nordeste e Amazônia Legal, foram realizados encontros de supervisão com os 21 apoiadores das 26 maternidades prioritárias dos 17 Estados; elaboração dos planos de trabalho pelas 26 maternidades; e inclusão das 26 maternidades prioritárias na Rede de Informações em Neonatologia. Houve, ainda, o fortalecimento e ampliação da atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso – Método Canguru (MC), com capacitação de 542 tutores no MC e definição dos centros de referência estaduais para o Método Canguru; qualificação de profissionais para o atendimento ao recém-nascido no parto, com capacitação de 131 parteiras tradicionais em reanimação neonatal nos Estados AP, AM, AC, RR e PA; e qualificação de profissionais para o atendimento ao recém-nascido na comunidade, com capacitação de 22 facilitadores nos 17 Estados do Nordeste e na Amazônia Legal.

As ações previstas para 2011 deverão dar continuidade ao que vem sendo desenvolvido, ressaltando-se: i) expansão e consolidação da Rede Amamenta Brasil, fortalecendo e monitorando a Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) e a Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano; ii) produção e distribuição das Cadernetas de Saúde da Criança; iii) apoio à Implementação da Linha de Cuidado Integral à Primeira Infância nos seis Municípios-polo da Estratégia Brasileirinhas e Brasileirinhos Saudáveis; iv) fortalecimento e ampliação da atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso - Método Canguru; v) capacitação das parteiras tradicionais, no atendimento seguro da mulher e do recém-nascido, e dos profissionais de saúde em Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI) Neonatal e Neonatal Comunitário, além da tradução e impressão do Manual Técnico do AIDPI Comunitário; e vi) qualificação de profissionais de saúde na linha de cuidado Atenção Integral à Saúde de Crianças e suas Famílias em Situação de Violência.

a.9) Saúde de Adolescentes e Jovens

A população adolescente e jovem é prioridade na perspectiva de ações intersetoriais e interdisciplinares de saúde. As principais metas relacionam-se à promoção da saúde integral e à melhoria do acesso de pessoas jovens ao sistema de saúde.

Nesse sentido, em 2010 foram instituídas as Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde, e foi dada continuidade à produção e distribuição de 5 milhões de Cadernetas de Saúde de Adolescentes em 500 Municípios de todas as Unidades Federadas. Em 2010, o MS e o MEC acordaram a inclusão desse instrumento no *kit* a ser distribuído nas escolas participantes, beneficiando, a partir de 2011, mais de 4,7 milhões de adolescentes de 10 a 16 anos.

A estratégia ainda otimiza o Programa Saúde na Escola e outras ações intra e intersetoriais voltadas às pessoas jovens. Além disso, ampliou-se a adesão, para sete Estados e 20 Municípios, às ações da Política Nacional de Atenção à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei em privação de liberdade.

a.10) Saúde da Pessoa com Deficiência

A Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, voltada para a inclusão das pessoas com deficiência em toda a rede de serviços do Sistema Único de Saúde, tem como propósitos gerais: i) proteger a saúde da pessoa com deficiência; ii) reabilitar a pessoa





com deficiência na sua capacidade funcional e desempenho humano, contribuindo para a sua inclusão em todas as esferas da vida social; e iii) prevenir agravos que determinem o aparecimento de deficiências.

Com relação à reabilitação, o número de unidades de saúde para atenção especializada passou de 1.198, em 2009, para 1.354, em 2010, nas áreas de deficiência física, deficiência auditiva e deficiência intelectual. Outra importante iniciativa no campo da reabilitação foi a expansão do fornecimento de órteses, próteses e de ações de reabilitação no SUS, que contou com o apoio da qualificação de profissionais em técnicas de utilização desses equipamentos e a implantação de oficinas ortopédicas.

A criação de incentivo financeiro para implantação das redes estaduais de serviços de reabilitação para pessoas com deficiência, o fortalecimento da rede estadual de atenção à pessoa com deficiência visual – com a implantação de novos serviços de reabilitação visual –, e o credenciamento de serviços de atenção à pessoa ostomizada também foram destaques em 2010.

Para 2011, serão investidos esforços na expansão de ações de inclusão social de pessoas com deficiência; na realização de capacitação e formação de profissionais ortesistas e protesistas em todo o País; e na organização das redes estaduais de atenção à saúde da pessoa com deficiência física e redes estaduais de atenção à saúde da pessoa com deficiência intelectual no SUS.

a.11) Saúde do Idoso

Em 2010, as principais ações realizadas no sentido de concretizar a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa foram: i) curso de Gestão em Saúde do Idoso e Envelhecimento, na modalidade à distância; ii) elaboração do livro “Atenção à Saúde da Pessoa Idosa e Envelhecimento”; iii) distribuição de dois milhões e quinhentos mil exemplares de Cadernetas de Saúde da Pessoa Idosa e 70 mil Cadernos de Atenção Básica em Envelhecimento e Saúde, para os Estados e Municípios; e iv) realização de 28 oficinas de prevenção da osteoporose e quedas em pessoas idosas nos Estados, Distrito Federal e no Município do Rio de Janeiro, objetivando sensibilizar e capacitar os profissionais de saúde da rede SUS na atenção ao evento quedas e alcançar a meta de redução em 2% de internação por fratura de fêmur em pessoas idosas.

Para 2011, os principais desafios são: i) promover as Oficinas de Prevenção da Osteoporose, Quedas e Fraturas em pessoas idosas preferencialmente nos Municípios; ii) publicar material informativo sobre prevenção de quedas e fraturas e de um guia de orientações básicas para melhorar a qualidade de vida da pessoa idosa; iii) adequar regulamentação referente aos centros de referência em atenção à saúde da pessoa idosa; iv) reestruturar e adaptar unidades básicas de saúde, em cooperação com a atenção básica, em Unidades Amigas do Idoso; e v) capacitar 1.000 profissionais sobre envelhecimento e saúde da pessoa idosa.

a.12) Saúde do Homem

A rede de atenção básica e as equipes de Saúde da Família foram definidas como principal forma de acesso à Política Nacional de Apoio Integral à Saúde do Homem, lançada em 2009. O objetivo maior é a melhoria das condições de saúde da população masculina, baseado no diagnóstico epidemiológico realizado em 2009 que identificou os principais agravos e enfermidades desse público, facilitando e ampliando o acesso às ações e aos serviços de assistência integral à saúde, contribuindo para a redução da morbidade e da mortalidade dos homens.

Até o ano de 2010, as diretrizes da Política foram efetivamente implantadas por parte das secretarias de Saúde de todas as 27 Unidades da Federação e de 80 Municípios, com uma cobertura potencial de 15 milhões de homens, o que representa cerca de 30% da população masculina brasileira entre 20 e 59 anos de idade. A expectativa inicial é de que, no mínimo, 5% dos homens na faixa etária de 20 a 59 anos procurem o serviço de saúde ao menos uma vez por ano. Isso significa que 2,5 milhões de homens





nessa idade devem buscar atendimento médico.

Para o exercício de 2011, prevê-se a expansão para outros Municípios com vistas a um aumento da cobertura; e a realização de estudos essenciais para a área em colaboração com organizações nacionais e internacionais. Salienta-se que a Política Nacional de Apoio Integral à Saúde do Homem é uma das três únicas políticas públicas presentes no mundo.

b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade

A regulamentação vigente no âmbito da atenção especializada de média e alta complexidade tem como objetivos: i) estimular a mudança do modelo de atenção, organizando a prestação de serviços em redes, especificando ações, serviços e responsabilidades e qualificando essa atenção; ii) facilitar, qualificar e integrar o atendimento de média e alta complexidade em todo o País; e iii) avançar na definição de diretrizes e protocolos diagnósticos e terapêuticos em todos os níveis da atenção, de forma a estimular e difundir a boa prática e permitir melhores condições para a regulação, o controle e a avaliação dos serviços prestados. Em 2010, a operacionalização dessas diretrizes ocorreu por meio das realizações detalhadas nos subitens que se seguem.

b.1) Saúde Auditiva

Em 2010 foram habilitados três serviços, ampliando a rede de atenção à Saúde auditiva para um total de 145 serviços em todo o Brasil, os quais realizam o atendimento integral: triagem e monitoramento da audição de neonatos, pré-escolares e escolares; diagnóstico de perda auditiva de crianças, de jovens e de adultos – trabalhadores e idosos; tratamento clínico em otorrinolaringologia; e concessão da prótese Aparelho de Amplificação Sonora (AASI).

A perspectiva é de que, em 2011, a rede de atenção a saúde auditiva esteja completamente integrada, com pelo menos um serviço em operação em cada Estado brasileiro. Ao longo do ano será realizado monitoramento e avaliação da implementação das ações de atenção à saúde auditiva, bem como revisão da tabela de procedimentos do SUS, com o objetivo de acompanhar e avaliar os projetos de apoio ao desenvolvimento.

b.2) Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal

Com o objetivo de qualificar os serviços de terapia renal substitutiva, segundo os critérios pactuados e constantes da Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal, até o final de 2010 foram habilitados 651 serviços de nefrologia.

Para 2011, as perspectivas são: habilitação de novos serviços de nefrologia; monitoramento de alguns serviços já habilitados; avaliação dos Projetos de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (Proadi/SUS) relacionados à terapia renal substitutiva; e elaboração do plano de contingência para atendimento da população na Copa do Mundo FIFA 2014 e nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

b.3) Hospitais de Ensino

Com finalidade de aperfeiçoar a relação entre os hospitais de ensino e o SUS, visando à melhoria de resolubilidade e integralidade dos serviços ofertados à população, em 2010 foram registrados, quanto à certificação, uma totalidade de 235 unidades, sendo 167 certificadas, e destas, 138 contratualizadas.

Para 2011, estão previstas novas certificações e as renovações das certificações já existentes, que terão como eixo norteador, a qualidade atingida pelas unidades de saúde já certificadas.





b.4) Hospitais Filantrópicos

O Ministério da Saúde, ao longo dos últimos anos, tem envidado esforços no sentido de estreitar a parceria com os hospitais filantrópicos visando ao desenvolvimento de políticas específicas para este segmento estratégico. Segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), o Brasil conta com 3.594 hospitais filantrópicos, que representam um total de 41% de unidades hospitalares do SUS (8.592), disponibilizando mais de 121 mil leitos para o SUS, ou seja, 32,9% do total de leitos SUS existentes no País (366.877). O Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS foi instituído com o objetivo de buscar alternativas de apoio às instituições filantrópicas e melhorar o acesso à atenção de média e alta complexidade em saúde. As ações do programa adotam o critério de adesão e reúnem grande potencial de qualificação da assistência, da gestão e do processo de descentralização. Em 2011, há a perspectiva de ampliação desse programa, com a criação de área específica para certificação de entidades beneficentes de assistência social, que aponta para a aplicação da ferramenta de contratualização para todos os hospitais filantrópicos.

b.5) Terapia Intensiva

O MS vem priorizando o credenciamento de novos leitos de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) e a reclassificação de leitos antes considerados de menor complexidade. Este processo, promovido com a participação dos gestores estaduais e municipais de saúde, entre 2003 e 2010, credenciou novos leitos de UTI e reclassificou leitos de UTI Tipo I para Tipo II ou III que apresentam maior exigência técnica.

Em 2010, foram credenciados, até o mês de novembro, 801 novos leitos de UTI destinados ao usuário do SUS, totalizando 6.623 leitos novos e 62 leitos reclassificados.

Atualmente a cobertura nacional de leitos de UTI é de 3,45% do número de leitos hospitalares necessários. O preconizado é de no mínimo 4% do total de leitos de UTI públicos e privados. Para 2011, a perspectiva é ampliar a cobertura em 750 novos leitos de UTI.

b.6) Atenção às Urgências e às Emergências

A Política Nacional de Atenção às Urgências e às Emergências concentra esforços na implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).

Até dezembro de 2010, o SAMU 192 contava com 157 Centrais de Regulação Médica e disponibilizava o serviço para 2.730 Municípios, cobrindo cerca de 110 milhões de habitantes, 57,5% da população do País.

Além disso, foram habilitadas, em 2010, 468 UPAs em todo território brasileiro, beneficiando 386 Municípios. Em 2011 deverão ser habilitadas mais 125 unidades, 25% do número de Unidades previstas na 2ª fase do PAC.

b.7) Transplantes

No ano de 2010, os investimentos realizados na área de transplantes resultaram no avanço do número de órgãos transplantados de doador falecido, que aumentou 17,7% no primeiro semestre de 2010, em comparação ao mesmo período de 2009. Números parciais referentes a 2010 registraram 21.780 transplantes realizados, o que representa um crescimento de 8,79% em relação ao ano anterior. O Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (Redome) consignou 414.896 novos doadores inscritos em 2010, perfazendo um total de 1.856.252 doadores, ou seja, 7 vezes mais que em 2003. Além disso, foram criadas 100 vagas de





residência médica em transplantes e a captação de órgãos recebeu reforço em suas estruturas com a criação de 45 organizações de procura de órgãos. Para 2011, pretende-se: realizar a publicação de Manual de Utilização do Protocolo de Morte Encefálica e de Avaliação e Manutenção do Doador; regulamentar o transplante de intestino; reduzir a lista de espera por transplantes de córneas; ampliar a rede de bancos de tecidos; consolidar o Sistema Informatizado de Gerenciamento da Lista Única (SIG), incluindo os dados relativos aos resultados pós-transplantes e relatórios gerenciais em geral; e criar leitos para os transplantes de células-tronco hematopoéticas (medula óssea) em hospitais públicos e filantrópicos.

b.8) Assistência Cardiovascular

No ano de 2010 foram habilitadas oito unidades de assistência cardiovascular de alta complexidade e um centro de referência de assistência cardiovascular de alta complexidade. Na área de assistência cardiovascular a rede passou a contar com um total de 244 estabelecimentos de saúde habilitados, dos quais 203 são unidades de assistência cardiovascular de alta complexidade e 41 são Centros de Referência. Ademais, foi estabelecido incentivo à Cirurgia Cardiovascular Pediátrica, por meio, do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC).

Para 2011 serão valorizadas iniciativas para habilitar 53 novas unidades e centros de referência de cardiologia e para acompanhar e avaliar os Projetos de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (Proadi/SUS) relacionados à cardiologia.

b.9) Sangue e Hemoderivados

Em 2010, destacam-se a certificação, pela Norma ISO 9001, de processos Gestão de Convênios, Gerenciamento de Prestação de Contas e Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede; a incorporação de mais dois Estados (Ceará e Pará) entre aqueles que realizam a triagem neonatal para a doença falciforme; a criação de um centro de referência em lesões ósseas e de tecido em doença falciforme para Região Nordeste; e o lançamento de campanha nacional inédita, em comemoração aos 100 anos do primeiro relato científico da doença falciforme.

Registre-se ainda o aumento na aquisição de fatores de coagulação para tratamento de hemofilias; o treinamento em centros para diagnóstico das hemofilias e inibidores, e para diagnóstico da doença de *von Willebrand*; a publicação do Manual de Reabilitação; e a disponibilização em consulta pública do Manual de Laboratórios de Hemostasia.

Os desafios a serem enfrentados em 2011 abrangem: i) concluir o mapeamento de processos e a implantação da qualidade total na área de Sangue e Hemoderivados, com proposta de certificação; ii) criar um portal e cadastrar as hemoglobinopatias; iii) implantar gradativamente os testes NAT na Hemorrede pública nacional; e iv) realizar Cooperação Técnica com o Uruguai.

Em 2010, a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) avançou no desenvolvimento de duas frentes fundamentais para o sucesso de seu empreendimento: o reinício das obras de construção da fábrica de hemoderivados, por meio da construção dos blocos B01 – Câmara Fria para Armazenagem do Plasma e B17 – Geradora de Energia Elétrica; e a assunção da responsabilidade pelo fracionamento do plasma brasileiro no exterior, com vistas a antecipar etapas do processo de transferência de tecnologia, autorizada por meio de portaria do MS.

Em 2011, com a licitação já em andamento, será iniciada a construção dos demais 12 blocos da planta industrial, bem como se pretende aumentar, gradativamente, o volume e a qualidade de plasma brasileiro encaminhado para fracionamento no exterior. O início de funcionamento da fábrica está previsto para o primeiro semestre de 2014.





b.10) Política Nacional de Atenção Oncológica

Foram priorizadas ações que envolvem a promoção da saúde, a prevenção, o diagnóstico precoce, o tratamento do câncer e a reabilitação e cuidados paliativos dos indivíduos. Nesse sentido, a estruturação da Rede de Atenção Oncológica (RAO) é indispensável para esse enfrentamento.

Para reduzir a defasagem na oferta de assistência oncológica no Brasil, a estratégia mais apropriada foi a da implantação dos Centros de Alta Complexidade em Oncologia (CACON). Essa iniciativa, vinculada ao SUS, é portadora de características físicas, tecnológicas operadas por recursos humanos adequados à prestação de assistência especializada de alta complexidade para o diagnóstico definitivo e tratamento de todos os tipos de câncer. Em 2010, mais dois CACONs estão em processo de implantação, totalizando 12 unidades implantadas em diversas Regiões do País. Para 2011, a previsão é de implantar mais 11 unidades, o que representará um total de 23 centros em operação.

Outra linha de atuação em oncologia é a da vigilância na área de transplante de medula óssea. Essa atividade teve destaque, em 2010, com a expansão dos Registros Nacionais de Doadores e Receptores de Medula Óssea e na Rede Nacional de Bancos Públicos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário para Transplante de Células-Tronco Hematopoéticas. Até 2011, está previsto o armazenamento de 65 mil bolsas de sangue de cordão umbilical e a expansão do projeto com mais quatro bancos no País.

Com relação ao controle do câncer cérvico-uterino, em 2010 foi intensificado o rastreamento organizado na atenção primária com medidas no âmbito da gestão descentralizada do programa de rastreamento. Além disso, foram feitos investimentos na melhoria da qualidade do exame citopatológico e garantido o tratamento adequado das lesões precursoras. Por haver uma incidência proporcionalmente maior na Região Norte, foram intensificadas as ações de controle do câncer de colo do útero e avaliada as alternativas de ações para o controle da doença na Região.

Para reorganizar o principal centro nacional de referência oncológica, de acordo com a evolução da demanda, em 2010, foi concluída a elaboração do projeto básico de construção da ampliação espacial das instalações existentes do Instituto Nacional do Câncer (INCA), situada na cidade do Rio de Janeiro, com área prevista de 117.000 m², e a distribuição espacial racionalizada em forma de campus voltado para a integração das atividades de assistência, ensino, pesquisa, prevenção e gestão. Para 2011, está prevista a conclusão do projeto executivo do referido campus.

Por apresentar ações em todas as áreas-chave para o controle do tabagismo, tais como economia, agricultura, educação e saúde, o Brasil será o pioneiro na aplicação, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), de metodologia que servirá de modelo a outros países, para diagnóstico da situação e recomendações para o avanço de programa de controle do tabagismo. Em 2010, o Governo divulgou os dados da Pesquisa Especial de Tabagismo em pessoas de 15 ou mais anos de idade, com análise de informações oficiais sobre o uso dos produtos derivados do tabaco, as tentativas de cessação do hábito de fumar, a exposição à fumaça do tabaco, o acesso às campanhas de conscientização sobre os riscos do tabagismo e a percepção das pessoas sobre esses riscos, além dos aspectos relacionados à compra de cigarros industrializados.

c) Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde

No Brasil, com o objetivo de concretizar o desenvolvimento e a disseminação de novos conhecimentos e tecnologias, o poder público federal tem fomentado estudos e redes de pesquisas em áreas prioritárias de interesse da saúde pública. Como resultado desse investimento, em 2010, foi lançado o *kit* nacional para diagnóstico da influenza H1N1, tecnologia desenvolvida no Brasil que se mostrou mais eficiente e 55% mais barata do que os insumos importados até então utilizados. No campo da terapia celular, desde





2008 são investidos recursos para a manutenção de rede atualmente composta por 52 grupos de pesquisa e oito centros de terapia celular. Ainda no campo do fomento, 30 projetos de pesquisas foram financiados pelo Governo Federal, no biênio 2009-2010. Outra iniciativa importante, executada em 2010, foi a parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) destinada a capacitar doutores para atuarem em projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação em áreas prioritárias para a saúde pública.

Visando à redução dos custos e a melhoria da assistência à saúde na rede de atenção, foram implantados, em 2010, 24 Núcleos de Avaliação de Tecnologias em Saúde em hospitais de ensino; expandida a Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde, atualmente com 44 membros; e lançado o Edital de Projetos de Avaliação Econômica em Saúde junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Em 2011, dar-se-á continuidade às atividades de fomento à pesquisa em saúde, à disseminação de evidências científicas – subsídios para os gestores e dirigentes da área de saúde nos processos de tomada de decisão –, e ao fortalecimento da avaliação de tecnologias em saúde no SUS. Vale ainda ressaltar a organização da 8ª reunião anual do HTAi (*Health Technology Assessment Internacional*), a ser realizada no Rio de Janeiro. Está prevista também a intensificação da cooperação técnica internacional no campo da biotecnologia com Cuba e com a Argentina, e a consolidação e disponibilização a outros países da América Latina da Plataforma do Registro Brasileiro de Ensaio Clínico (Rebec), lançada em dezembro de 2010. Trata-se de uma plataforma virtual, desenvolvida no Brasil, de acesso livre para registro de ensaios clínicos realizados em seres humanos, em andamento ou finalizados, por pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

d) Desenvolvimento e Inovação no Complexo Industrial da Saúde

O Complexo Industrial da Saúde (CIS) é um dos eixos de atuação do programa Mais Saúde. Essa frente tem o intuito de impulsionar a indústria farmacêutica nacional e de equipamentos de saúde para diminuir a dependência do Brasil em relação a esses produtos.

Nesse contexto, em 2010 foram aprovadas 11 parcerias envolvendo laboratórios públicos e privados que contemplam a produção de 11 produtos, acumulando 20 parcerias firmadas, desde 2009, o que resultará na produção de 25 produtos de interesse para a saúde pública.

Em 2010 evidenciou-se, ainda, a continuidade de investimentos nos laboratórios oficiais, institutos e pesquisas tecnológicas, privilegiando projetos de infraestrutura, desenvolvimento e qualificação da produção de fármacos e medicamentos. Consolidou-se ainda a parceria com o BNDES, que movimentou, em 2010, o montante de R\$ 1,6 bilhão e com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), com cerca de R\$ 3,4 milhões destinados ao financiamento de projetos voltados ao desenvolvimento de unidades industriais com produção para o setor.

Outro ponto importante para ampliação do acesso aos medicamentos foram as negociações diretas com as empresas para a redução dos preços de produtos qualificados como de alto custo. Em quatro produtos negociados chegou-se a redução de cerca de 50% do praticado e até 75% menor do que o preço da lista da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED).

Quanto à perspectiva projetada para 2011 persiste a preocupação em normatizar o uso do poder de compras do Governo para balizar negociações com o setor privado. Nesse contexto, prevê-se, por meio de proposta de alterações a ser apresentada, na publicação da Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010, que sejam incluídas, de forma expressa, as prioridades do setor na produção de medicamentos e insumos para a Saúde.





e) Assistência Farmacêutica

A assistência farmacêutica voltada para a atenção básica teve um significativo aumento nos recursos descentralizados com o repasse financeiro do Governo Federal para as demais esferas de gestão, entre 1999 e 2010, passando de R\$ 1,00 para R\$ 5,10 per capita/ano. O valor global repassado destina-se à aquisição local de medicamentos básicos, com finalidade de ampliar o acesso da população.

O componente especializado da assistência farmacêutica objetiva garantir a integralidade dos tratamentos com especificações farmacotécnicas, em nível ambulatorial, para as diferentes fases evolutivas das 79 doenças que compõem a lista com cobertura medicamentosa governamental. Esse componente complementa a possibilidade de uma oferta integral dos medicamentos, tanto em nível assistencial básico quanto nos mais complexos.

Atualmente a compra de medicamentos estratégicos, centralizada em nível Federal, compreende 80 fármacos em 121 apresentações comerciais. Em 2010, destacou-se a inclusão da etravirina 100 mg (inibidor da transcriptase reversa não-nucleósido – ITRNN) no elenco dos medicamentos usados no tratamento dos portadores de HIV/Aids.

A produção pública de fármacos propiciou o fornecimento de 57 milhões de unidades do medicamento Efavirenz 600 mg que compõe o coquetel antiaids utilizado no SUS. A aquisição pública também possibilitou a distribuição de cerca de 14,7 milhões de frascos de insulina no decorrer de 2010. Até o final desse ano, foram produzidos, na esfera pública, para atender a demanda do SUS, mais de 8,5 milhões de unidades de biofármacos, elementos componentes de medicamentos para o tratamento de anemias, hepatites, controle da rejeição de transplantes, cânceres, doenças autoimunes e algumas doenças do metabolismo.

Ainda na esfera produtiva, o poder público possibilitou o fornecimento de mais de sete milhões de conjuntos de reativos para diagnósticos em testes rápidos para HIV, Sífilis e Leishmaniose. Visando à produção de conjuntos diagnósticos detectores de doenças infecciosas foram desenvolvidas pesquisas de interesse setorial para aperfeiçoar o diagnóstico laboratorial do vírus influenza A (H1N1), hoje fornecidos pela OMS. Tal iniciativa visa à substituição por similares nacionais com maior qualidade e sensibilidade.

Para ampliar o acesso de plantas medicinais e fitoterápicos pela população, em 2010 foi instituída a Farmácia Viva no âmbito do SUS. Também foi instituída a Comissão Técnica e Multidisciplinar de Elaboração e Atualização da Relação Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (COMAFITO). Foram publicados 10 editais, com recursos do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica (PROBIO), cujo objeto é a elaboração de monografias de espécies vegetais da Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS (Renisus). Foram capacitados 70 gestores municipais e estaduais, para a estruturação de projetos de assistência farmacêutica em plantas medicinais e fitoterápicos no SUS e 440 farmacêuticos para a Gestão da Assistência Farmacêutica, também em Fitoterapia e Homeopatia. A perspectiva para 2011 é capacitar 2000 farmacêuticos, 300 médicos e profissionais de equipes de Saúde da Família e NASF das 27 UFs.

A produção pública de vacinas, no mesmo ano, também foi incrementada, atingindo um total de 80 milhões de doses. Desse quantitativo, foram produzidas em 2010, apenas contra a febre amarela, 28 milhões de doses. As vacinas pneumocócicas conjugadas, proteção eficaz contra a pneumonia, meningite por pneumococo, otite média e as formas de bronquite e de sinusites, causadas pela bactéria pneumococo, teve sua produção de mais de 13 milhões de doses disponibilizada para aplicação na rede pública.

Nesse ano foram também ampliadas as ações relacionadas ao Programa Farmácia Popular do Brasil. A rede própria, em parceria com Estados e Municípios, beneficia mais de 950 mil pessoas por mês com suas 546 unidades em funcionamento. Já no sistema de co-pagamento, em parceria com o setor privado, 14.014 farmácias foram cadastradas em todo o Brasil sendo responsáveis por uma





média de 1,1 milhão de atendimentos por mês, totalizando 13 milhões de atendimentos no ano de 2010. No mesmo ano, também foi ampliado o elenco de medicamentos dessa parceria, passando a contar com 24 itens para tratamento de hipertensão, doença de Parkinson, asma, rinite, osteoporose, glaucoma, diabetes e contraceptivos, além da fralda geriátrica.

Para 2011 estão sendo alocados recursos orçamentários suficientes para garantir o acesso da população à lista de medicamentos atual, além da previsão de sua ampliação. No âmbito do acesso popular aos medicamentos básicos, a perspectiva da rede própria para 2011 é de atingir 600 unidades em funcionamento além de ampliar o elenco de medicamentos. Em relação à parceria com estabelecimentos privados, a meta prevista é atingir 20 mil estabelecimentos parceiros.

f) Prevenção e Controle de Doenças e Agravos

Em 2010, os registros epidemiológicos mostram tendência de queda em doenças como tuberculose, hanseníase, esquistossomose, Aids, malária e meningite; continuidade da interrupção da circulação autóctone do vírus do sarampo, desde o ano 2000, e da transmissão vetorial da doença de Chagas pelo seu principal hospedeiro; além de tendências de eliminação do tétano neonatal e da raiva humana transmitida por animais domésticos.

O controle da tuberculose é considerado prioridade pelo Governo Federal desde 2003. Os dados mais recentes apontam que houve uma redução no número de casos desta doença passando de 80 mil, em 2003, para 73.405, em 2009. A incidência passou de 44/100.000 habitantes, em 2003, para 38,3/100.000 habitantes, em 2009, refletindo uma redução de 13%. Essa redução é fruto, principalmente, da descentralização das ações de controle de tuberculose para a Atenção Básica e da consequente expansão cobertura da estratégia do tratamento diretamente observado, que consiste no acompanhamento direto do paciente durante os seis meses de tratamento. Em 2010, com a introdução, em todo País, de uma quarta droga no esquema terapêutico para o tratamento da tuberculose e a adoção de uma apresentação farmacêutica em dose fixa combinada (todas as drogas em um único comprimido), espera-se aumentar a adesão e reduzir a taxa de abandono de tratamento de 9% para 5%, alcançando-se o parâmetro recomendado pela OMS.

O coeficiente geral de hanseníase passou de 29,37 para 19,64/100.000 habitantes, entre 2003 e 2009. Na transmissão entre menores de 15 anos de idade, o coeficiente de detecção baixou de 6,22, em 2006, para 5,43/100.000 habitantes, em 2009, contribuindo para a superação da meta prevista para 2011. Como estratégias para obtenção desses resultados destacam-se o aumento da descentralização do diagnóstico, do tratamento e da vigilância de contatos na atenção primária; a prevenção e reabilitação das incapacidades; e a intensificação da mobilização social, tendo como suporte a ampliação das redes de cuidado integral. Essa atuação descentralizada e integrada resultou no aumento de 175% no número de serviços de saúde com pacientes em tratamento da hanseníase de 2000 a 2010, passando de 3.327 para 9.155, sendo que 90% correspondem a serviços de atenção primária, responsáveis por 74% dos pacientes em tratamento de hanseníase no País.

A malária concentra 99,8% de sua transmissão na Região Amazônica. A redução de ocorrências pode estar relacionada aos seguintes fatores: i) aprimoramento da estrutura de atendimento de casos da enfermidade; ii) expansão da rede de diagnóstico para a atenção básica; iii) melhor oportunidade de acesso ao tratamento; iv) mudança do tratamento para *P. falciparum*; e v) ao sistemático monitoramento da situação epidemiológica. Em 2010, houve uma redução de 42,17% no número de casos de malária, passando de 549.314, em 2006, para 317.677, em 2010, e a incidência passou de 26,6/1.000 habitantes, em 2006, para 12,6/1.000 habitantes, em 2010, correspondente a uma redução de 52,6 % o que reflete na redução de 59 % nas internações por malária.

A ação governamental na prevenção e controle das doenças sexualmente transmissíveis (DST) possibilita a cerca de 200 mil pessoas que vivem com o HIV/Aids o acesso aos medicamentos antirretrovirais distribuídos na rede pública. Dados epidemiológicos





mostram que, na população geral, a maior parte dos casos de Aids está entre os homens e, entre eles, a principal forma de transmissão é a sexual. Já na faixa etária de 13 a 19 anos, a maior parte dos registros da doença está entre as mulheres. A incidência geral de Aids foi de 20,1/100.000 habitantes, em 2009, e a incidência de casos de Aids em menores de 5 anos de idade apresentou redução de 6,2, em 2002, para 3,0 por 100 mil habitantes, em 2009, indicando a redução da transmissão vertical do HIV.

Para prevenir as DST, a atuação governamental incentiva o uso do preservativo, sendo que, em 2010, foram adquiridos 788 milhões de unidades para a distribuição na rede pública e pelas organizações da sociedade civil.

Em 2010 foram imunizados 89 milhões de brasileiros como resposta à Influenza Pandêmica (H1N1). O total de pessoas imunizadas corresponde a mais de 47% da população brasileira. O dado coloca o Brasil na condição de país que mais vacinou mundialmente, em termos percentuais da população total. O êxito na estratégia de vacinação da H1N1 contribuiu para a redução de mais de 95% na ocorrência de casos graves e óbitos pela doença em 2010.

No mesmo ano, duas novas vacinas foram incluídas no calendário básico de vacinação disponível na rede pública de saúde: a pneumocócica 10-valente e anti-meningococo C. Para 2011, a prioridade será realizar a Campanha Nacional de Seguimento em menores de 5 anos com a vacina tríplice viral.

A situação epidemiológica atual da dengue é caracterizada por altas taxas de incidência da doença, pela circulação simultânea de vários sorotipos virais e pela presença do mosquito vetor em mais de 4.000 municípios. O número de casos de dengue registrados no período de janeiro a dezembro de 2010 aumentou 189,8% em relação ao mesmo período de 2009. O aumento foi observado em 22 Estados e no Distrito Federal. Em 2010, foram estimuladas ações emergenciais nos 16 Estados que concentram, no momento, o maior risco de epidemia.

A atuação Federal na promoção da saúde do trabalhador em 2010 foi operacionalizada por meio de 190 centros de referência. Outro importante avanço foi a garantia de financiamento sistemático para as ações de saúde do trabalhador repassado aos Estados e Municípios.

As perspectivas para 2011 no campo da prevenção e controle de doenças e agravos podem ser resumidas de acordo com os indicativos a seguir: i) com relação à tuberculose, fica mantido o compromisso em reduzir a incidência dessa doença e aumentar a proporção de cura de casos novos para 85%; ii) o compromisso para a hanseníase está focado na redução do coeficiente de detecção de casos novos em menores de 15 anos e no aumento da proporção de cura de casos novos de hanseníase para 90%; iii) no combate à malária a meta corresponde à redução da incidência e do Índice Parasitário Anual na Amazônia Legal; iv) as metas de combate à Aids estão relacionadas à redução da incidência em menores de 5 anos e na população geral como também da transmissão vertical do HIV; e v) no âmbito da saúde do trabalhador, as metas visam a ampliar o número de centros de atendimento específico para 200 unidades e aumentar a identificação e a notificação dos agravos à saúde do trabalhador a partir da rede de serviços sentinela com abrangência da rede de serviços.

g) Vigilância Sanitária

Visando à implementação de um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, importantes ações governamentais foram desenvolvidas em 2010. Entre elas, pode-se citar: i) a concessão e renovações de autorização de funcionamento de mais de 43 mil empresas; ii) a inspeção de 251 plantas de indústrias de medicamentos; iii) a certificação de boas práticas de fabricação em 369 empresas e 681 medicamentos; iv) a realização de mais de 70 mil inspeções sanitárias em





portos, aeroportos, postos de fronteiras e terminais alfandegados; e v) a tramitação de mais de 200 mil pedidos de licenças de importação. É imprescindível destacar também as ações de enfrentamento e controle do H1N1

Até dezembro de 2010 foram concedidos, ainda, 492 registros para a área de medicamentos, sendo: 71 medicamentos novos; 174 medicamentos genéricos; 60 medicamentos fitoterápicos e homeopáticos; e 123 medicamentos similares.

O Brasil tem hoje 3.054 medicamentos genéricos registrados, com um total de 16.930 apresentações comerciais reguladas pelo poder público.

Com relação à propaganda de produtos e serviços do interesse da Saúde Pública, foram emitidos autos de infração por irregularidade sanitária a 1.283 veiculações e a suspensão de 30 e analisados 223 processos com sentenças deferidas.

Para 2011, prevê-se a continuidade das ações em desenvolvimento e a realização de pesquisa de satisfação com a população, visando ao aprimoramento da atuação do Governo na regulação de produtos e serviços de interesse sanitário.

h) Políticas de Qualificação de Pessoal e da Gestão do Trabalho em Saúde

Em 2010, foram apoiados: 23 projetos de qualificação de agentes comunitários de saúde, beneficiando 79.124 profissionais; a formação profissional em diversas áreas da saúde a cerca de 90 mil profissionais; o financiamento de congresso, em âmbito nacional, na área de enfermagem, propiciando atualização técnica a cinco mil profissionais. Também houve transferência de recursos a Estados e Municípios para aplicação em educação profissional desenvolvida em nível local.

Como meio de aumentar a resolubilidade da atenção à saúde prestada à população, foram promovidas, em 2010, a formação e o desenvolvimento permanente das equipes de Saúde da Família, utilizando-se de metodologias presenciais e à distância, permitindo a capacitação de curta duração de 6.658 profissionais das equipes da estratégia Saúde da Família em todo o território nacional; e de 5.700 profissionais com orientações de processos clínicos e laboratoriais.

Por meio de convênios com 11 universidades, foram desenvolvidos cursos de capacitação à distância, específicos para profissionais de saúde, resultando em 27.903 profissionais capacitados.

Com finalidade de fomentar grupos de aprendizagem tutorial no âmbito da estratégia Saúde da Família, por meio de iniciação ao trabalho e de estágios e vivências dirigidos a estudantes da área da saúde, foram fornecidas bolsas de estudos a 104 mil beneficiados.

Com a finalidade de capacitar gestores da área de saúde e gerentes de unidades de atendimento, em 2010, foram desenvolvidos 48 projetos que beneficiaram 35.512 gestores e gerentes.

Para 2011, pretende-se continuar as ações de capacitação e qualificação de profissionais e gestores da área da saúde, tendo como referência as seguintes metas: i) apoio ao programa de formação de profissionais de nível médio para 65.000 trabalhadores das áreas de radiologia, patologia clínica e citotécnica, hemoterapia, manutenção de equipamentos, higiene dental, auxiliar de consultório dentário, prótese dentária, agente comunitário de saúde - formação inicial, vigilância em saúde e enfermagem; ii) apoio a 36 escolas técnicas de saúde em infraestrutura e compra de equipamentos, bem como apoio aos cursos de capacitação técnica; iii) apoio à Universidade Aberta para especialização em processos do Sistema Nacional de Saúde; iv) manutenção e ampliação das ações de formação e graduação *latu sensu* em Saúde da Família; v) continuidade das ações de gestão voltadas à melhoria do trabalho em saúde por meio da desprecarização dos vínculos trabalhistas; e vi) apoio a atividades de regulação do trabalho.





i) Saúde Indígena

As ações públicas preventivas e de controle de doenças e agravos mais recorrentes nos territórios indígenas proporcionaram a elevação dos índices que mensuram a qualidade de vida dessas populações específicas. A atuação governamental em Saúde Indígena teve como orientação a garantia do acesso dessa população aos serviços de saúde, o fortalecimento da atenção básica local e a agilização dos encaminhamentos dos casos de média e alta complexidade.

A busca ativa de sintomáticos respiratórios propiciou investigação e diagnóstico precoce da tuberculose, além de maior oferta e efetividade no tratamento adequado. Os dados mais atualizados indicam que a taxa média anual de cura no período de 2006 a 2008 foi 83%, superior ao observado na população geral (73%), com uma taxa de abandono do tratamento de 4,3%, quase a metade do abandono na população geral. No período de 2000 a 2009 houve um decréscimo acumulado de 60,29% na incidência de tuberculose em todas as formas, com média de 6,7% ao ano, resultado superior ao registrado na população geral correspondente a 2,3% ao ano.

Na Amazônia, no período de 2006 a 2009, os casos de malária por *Plasmodium falciparum* reduziram em 50%. Nos 22 Distritos Sanitários Especiais Indígenas dessa Região, em 2009, quase a metade apresentou redução no registro de novos casos e em dois não houve novos registros após a implantação do teste rápido para diagnóstico, visando ao tratamento precoce. Considerando que as maiores taxas de letalidade por malária são produzidas pelo *Plasmodium falciparum*, em 2009 foram disponibilizados 16.210 tratamentos, contribuindo para reduzir, nos últimos três anos, em 77,8% o número de casos graves.

A ação governamental visou a aumentar a cobertura da vacinação para toda a população indígena. No período de 2006 a 2009, aumentou em 44% a cobertura de indígenas com esquema vacinal completo, atingindo uma cobertura de 77,0% em 2010.

A atuação em Saúde, associada a fatores socioeconômicos e socioambientais, contribuiu para a queda significativa da taxa de mortalidade infantil indígena no período de 2000 a 2009. Esse índice declinou de 74,6 por mil nascidos vivos para 41,9 por mil nascidos vivos, o que correspondeu a uma redução de 43,8%. No entanto, a dinâmica de redução desse índice foi intensificada no decorrer da década. Considerando apenas o período de 2007 a 2009, apresentou redução de 10,6% e no período de 2008 a 2009 essa redução foi de 5,5%.

Em 2010, Secretaria de Saúde Indígena passou a compor a estrutura central do MS, com a responsabilidade por elaborar, propor e implementar as políticas públicas de promoção e proteção da saúde indígena, atribuições até então reservadas à Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Em 2011, haverá a estruturação efetiva da Secretaria de Saúde Indígena e o início da operacionalização dos trabalhos garantindo um novo modelo de gestão estruturado para a organização e execução descentralizada de ações específicas de atenção à saúde dos povos indígenas com territorialidade circunscrita pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI).

j) Gestão Descentralizada e por Resultados

A agenda estratégica “Mais Saúde – Direito de Todos” (2008-2011) vem alcançando resultados expressivos. Uma das grandes conquistas foi a organização e a integração da rede pública de atendimento em saúde, que uniu, por exemplo, a ESF, o SAMU e as UPAs, que, por sua vez, dialogam com outros programas, como o Farmácia Popular e Saúde na Escola. Entre outros avanços, um maior equilíbrio entre a oferta e demanda de profissionais do SUS e melhor distribuição do quadro pelo território nacional, bem como o acesso à capacitação e à qualificação desses profissionais que atuam em áreas remotas.





Com relação ao fortalecimento da gestão descentralizada do SUS o Governo atuou, em 2010, na promoção, articulação e integração das atividades de cooperação técnica aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, subsidiando processos de elaboração e implantação de normas, instrumentos e métodos voltados para o seu fortalecimento, sob a orientação do marco diretivo dos Pactos pela Vida e de Gestão.

Nesse contexto, o foco das ações de apoio à descentralização é desenvolvido nas seguintes vertentes: i) Apoio à constituição de Colegiados Regionais de Gestão como espaço de planejamento e pactuação regional, tendo sido constituídos, até 2010, 415 desses colegiados; ii) Apoio técnico aos Estados e Municípios que aderiram ao Termo de Compromisso de Gestão com o objetivo de pactuar e formalizar as responsabilidades e atribuições da esfera na condução do processo permanente de aprimoramento e de consolidação do SUS – adesão acumulada de 27 UF (26 Estados e o Distrito Federal) e de 75% dos Municípios com Termos de Compromisso de Gestão pactuado; e iii) Apoio técnico aos Estados e Municípios com metas pactuadas e monitoradas com a finalidade de auxiliar na tomada de decisões, de maneira qualificada e respaldada por informações constantemente atualizadas – 27 UF e 100% dos Municípios com metas pactuadas e monitoradas.

As previsões para 2011 concentram-se na continuidade do processo de pactuação com as esferas estadual e municipal de gestão, com o apoio técnico e financeiro da esfera Federal, com perspectiva de constituição de mais 435 colegiados de gestão e alcançar 100% dos Municípios com Termos de Compromisso de Gestão assinados.

k) Ouvidoria, Participação Popular e Auditoria

Em 2010 foram apoiados um total de 47 entes federados, atingindo 118% da meta prevista para este ano e acumulando 228 entes federados entre 2008 e 2010. Em 2010 foram prestadas 9,9 milhões de informações à população sobre questões relativas ao setor.

A atuação em auditoria do SUS possibilitou o apoio e a implementação de 200 áreas de auditoria em Estados e Municípios estratégicos, sendo encerradas 1.562 auditorias em 2010.

Foram também implantados 192 componentes descentralizados de monitoramento e avaliação da gestão em parceria com Estados e Municípios do SUS atingindo em 100% a meta programada para 2010.

Uma das principais estratégias para a ampliação da participação popular nas deliberações do SUS constitui-se na capacitação contínua de conselheiros e de lideranças sociais na temática da Saúde em todo o Brasil. Em 2010, foram capacitadas, de forma descentralizada, 50.147 pessoas, 107% da meta anual estabelecida.

Foram também realizados 48 eventos populares visando ao fortalecimento da participação e mobilização social em defesa do SUS. Outro foco desta atuação específica foi a introdução de fóruns de discussão para a promoção da equidade em Saúde de populações em condições de vulnerabilidade e iniquidades. Foram implantadas, em 2010, 21 instâncias estaduais de promoção da equidade.

Foram também intensificadas ações de inclusão das populações remanescentes dos quilombolas na atuação do SUS por meio da Estratégia de Saúde da Família, incluindo a Saúde Bucal. Em 2010, foram atendidas 44.693 pessoas por meio da realização de atividades de sensibilização das lideranças para facilitar a indução e o acesso dessas populações.

Na perspectiva de dotar os conselhos de saúde de infraestrutura e apoio logístico, foram adquiridos e distribuídos computadores para 5.591 conselhos municipais de Saúde, 26 conselhos estaduais de Saúde e ao conselho do Distrito Federal e *laptops* a todos os conselheiros nacionais do Conselho Nacional de Saúde.





Outras iniciativas de destaque em 2010 para a promoção da participação social foram a capacitação de 4.712 integrantes dos movimentos sociais sobre os direitos em Saúde inerentes à cidadania; a capacitação de 1.500 gestores e técnicos com foco na promoção de uma maior equidade em Saúde para populações em condições de vulnerabilidade e apoio a 731 Municípios estratégicos para a implantação das políticas de promoção da equidade; e o desenvolvimento de sistema informatizado para a construção do relatório anual de gestão para auxiliar os gestores na elaboração em tempo hábil desse instrumento de gestão de forma a atender aos prazos estabelecidos nas normas que o instituem e regulamentam.

As perspectivas para 2011 estão concentradas na consolidação e ampliação, com apoio de recursos para custeio, equipamentos, capacitação e disponibilização de acesso ao sistema informatizado, respectivamente, do Sistema Nacional de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS, implantando 173 áreas e do Sistema Nacional de Auditoria do SUS com a implantação de 302 novas áreas de auditoria, em Estados e Municípios. Com relação a ouvidoria serão implantadas 173 áreas descentralizadas.

Estão previstas também a aprovação no Conselho Nacional de Saúde e Pactuação na Comissão Intergestores Tripartite das políticas de populações em situação de rua e ciganos.

Conclusão de aquisição e distribuição dos equipamentos de informática e comunicação para todos os Conselhos de Saúde em nível municipal, além da capacitação de 111 mil conselheiros de saúde.

Há também a previsão de aprovação do Projeto de Lei de Responsabilidade Sanitária e o apoio à realização das Conferências Municipais e Estaduais e Distrital e realização da 14ª Conferência Nacional de Saúde.

1) Saúde Suplementar

As iniciativas realizadas em 2010 no campo da Saúde Suplementar buscaram garantir a qualidade e continuidade da atenção à saúde, além de conferir maior poder de escolha aos beneficiários. Dentre as principais iniciativas, destacam-se: i) o programa de acreditação de operadoras, incluindo a qualificação dos prestadores, com o objetivo de promover uma melhoria continuada na qualidade assistencial da Saúde Suplementar; ii) a realização de consulta pública acerca da portabilidade de carências, com a proposta de ampliação e flexibilização das regras existentes; iii) a instituição de grupos de trabalho para o debate acerca da remuneração dos hospitais e sobre honorários médicos; iv) instituição de programa de monitoramento, acompanhamento e avaliação pró-ativa dos contratos firmados entre as operadoras de planos de saúde e a sua rede de prestadores de serviços; v) revisão das diretrizes do Programa Olho Vivo, que realiza fiscalizações preventivas, para abranger um maior número de operadoras, refletir uma representatividade maior das operadoras em número de beneficiários e implementar a regionalização da execução das operações de fiscalização; e vi) publicação da versão eletrônica da Carta de Serviços da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) na rede mundial de computadores, com o objetivo de informar aos cidadãos os serviços prestados por ela, como acessá-los e solicitá-los, quais os padrões de qualidade estabelecidos para esta prestação de serviços, além dos compromissos com o atendimento aos beneficiários e às operadoras de planos de saúde.

A intermediação cada vez mais efetiva nos conflitos entre operadoras e beneficiários, buscando soluções mesmo antes da instauração de um processo administrativo sancionador, por meio do instituto da reparação voluntária e eficaz, foi potencializada pelo projeto piloto de Notificação de Investigação Preliminar e sua posterior consulta pública e normatização, com 90% de resolutividade.

Para 2011, as perspectivas da função regulatória do setor saúde estarão concentradas nas seguintes ações: i) pactuação do modelo de financiamento do setor com alternativas de formas de reajustes para planos individuais novos; ii) possibilidade de formação





de produtos de planos de saúde com alternativas mistas de mutualismo e capitalização; iii) determinação de prazos máximos para atendimento entre a autorização da operadora para exames e procedimentos e a efetiva realização; iv) definição de critérios para análise de suficiência de rede; v) revisão do Índice de Desempenho da Saúde Suplementar do Programa de Qualificação de Operadoras, principalmente no que se refere à dimensão satisfação do beneficiário; vi) criação de alternativas de oferta de assistência farmacêutica ambulatorial para beneficiários do setor de saúde suplementar portadores de patologias crônicas de maior prevalência, como forma de reduzir o sub-tratamento; vii) avançar no modelo de mobilidade com portabilidade de carências; e viii) criar mecanismos de incentivo à comercialização de planos individuais.

Outro campo de atuação a ser explorado pela regulação em saúde refere-se à assistência ao idoso por meio da criação de produtos específicos para a terceira idade; criação de indicadores sobre atenção ao idoso, estímulo às operadoras a criarem incentivos aos beneficiários da terceira idade que participarem de programas de acompanhamento de sua saúde; e o incentivo a comercialização de planos de saúde para a terceira idade.

A intensificação da integração entre a saúde suplementar e o SUS deverá ser desenvolvida com a implantação da identificação unívoca do beneficiário para a saúde suplementar e o desenvolvimento do prontuário eletrônico.

5. Políticas Afirmativas

a) Igualdade Racial

A maior conquista no campo da Igualdade Racial foi a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, fruto de projeto que tramitou por mais de dez anos no Congresso Nacional. O Estatuto disciplina políticas afirmativas nas áreas do trabalho, da educação, da saúde, da cultura, da religiosidade, do acesso à terra, da moradia, do esporte e lazer, do empreendedorismo e da participação de negros e negras nos meios de comunicação.

O Estatuto prevê, ainda, a implantação de Ouvidorias Permanentes e do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinpir), de forma a descentralizar e transversalizar as políticas de promoção da igualdade racial.

Outro avanço foi a consolidação do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir), que agrega as 27 unidades da Federação e possibilita a criação de ferramentas para a intensificação da política de promoção da igualdade racial em todo o território nacional. Até o final de 2010, 626 Municípios aderiram ao Fipir, dos quais 176 constituíram órgãos ou unidades voltadas à política de igualdade racial. Cabe especial destaque para as seguintes ações:

- 42 universidades públicas com ações afirmativas para população negra e 83 instituições federais de ensino que adotam algum sistema de cotas em todos os Estados;
- o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Ações Afirmativas (Pibic), que passou de 600 bolsas de estudo regulares, em 2009, para 800, em 2010;
- a formação de professores em diversidade de gênero e raça, por meio da Rede Universidade Aberta do Brasil que, em 2008, ofereceu 6.000 vagas, em 2009, 6.500 e, em 2010, 8.000 vagas;
- a formação de gestores de políticas públicas, com 6.000 vagas oferecidas em 2010 no Curso de Formação em Gestão de Políticas Públicas de Gênero e Raça;





- a fase II do projeto A Cor da Cultura, com 2.700 educadores capacitados em 34 Municípios; e
- o fortalecimento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, com a participação de 150 gestores e profissionais de saúde e de igualdade racial em seminários nas Regiões Sul e Sudeste.

Também se destaca: i) o Plano Setorial de Qualificação (Planseq) do Trabalho Doméstico Cidadão, com qualificação de 2.100 trabalhadoras domésticas; ii) a publicação do Livro “Trabalho Doméstico no Brasil – rumo ao reconhecimento institucional”, com 20 mil exemplares; e iii) o Programa de Valorização da Diversidade, em parceria com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), com meta de qualificar mil inscritos na área bancária.

Registram-se, também, as políticas de Ações Afirmativas para a Promoção da Igualdade Racial no âmbito da segurança pública e juventude negra, por meio do Projeto Farol – Oportunidade em Ação, firmando parcerias com Estados e Municípios (CE, ES, MG, PE, RJ, RS e SP), voltado à ressocialização de 4.200 jovens afro-brasileiros em situação de vulnerabilidade social, egressos do sistema prisional ou em cumprimento de medidas socioeducativas; e a realização do Seminário “Segurança Pública e Promoção da Igualdade Racial”, com a criação de Grupo de Trabalho Interministerial com agentes das academias de polícia civil, militar e bombeiros, Governo Federal e sociedade civil. Por fim, a realização da oficina de preparação do Plano de Combate à Mortalidade da Juventude Negra.

No contexto da inserção da questão racial na agenda internacional do Governo brasileiro, destaca-se a realização do II Seminário Ibero-Americano de Jovens Líderes Indígenas e Afrodescendentes, com representantes de 14 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Peru, Portugal, República Dominicana.

No campo do reconhecimento das lutas históricas contra o racismo, cabe ressaltar, no âmbito das comemorações do Centenário da Revolta da Chibata, o batismo de um navio petroleiro com o nome do líder João Cândido, cuja vida foi marcada pela luta para a superação do racismo e da violência praticada nos navios brasileiros.

Quanto às prioridades para 2011, haverá ênfase: i) na estruturação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) e na implementação das Ouvidorias Permanentes, previstas na Lei nº 12.288, de 2010; ii) na qualificação da nova composição do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR); e iii) no estabelecimento de avanços para a garantia da representação da diversidade racial nas esferas pública e privada, fortalecendo as iniciativas destinadas à promoção da igualdade de oportunidades.

Com o intuito de prover quadro próprio para a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), de promover a implementação do Estatuto da Igualdade Racial e o alcance de metas definidas no Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir), prevê-se a realização do primeiro concurso para a contratação de 30 analistas técnicos de políticas sociais.

Buscar-se-á a consolidação do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CAM/Planapir), instrumento de interlocução entre as instâncias de Governo e da sociedade civil, com a finalidade de monitorar os resultados da política de promoção da igualdade racial.

No âmbito do Programa Interagencial de Gênero, Raça e Etnia, serão disponibilizados o Guia de Capacitação em Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a Coletânea de Normas Legais, com o intuito de oferecer material didático adequado para capacitar gestores de políticas públicas, estaduais e municipais, e a sociedade civil organizada.

Até o ano de 2012 está previsto o início da Fase III do Projeto “A Cor da Cultura”, para formação de 3.000 multiplicadores das redes





de ensino (secretarias municipais, coordenadorias públicas de diversidade étnico-racial) e formação de 15.000 professores.

Com relação ao Projeto Farol – Oportunidade em Ação, pretende-se beneficiar 15.000 jovens negros em situação de vulnerabilidade social.

Será lançado o Selo 2011 Educação para Igualdade Racial, com o objetivo de premiar até 200 instituições de ensino e, no caso dos Clubes Sociais Negros – Projeto Memória, será elaborado dossiê dessas entidades junto ao IPHAN, para fins de seu reconhecimento como cultura imaterial. Também será dada continuidade às ações de qualificação por meio do Planseq Trabalho Doméstico Cidadão e Planseq Afrodescendente.

Na formulação de políticas de ação afirmativa está prevista, para 2011, a elaboração: i) do Plano de Combate à Mortalidade da Juventude Negra; ii) do Plano Operativo para a população beneficiária do Programa Nacional de Segurança Pública (Pronasci); e iii) do Plano Operativo para a população das Penitenciárias de Segurança Máxima.

Adicionalmente, está prevista a elaboração de pesquisas e a definição de ações específicas voltadas à inclusão no mercado de trabalho e ao empreendedorismo; a realização de encontros regionais para subsidiar a formação dos agentes de segurança pública na questão étnico-racial; a publicação do livro “Empoderamento de Mulheres Negras”; a realização de oficinas regionais para 1.000 gestores estaduais, municipais e conselheiros, de modo a fortalecer a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra; a realização da III Feira Nacional de Economia Solidária das Comunidades Indígenas; e o lançamento do Selo Indígena de Economia Solidária, em parceria com o MTE e o MJ.

Com relação à população cigana, serão realizadas: i) campanhas pelo registro civil; ii) ações que garantam o acesso e permanência de alunos nas escolas; e iii) ações que promovam o acesso à saúde pública em todo o território nacional. Com o objetivo de garantir o acesso da população negra aos postos qualificados de trabalho gerados em função da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos e Paraolímpicos Rio 2016, serão realizadas coleta e análise de dados sobre a nova classe média e o espaço do negro, com recorte de gênero, no processo em curso de mobilidade econômica e social.

Prevê-se, ainda para 2011, a criação do “Museu Marinheiro João Cândido”, em São João do Meriti (RJ), e do Museu da Escravidão Negra e Indígena, em Brasília (DF). Também será elaborado o Plano Nacional das Comunidades de Terreiro e definidas ações para a regularização jurídico-fundiária dos terreiros inventariados em sete Estados e no Distrito Federal, com foco para preservação cultural dessas comunidades.

No plano internacional, como a ONU definiu 2011 como o Ano Internacional dos Afrodescendentes, a Seppir organizará campanha nacional de valorização da identidade da população negra, contribuindo para a redução do preconceito e a prática de racismo. Além disso, intensificará a execução do Plano de Ação Conjunta para a Eliminação da Discriminação Étnico-Racial e Promoção da Igualdade entre Brasil e os Estados Unidos e as relações econômico-culturais com o continente africano.

a.1) Programa Brasil Quilombola

No âmbito do Programa Brasil Quilombola (PBQ), a implementação do Programa Luz para Todos beneficiou 20.648 domicílios e os Programas Saúde da Família e Saúde Bucal alcançaram 580 e 483 famílias quilombolas, respectivamente. Registre-se a realização de 140 projetos de saneamento básico, beneficiando 38.625 famílias. Com relação ao Programa Bolsa Família, o número de famílias cadastradas alcançou 39,6 mil, em novembro de 2010, enquanto o número de beneficiárias aumentou de 26,4 mil para 31,6 mil, entre janeiro e novembro de 2010. Já no que se refere ao acesso a terra, 94 comunidades quilombolas foram beneficiadas com a emissão de 72 títulos de propriedade, no período de 2003 a 2010, regularizando 194,8 mil hectares.





Com relação às ações de apoio à produção econômica foi concluído em 2010 o projeto de estruturação da rede de empreendimentos quilombolas, o qual prevê, inicialmente, a articulação entre empreendimentos de 16 Estados, a partir da realização de dez oficinas.

Para defesa de direitos dessas comunidades, ainda em 2010, foram capacitadas 148 pessoas no âmbito do Acordo de Cooperação celebrado com a Defensoria Pública da União para capacitação de defensores públicos no atendimento às comunidades quilombolas.

Com relação à infraestrutura, destaca-se a conclusão da ponte sobre o Rio Ribeira do Iguape, beneficiando diretamente as comunidades quilombolas de Ivaoporunda, Galvão e São Pedro, no Município de Eldorado (SP), demanda histórica dessas comunidades.

Em 2011 pretende-se ampliar e consolidar políticas públicas para as comunidades quilombolas, tendo em vista estarem em curso cerca de 900 processos de titulação, assim como realizar a I Feira Nacional Quilombola e os primeiros Jogos Abertos para Comunidades Quilombolas do Brasil. Para a valorização da produção econômica dessas comunidades, será consolidado o Selo Quilombola e promovida a articulação programa de turismo étnico, em parceria com o Ministério do Turismo (MTur), incluindo comunidades quilombolas cujos produtos possuam o Selo.

b) Igualdade de Gênero

O ano de 2010 foi marcado por fatos relevantes no campo das políticas para mulheres. No campo institucional, destaca-se a promulgação da Lei nº 12.314, de 19 de agosto de 2010, pela qual a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR) passa a ter a mesma estrutura dos demais Ministérios e sua titular, agora denominada Ministra de Estado-Chefe, passou a ter assento no Conselho Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

b.1) Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) completou três anos de vigência, em 2010. Executado por um conjunto de 22 órgãos do Governo Federal o Plano alcançou amplo conjunto de mulheres brasileiras em áreas tão diversas como educação e cultura, trabalho e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, além do enfrentamento da violência, cujas ações compõem o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Em 2011, por ocasião da III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, o II Plano Nacional será avaliado pela sociedade e revisado segundo as demandas apresentadas pelas mulheres de todo o País.

Em onze Estados os Planos Estaduais de Políticas para Mulheres foram lançados ou encontram-se em processo de construção (MA, MG, MS, RJ, RN, SP, BA, PE, RS, AP e PA), no âmbito do PNPM.

Destaca-se também a instalação de instâncias responsáveis pelas políticas de gênero em órgãos governamentais, a exemplo dos comitês de gênero ou das diretorias de políticas para mulheres existentes em alguns ministérios. Esta ação, aprovada na Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, resultou na existência de diferentes estruturas de gênero nos Ministérios da Saúde, do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento Agrário, de Minas e Energia, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

b.2) Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Em 2010, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres tornou-se uma realidade em praticamente todo o País. Até dezembro de 2010, 26 Estados e 104 Municípios do Rio Grande do Sul já haviam assinado com a SPM o Acordo de Cooperação Federativa, instrumento por meio do qual há a adesão formal do governo estadual ao Pacto.





As ações do Pacto foram estruturadas em quatro grandes áreas: i) consolidação da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e implementação da Lei Maria da Penha; ii) promoção dos direitos sexuais e reprodutivos e implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Aids; iii) combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; e iv) promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão.

Entre os principais resultados de 2010 destacam-se na primeira área: i) apoio à construção, reforma e reaparelhamento de 99 serviços especializados de atendimento à mulher em situação de violência, em todas as regiões do País, com repasse de R\$ 11,6 milhões para governos estaduais e municipais que aderiram ao Pacto; ii) apoio à capacitação de 3,7 mil profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, com o valor de R\$ 2,2 milhões; e iii) apoio à capacitação de mais de 8,7 mil pessoas nos temas da violência e garantia de direitos por intermédio do repasse de R\$ 1,7 milhão.

A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 – completou cinco anos de existência em 2010, com mais de 1,5 milhão de atendimentos. Apenas no ano de 2010 foram realizados 734.416 atendimentos. Nesse ano, a Central foi vencedora de dois prêmios nacionais, um na categoria “Serviço de Atendimento ao Público (SAP)”, da Garrido Marketing e Fundação Getúlio Vargas (FGV), com o *case* “Velocidade e Resultados Surpreendentes na Central que Combate a Violência Contra a Mulher Brasileira”; e outro da Associação Brasileira de Telesserviços (ABT), onde o Ligue 180 foi vencedor na categoria “Serviço de Atendimento Comunitário/Cidadania”.

A Ouvidoria da SPM é outro importante serviço no atendimento às mulheres em situação de violência, que recebeu, em 2010, 5.302 reclamações sobre os serviços da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

Em agosto de 2010, em meio às comemorações da Lei Maria da Penha, foi entregue o Prêmio Boas Práticas na Aplicação, Divulgação ou Implementação da Lei Maria da Penha. O Prêmio recebeu 181 inscrições e premiou cinco pessoas físicas ou jurídicas cujos trabalhos ou ações mereceram destaque no enfrentamento à violência doméstica contra a mulher.

Destaque-se, ainda, a assinatura da Portaria SPM/PR nº 85, de 10 de agosto de 2010, que instituiu as Diretrizes de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, que prevê o desenvolvimento de ações conjuntas entre diversos setores envolvidos com a questão de gênero, principalmente nas áreas de saúde, segurança pública, acesso à justiça, educação, assistência social, para a implementação de políticas voltadas à prevenção, enfrentamento, assistência e garantia do direito das mulheres do campo e da floresta.

Em novembro de 2010 foi realizado o II Encontro do Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid), cujo tema foi “Lei Maria da Penha e o Acesso à Justiça”. O objetivo do evento foi compartilhar experiências e uniformizar procedimentos que fazem parte da Lei, discutir as decisões oriundas dos Juizados e Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher sob o prisma do acesso à justiça e, ainda, avaliar as vantagens e desvantagens de ampliação de competência do sistema.

Com relação à promoção dos direitos sexuais e reprodutivos e implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Aids, vale destacar o lançamento, em 2010, da Campanha de Carnaval, promovida pela SPM e o MS, voltada para a prevenção à Aids entre meninas de 13 a 19 anos e jovens gays, grupos cuja infecção por HIV vem crescendo intensamente nos últimos anos. Destaque-se também a campanha voltada para assegurar às beneficiárias do Bolsa Família o acesso a informações sobre a prevenção do HIV e de outras DSTs, assim como aos preservativos. A campanha “Camisinha, um direito seu”, lançada em abril de 2010, visa a facilitar o acesso ao preservativo às mulheres de baixa renda, orientá-las sobre como discutir com o parceiro a questão do uso da camisinha e incentivá-las a fazerem o teste de HIV.





No que diz respeito ao combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, os governos do Brasil e da Venezuela assinaram um Memorando de Entendimento, que prevê a criação de dois serviços de acolhimento às mulheres em situação de violência e tráfico, um no Município de Pacaraima (RR) e outro no território venezuelano.

No âmbito do Conselho Nacional de Imigração, foi elaborada a Política de Migração Feminina que contempla assuntos relativos à migração, gênero, trabalho e violência. Desse trabalho resultou uma recomendação específica sobre as mulheres migrantes e a incorporação das especificidades da migração feminina na política migratória nacional.

Reforçando a articulação internacional do Governo brasileiro para o enfrentamento do tráfico de mulheres, a SPM realizou, ao longo de 2010, missões em países europeus conhecidos como destinos das mulheres em situação de tráfico, tais como Espanha, Portugal, Bélgica, Suíça e Holanda. Foi lançada a cartilha “Guia de retorno ao Brasil – Informações Úteis sobre Serviços e Programas de Acolhimento” com informações sobre programas e serviços disponíveis no Brasil dos quais podem se beneficiar brasileiros que retornam do exterior em situação de vulnerabilidade.

No que tange às ações preventivas, vale destacar a realização de uma Campanha Nacional de Prevenção ao Tráfico de Mulheres, lançada no início de 2010, que contou com a distribuição de materiais informativos nos aeroportos e locais como shoppings, rodoviárias, portos, etc e com inserções de peças publicitárias em programas de rádio e em sistemas de mídia eletrônica de ônibus, trens e no metrô de São Paulo.

O Governo deu continuidade, em 2010, ao mutirão de assistência jurídica às mulheres em situação de prisão. Durante esse ano, os Estados do Acre, Mato Grosso do Sul e Tocantins concluíram o processo de revisão penal das mulheres nessa condição.

Com o objetivo de implementar a Lei nº 11.942, de 28 de maio de 2009, que assegura às mães presas o direito de acompanhar o desenvolvimento de seus filhos e de promover condições de permanência e de atendimento adequado aos recém nascidos e às crianças, foi elaborado e aprovado novo projeto arquitetônico para construção de unidades prisionais e de módulos creche e berçário. A partir de 2011, o repasse de recursos para os governos estaduais investirem nesta área será condicionado ao respeito às diretrizes estipuladas para as construções e reformas conforme previsto no projeto arquitetônico.

b.3) Educação e Cultura

Em 2010, mais dez universidades públicas apresentaram suas propostas de oferta do Programa Gênero e Diversidade na Escola, totalizando mais cinco mil novas vagas a serem ofertadas para a formação à distância de profissionais da educação, do sexto ao nono ano do ensino fundamental da rede pública, nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual. Somadas às universidades que já ofertavam o programa e às vagas já existentes, chega-se a um conjunto de 39 instituições e 24,5 mil vagas ofertadas. O programa integra a Universidade Aberta do Brasil, do Ministério da Educação, e representa uma importante ação no enfrentamento à violência contra as mulheres e à cultura de discriminação de gênero.

O curso de Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, criado em parceria entre Unifem, Seppir, MEC, Ipea e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/UERJ), tem como objetivo formar profissionais aptos a atuar no processo de formulação e gestão de projetos e ações de forma a assegurar a transversalidade e a intersetorialidade de gênero e raça nas políticas públicas. O curso começou a ser ofertado em 2010, em nível de especialização e aperfeiçoamento, por meio da adesão de 18 universidades públicas federais e estaduais com cerca de 7 mil vagas em todas as Regiões do País entre 2010 e 2011.





Dando continuidade à implementação do Programa Mulher e Ciência, foi lançada em 2010 a 6ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, cujos objetivos são estimular e fortalecer a pesquisa no campo dos estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos. A 6ª edição recebeu um total de 4.571 inscrições. Com relação ao fomento à pesquisa, o Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDA nº 20/2010, no valor de R\$ 7 milhões, recebeu 303 inscrições, das quais foram recomendadas para apoio 208 propostas.

Ainda no campo da educação e do acesso das mulheres às ciências, foi realizado, em fevereiro de 2010, em Brasília, o Encontro Brasil – Reino Unido sobre Mulheres e Ciência, que procurou estimular a discussão e realização de pesquisas no Brasil e em outros países da América Latina sobre a temática gênero e ciência, com o foco em políticas públicas. O Brasil sediou também o VIII Congresso Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Gênero, cujo objetivo é discutir a participação das mulheres no campo científico-tecnológico das universidades e institutos de pesquisa dos países ibero-americanos.

Foi realizado entre os dias 2 e 4 de dezembro de 2010, na cidade do Rio de Janeiro, o VII Seminário Mulher e Mídia, tendo como tema A Mídia e as Mulheres no Poder. O evento foi organizado pela SPM, Instituto Patrícia Galvão e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) e objetivou dialogar com profissionais da mídia para melhorar o enfoque do debate que envolve as mulheres e sua imagem e participação na mídia.

b.4) Trabalho

Em 2010, o Programa Trabalho e Empreendedorismo das Mulheres, cujo objetivo é apoiar as mulheres na criação e desenvolvimento de seus próprios negócios, foi lançado também nos Estados de Goiás e São Paulo, onde cerca de 700 mulheres estão sendo beneficiadas. No Estado de Pernambuco, o programa foi ampliado e passou a apoiar cerca de 1.200 mulheres. Além desses, já foram atendidas pelo programa mais de cinco mil mulheres dos Estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pará e Distrito Federal.

O Programa Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres apoiou, em 2010, mais de 800 mulheres nos Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Tocantins. Também em 2010, foi apoiado o Projeto Construindo a Autonomia das Mulheres Camponesas através do Artesanato, da Associação Nacional de Mulheres Camponesas, que prevê a realização de oficinas em 21 Estados para capacitação de um total de 420 mulheres no período 2010 e 2011.

Ao longo de 2010, as 88 organizações dos setores público e privado que participam do Programa Pró-Equidade de Gênero, cujo objetivo é promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres nas empresas e instituições por meio do desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional, dedicaram-se à implementação do plano de ações definido no momento de sua adesão. Desse conjunto, 58 organizações cumpriram todas as etapas do plano de ações e foram contempladas com o Selo Pró-Equidade de Gênero em solenidade que ocorreu no mês de dezembro de 2010.

Em 2010, o Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais capacitou cerca de 400 mulheres por meio do Curso de Formação em Políticas Públicas para Mulheres Rurais.

O Programa Mulheres Construindo Autonomia na Construção Civil, voltado à capacitação profissional de mulheres para o desenvolvimento de habilidades, aptidões e saberes teóricos e práticos na área da construção civil, foi realizado, desde 2009, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pará e Rio Grande do Norte. Em 2010, o Programa foi lançado no Estado do Rio Grande do Sul e pretende treinar 800 mulheres. Cerca de 2,5 mil mulheres dos diversos Estados apoiados foram capacitadas até o final de 2010 nos vários ramos da construção civil.





Destaca-se o lançamento, em 2010, da Campanha pela Valorização e Respeito às Trabalhadoras Domésticas, ação conjunta entre a OIT, o Unifem e a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), com apoio da SPM e da Seppir, com o objetivo dar visibilidade aos direitos das trabalhadoras domésticas

Outra importante ação, fruto da parceria entre a SPM, Seppir, MEC e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), foi a assinatura de um protocolo de intenções cujos objetivos são fortalecer os processos de administração e gestão de carreiras da mulher, da mulher negra e da mulher com deficiência no setor bancário. Essa atividade objetiva reverter o baixo número de mulheres negras empregadas neste setor, as desigualdades salariais entre homens e mulheres, e a dificuldade de ascensão de mulheres aos postos de chefia.

b.5) Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão

No âmbito da Campanha Mais Mulheres no Poder, lançada em 2008, foram realizadas as seguintes atividades: i) elaboração e publicação do livro *Mais Mulheres no Poder: contribuição à formação política das mulheres*. Este livro será a base para a formação do curso de extensão *Mulher e Formação Política*, a ser oferecido aos partidos políticos, às lideranças femininas e às interessadas na ocupação de cargos políticos no legislativo e no executivo; ii) atualização do site “Mais Mulheres no Poder: eu assumo este compromisso!”, que de 2009 a 2010 já registrou mais de 37 mil visitas à página, com uma média de 1.692 visitas por mês; iii) atualização e distribuição de 215 mil unidades do documento “Mais Mulheres no Poder: eu assumo este compromisso”, que elenca políticas, a serem incorporadas nos programas de candidatas identificados com o enfrentamento ao racismo e ao sexismo e com os princípios da igualdade e respeito à diversidade.

O Curso Mulheres e Participação Política (MuPP) objetiva capacitar mulheres para participação nos partidos políticos, nos processos eleitorais e na vida política brasileira. Disponível pela Internet o curso possui carga horária de 40h.

A fim de estudar o comportamento e as percepções das mulheres em relação à política brasileira foi lançado, em 2010, edital no valor de R\$ 1 milhão para apoio a pesquisa. Vencedor do certame, o Consórcio Bertha Lutz deverá elaborar pesquisa que contemple: comportamento e tendências do eleitorado; candidaturas e candidatos, por intermédio de monitoramento e análise de material de campanha, plataformas eleitorais, programas eleitorais para todas as candidaturas majoritárias; e, monitoramento de mídia, que deverá ter abrangência nacional e cobrir a mídia impressa e televisiva. Os resultados dessa pesquisa devem ser divulgados no início de 2011.

Com o objetivo de apoiar a organização das mulheres no interior dos partidos políticos, a SPM tem apoiado a criação de Fóruns Estaduais de Instâncias de Mulheres em Partidos Políticos, a exemplo do Fórum Nacional, criado em 2007. Ao longo de 2010 foram criados Fóruns Estaduais em onze Estados: BA, DF, ES, MS, MG, PA, PE, RJ, RS, SC e SP. Foram realizados os seminários *A Mulher e a Democracia*, com vistas a fortalecer a candidatura de mulheres e sua atuação nos partidos políticos, bem como potencializar a atuação de mais mulheres em espaços de poder.

b.6) Participação e Controle Social

O Governo apoiou a criação e o fortalecimento de diversos organismos de políticas para as mulheres e conselhos de defesa dos direitos das mulheres das esferas estaduais e municipais, com os objetivos de promover a institucionalidade das políticas para as mulheres no âmbito local. Em 2010, a SPM apoiou a criação ou fortalecimento de 66 conselhos e 65 organismos de políticas para as mulheres do Poder Executivo, com recursos da ordem de R\$ 3,6 milhões.

b.7) Estudos e Pesquisas

O Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (OBIG), lançado em 2009, tem o objetivo de coletar e divulgar informações acerca





das desigualdades de gênero e dos direitos das mulheres. Ao longo de 2010, o Observatório desenvolveu uma série de iniciativas que o consolidaram como importante ferramenta para subsidiar a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas com perspectiva de gênero. O primeiro ciclo de monitoramento realizado pelo Observatório teve como foco a temática Mulheres, Poder e Decisão, enquanto o segundo ciclo – que se encerra em março de 2011, tem como foco a questão do trabalho.

Por fim, destaque-se que o Observatório, em resposta a edital aberto pelo Fundo para a Promoção da Igualdade de Gênero, do Unifem, em consórcio com sete organizações não governamentais (ONGs) desenvolveu o projeto Mais direitos e mais poder para as mulheres brasileiras para a implementação de diversas atividades que visam à garantia de mais direitos para as brasileiras e ao aumento da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. A proposta foi selecionada, em 2010, entre mais de 700 outras concorrentes inscritas e receberá financiamento de US\$ 3 milhões para a implementação das ações até 2013 nos eixos: fortalecimento institucional das políticas de gênero e raça, mercado de trabalho, e espaços de poder e decisão.

Em continuidade aos estudos e pesquisas iniciadas e fomentadas pelo Comitê de Estudos de Gênero e Uso do Tempo, no ano de 2010 foi lançada, pelo IBGE, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) com um bloco específico sobre a gestão da política de gênero. A pesquisa permitiu o diagnóstico inédito sobre a existência e a distribuição regional dos serviços que compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência e dos organismos executivos de políticas para as mulheres e conselhos, bem como sobre a execução de políticas de promoção da igualdade de gênero nos Municípios.

Ressalte-se que o Brasil foi escolhido, em julho de 2010, para sediar a 35ª Conferência da Associação Internacional sobre Uso do Tempo (Iatur), principal organização internacional de pesquisadores sobre a temática, que acontecerá em 2013, na cidade do Rio de Janeiro.

b.8) Iniciativas no Plano Legislativo

Foi sancionada a Lei nº 12.227, de 12 de abril de 2010, que cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (Raseam) para unificar as informações produzidas sobre os temas gênero e mulheres facilitando o acesso para os gestores públicos e para a sociedade em geral. A nova Lei torna obrigatória a produção anual, pelo Poder Executivo, de um documento que reúna todos os dados socioeconômicos e informações relativas a políticas públicas voltadas às mulheres no Brasil.

Outra importante iniciativa aprovada foi a ampliação do direito à licença-maternidade também às bolsistas de pós-graduação. Com a medida as bolsistas passam a ter direito à licença maternidade de até quatro meses com o pagamento de bolsas.

b.9) Articulação Internacional

Em 2010, o Governo foi anfitrião de três importantes encontros internacionais:

- III Fórum de Mulheres Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), realizado nos dias 14 e 15 de abril de 2010, em Brasília, por ocasião da IV Cúpula do IBAS, com o objetivo de analisar os efeitos da violência e da crise econômica nas populações das nações do IBAS, particularmente das mulheres. O Brasil foi o presidente *pro tempore* do IBAS no ano de 2010;
- XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, realizada em julho de 2010, em Brasília, tendo como temas centrais o empoderamento econômico das mulheres, a empregabilidade, a distribuição de renda e o compartilhamento das responsabilidades familiares. Com a realização da XI Conferência, o Brasil assume a presidência *pro tempore* da Mesa Diretiva da Conferência até a realização do próximo encontro, previsto para 2013; e





- XXIV Reunião Especializada da Mulher do Mercosul – realizada em dezembro de 2010, na cidade do Rio de Janeiro. Também na condição de presidente *pro tempore*, o País coordenou todos os trabalhos do evento, que conta com a participação dos países membros do Mercosul (Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina) e dos associados (Chile, Colômbia, Bolívia, Venezuela, Equador e Peru). Os principais objetivos da reunião foram: estabelecer os eixos de trabalho para o período 2011/2012 e avaliar os avanços do Projeto Fortalecimento da Institucionalidade e da Perspectiva de Gênero no Mercosul.

Ainda na área internacional, cabe mencionar que, em novembro de 2010, o Brasil foi eleito com mandato de dois anos para a Junta Executiva da ONU-Mulheres, novo organismo das Nações Unidas, criado para consolidar o tratamento do tema da igualdade de gênero. Outra importante conquista foi a aprovação, em julho de 2010, do Plano Estratégico sobre a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres pelos chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

c) Promoção e Proteção dos Povos Indígenas

O ano de 2010 propiciou importantes avanços para a Política Indigenista brasileira, como a reestruturação da Fundação Nacional do Índio (Funai), a realização de concurso público para ingresso de 425 novos servidores, o desenvolvimento de proposta de Sistema de Informações Indigenistas, a ser implementado em 2011, e a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena, no âmbito do Ministério da Saúde.

Resultados expressivos foram alcançados na área dos direitos indígenas, graças à inclusão do segmento no cadastro previdenciário, na qualidade de Segurado Especial; à criação de critérios de compensação ambiental; ao reconhecimento de direitos a indígenas que vivem em áreas urbanas; e à definição de políticas integradas de atenção às mulheres indígenas.

Em relação à Educação Indígena foram implementados 36 Territórios Etnoeducacionais. Trata-se de uma política estratégica para aprofundar e qualificar o tratamento da sociodiversidade indígena nas políticas educacionais e na gestão pública, fundamentadas na territorialidade dos povos indígenas e suas relações interétnicas.

Outro ponto de destaque no campo da educação refere-se ao apoio na formação de 3.858 indígenas, sendo 1.517 nos cursos regulares, 1.189 nas licenciaturas interculturais e 1.152 nos cursos de magistério e outros, atingindo um total de 322 comunidades indígenas beneficiadas. As principais metas previstas para o ano de 2011 estão relacionadas ao apoio técnico e financeiro a 3.644 estudantes indígenas matriculados em cursos (regulares, licenciatura, interculturais, de magistério e outros), dando continuidade às parcerias já firmadas com diversas instituições. Também estão previstos para 2011, a construção de instrumentos de avaliação e monitoramento das ações de educação indígena e o desenvolvimento do banco de dados inerentes a esta ação, bem como a implementação do programa de informação sobre povos e culturas indígenas e a realização de diagnóstico da educação indígena referente aos impactos nas comunidades indígenas dos cursos de formação apoiados pela Funai.

No que se refere à localização e proteção de povos indígenas isolados ou de recente contato, foram realizadas em 2010 diversas ações, destacando-se as atividades de fiscalização das terras indígenas promovidas pelas seis frentes de proteção etnoambiental existente; a localização geográfica e monitoramento de índios isolados e de recente contato; e o apoio à saúde de índios de recente contato. No total, 35 comunidades de índios isolados e de recente contato foram atendidas com as ações de proteção.

Quanto à promoção do etnodesenvolvimento em terras indígenas, foram apoiados 732 projetos no exercício 2010, contemplando: as práticas sustentáveis de produção de alimentos; o apoio à implantação, operação e manutenção de infraestrutura de produção e comercialização de produtos indígenas; e a capacitação de indígenas na elaboração, execução, monitoramento e avaliação de projetos produtivos e apoio às atividades de mulheres indígenas.





Com relação à área da cultura, foram implantados 30 Pontos de Cultura Indígena e foi desenvolvido o Projeto Documentação de Línguas Indígenas Ameaçadas de Extinção, em parceria com a Fundação Banco do Brasil e a Unesco.

Houve continuidade no processo de regularização de terras, com participação crescente da população indígena, tendo sido implementadas ações voltadas à gestão territorial e ambiental, com ênfase na proteção, o que inclui fiscalização e vigilância. As ações de extrusão dos invasores, repressão e combate às atividades ilegais, em parceria com a Polícia Federal e IBAMA, ensejaram a realização de 234 atividades em 143 terras indígenas, sendo 148 de fiscalização, 72 de prevenção e 14 de capacitação.

Foram realizados os estudos de fundamentação da posse tradicional indígena e os estudos antropológicos de identificação e delimitação em 40 terras indígenas. Também foram aprovados e publicados os resumos dos relatórios circunstanciados de duas terras indígenas e, por ato do Ministro da Justiça, as Portarias declaratórias de outras dez terras indígenas, declarando a posse tradicional de diversos grupos indígenas, com superfície total aproximada de 332,4 mil hectares. Três terras foram homologadas por decreto presidencial e oito terras indígenas, correspondendo a cerca de seis milhões de hectares, tiveram registro cartorial e no patrimônio da União.

Estima-se para 2011 a realização dos estudos complementares de fundamentação da posse indígena em 25 terras e de estudos antropológicos de identificação e delimitação em outras dez terras indígenas; a demarcação física dos limites de oito terras; a previsão do ato declaratório da posse tradicional de grupos indígenas para oito terras indígenas; a edição de decreto de homologação de nove terras; e o registro cartorial e no patrimônio da união de oito terras indígenas.

6. Diretos Humanos

a) Temas Estruturantes

O grande marco da política de Direitos Humanos, em 2010, foi o início do processo de implementação e monitoramento da terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), com a instalação do comitê de monitoramento e acompanhamento, composto por 21 Ministérios, e elaboração do primeiro Plano Bianual. Lançado em 21 de dezembro de 2009, o PNDH-3 atualiza e amplia as versões anteriores e orienta o Poder Executivo na elaboração de suas políticas públicas, buscando manter a rota ascendente de promoção e defesa dos direitos fundamentais que pautou a atuação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).

Os avanços institucionais, em 2010, são a nova estrutura organizacional da SDH/PR, a conquista de sede própria e a assunção de novos temas, como a Política Nacional para a População em Situação de Rua, assim como a integração das ações desenvolvidas no âmbito dos Direitos Humanos e Saúde Mental.

A produção de dados e informações merece destaque. Em 2010, o Censo, realizado pelo IBGE, adicionou duas questões referentes a Direitos Humanos: uma sobre pessoas que vivem relações homoafetivas – pela primeira vez, o País terá um número oficial de casais do mesmo sexo –, e a outra sobre o Registro de Nascimento. Na esfera internacional, houve o lançamento, durante a Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul (Raadh), do Fórum Virtual, ambiente de trabalho que garante a perenidade da atuação e a memória das atividades realizadas pelo grupo.

Para 2011, destacam-se: o lançamento do Atlas Direitos Humanos – publicação com visão crítica do estado atual dos direitos humanos no Brasil a partir de análises de indicadores e mapas; a realização da 2ª pesquisa Percepção sobre os Direitos Humanos no Brasil; e a definição de diretrizes para a primeira Pesquisa Censitária sobre População em Situação de Rua. No âmbito da Educação





em Direitos Humanos – que engloba políticas que buscam despertar a consciência e a atitude cidadãs para o reconhecimento dos próprios direitos e a incorporação de valores de solidariedade, tolerância e igualdade na diferença –, destacam-se as seguintes realizações: a 5ª Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul - realizada em 20 capitais; a 5ª edição do Show, da Feira e da Semana dos Direitos Humanos, em Belo Horizonte (MG) e uma edição extra da Semana em Fortaleza (CE) e a 16ª edição do Prêmio Direitos Humanos. Todos esses eventos têm previsão de continuidade para 2011.

Registre-se o lançamento de três edições da Revista Direitos Humanos, em português e espanhol (5ª, 6ª e 7ª edições), que terá continuidade em 2011 com periodicidade trimestral. Além disso, cabe ressaltar a estruturação de comitês de educação em Direitos Humanos nos Estados e Municípios (22 instalados até 2010, com previsão de mais dez em 2011) e o envolvimento de cerca de 165 mil pessoas em processos de capacitação, entre 2008 e 2010, com destaque para 50 mil lideranças comunitárias beneficiadas pela Rede de Educação Cidadã e Mobilização Social – Talher Nacional.

Incluído pela primeira vez em um programa nacional de direitos humanos, o tema Direito à Memória e à Verdade foi marcado pelo envio ao Legislativo do Projeto de Lei nº 7.376, de 13 de maio de 2010, prevendo a criação da Comissão Nacional da Verdade. Foram realizadas oito expedições à região do Araguaia e outras nove em demais localidades do País a fim de promover buscas de corpos de desaparecidos políticos. Essas expedições continuarão sendo realizadas em 2011.

Registre-se também que, em 2010, foi lançado o livro “Luta, Substantivo Feminino” – com a história de 45 mulheres mortas ou desaparecidas durante a ditadura e inclui depoimentos de outras 27 que sobreviveram, apesar de terem sido presas e torturadas 3/4 e foram inaugurados diversos memoriais denominados Pessoas Imprescindíveis em homenagem a pessoas que perderam suas vidas lutando pela democracia no País. A exposição fotográfica itinerante A ditadura no Brasil 1964-1985 percorreu mais nove cidades e teve público estimado em 100 mil pessoas.

b) Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica

As mobilizações realizadas no âmbito da Agenda Social tiveram importantes resultados em 2010, com foco nas Regiões Nordeste e Amazônia Legal. Foram implantadas 12 Unidades Interligadas que possibilitam aos recém-nascidos saírem já registrados da maternidade, nos Estados de Mato Grosso e Pernambuco. Além disso, foram realizados 373 mutirões apoiados pela SDH/PR e 571 em parceria com o MDA, que resultaram na emissão de mais de 116 mil certidões e outros 560 mil documentos civis básicos. Foi realizada mais uma campanha nacional com a participação do jogador de futebol Ronaldo Nazário de Lima (o Fenômeno) e da cantora Margareth Menezes. Para 2011, estão previstas a instalação de mais 900 Unidades Interligadas e a realização de, aproximadamente, 800 mutirões com apoio da SDH/PR, além de nova campanha publicitária.

O grande destaque cabe à implantação do piloto do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC) em 21 cartórios do País. Trata-se de banco de dados nacional de pessoas registradas que interligará a base de todos os cartórios de registro civil à do Governo Federal. A iniciativa, que congrega esforços da SDH/PR, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, MJ, MS, MPS, MDS, MD, MF, MRE, INSS, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen/BR) e Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg/BR), trará unicidade, centralidade, padronização e controle ao sistema brasileiro de registro civil, sendo tal ação prioridade para 2011.

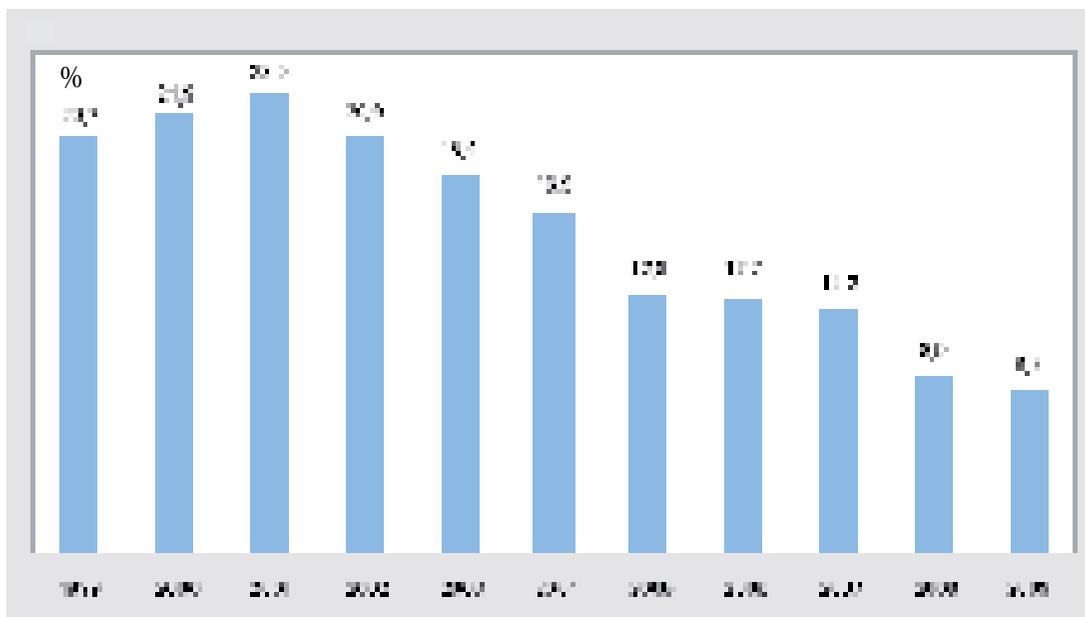
O índice de sub-registro (percentual das crianças nascidas que não foram registradas naquele ano e até os três meses subsequentes) caiu de 8,9%, em 2008 para 8,2% em 2009. Além disso, segundo o IBGE, houve aumento significativo no total de registros extemporâneos, demonstrando a efetividade da estratégia de realização de mutirões, e diminuição do tempo entre o nascimento e o registro, que, em sua maioria, está sendo realizado em até 90 dias após o nascimento. Apesar desses avanços, o índice de sub-





registro de 2009 mostra o grande trabalho que ainda há pela frente. Por esse motivo, as ações da SDH/PR para 2011 estarão voltadas para as ações estruturantes (Unidades Interligadas e SIRC) capazes de assegurar que esse índice não volte a subir.

Estimativas de sub-registro de nascimento - Brasil - 1999-2009



Fonte: IBGE (2010). *Handbook de Pesquisas Demográficas e Populacionais*. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01/03/2011. (BRASIL, 2010). *População e Desenvolvimento: Projeções*. Brasília: IBGE.

Cabe ressaltar ainda que o modelo de gestão da Agenda Social Registro Civil de Nascimento, por meio dos Comitês Gestores nacional e estaduais e envolvendo diversos órgãos e instituições estatais e não-estatais, foi uma das dez iniciativas premiadas na 15ª edição do Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

c) Inclusão de Pessoas com Deficiência

No âmbito do Compromisso Nacional pela Inclusão das Pessoas com Deficiência a atuação dos diversos parceiros levou a resultados expressivos. 47% das municipalidades aderiram ao programa BPC na Escola, abrangendo 68% dos beneficiários com ações de inclusão escolar e acompanhamento de crianças e jovens com deficiência beneficiários do BPC no ambiente escolar.

Nas ações desenvolvidas pelo MEC, 10.489 escolas foram contempladas com recursos para torná-las acessíveis a estudantes com deficiência e 14.925 com salas de recursos multifuncionais. Participaram do programa de formação continuada para a educação especial 11.370 professores e, em 2010, foram disponibilizadas mais 24 mil vagas, em 12 cursos de aperfeiçoamento.

Quanto à concessão de órteses e próteses, foi cumprida, pelo Ministério da Saúde, a meta de implantação de dez oficinas entre 2007 e 2011. No quesito empregabilidade das pessoas com deficiência, dados do MTE indicam que 28.752 pessoas foram inseridas, até dezembro de 2010, em empresas privadas, como resultado das ações da fiscalização do trabalho.

Em 2010, foi publicado o livro e lançado o documentário da História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil, produtos inéditos no mundo. Foi realizado estudo sobre tecnologia assistiva no País e lançado o projeto “Cidade Acessível é Direitos Humanos”, com o objetivo de divulgar, incentivar e dar visibilidade às ações de acessibilidade das cidades participantes, para que





essas iniciativas sirvam de referência para disseminação em outros Municípios. Atualmente, participam do projeto as cidades de Campinas (SP), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Joinville (SC), Rio de Janeiro (RJ) e Uberlândia (MG). Em 2011, outras cidades serão convidadas a fazer parte desse projeto, ampliando a acessibilidade da população.

Outro avanço importante em 2010 foi a inclusão institucional da área responsável pelas políticas para pessoas com deficiência nos Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA 2014 e no 1º Projeto de Revisão do Comitê Paraolímpico Internacional. Esta inclusão é fundamental para assegurar o direito básico das pessoas com deficiência de participar na vida cultural e esportiva em igualdade de oportunidades com os demais brasileiros. Os trabalhos do Comitê começarão em 2011 e o Projeto de Revisão do Comitê Paraolímpico terá continuidade em 2011, como instância de articulação das garantias de acessibilidade dos e Paraolímpicos Rio 2016. Além disso, destaca-se a assinatura de acordo de cooperação técnica entre a SDH/PR e o Comitê Paraolímpico Brasileiro, com o propósito de envolver os atletas como multiplicadores nas ações de promoção dos direitos da pessoa com deficiência, devendo a capacitação com esse objetivo ser iniciadas em 2011.

Ao longo de 2010, foram capacitados 1.390 conselheiros, sendo 380 no IV Encontro Nacional de Conselhos de Direitos, realizado em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), e 8 mil agentes e técnicos em acessibilidade. Foram apoiados dois conselhos de direitos e implantados dois núcleos do Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência (Sicorde). Seguem como desafio para 2011: i) a elaboração do selo brasileiro de acessibilidade; ii) a formulação de programa de capacitação para técnicos e agentes sociais em acessibilidade; e iii) a elaboração do observatório dos direitos da pessoa com deficiência e acessibilidade. Ainda que a SDH/PR tenha conseguido pautar a discussão sobre o Desenho Universal no Programa Minha Casa, Minha Vida, é em 2011 que, espera-se, seja assegurado institucionalmente esse desenho em todos os projetos do Programa, de forma que a concepção de produtos, ambiente, programas e serviços possam ser usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico.

d) Crianças e Adolescentes

O eixo Crianças e Adolescentes foi marcado pela realização, entre 6 e 8 de dezembro, da Feira Observatório de Boas Práticas e Projetos Inovadores em Direitos da Criança e do Adolescente, para disseminação das experiências de implementação da Agenda Social, com participação de 500 gestores, adolescentes, especialistas e ativistas, incluindo representantes governamentais de sete países da América Latina. Entre as de 15 publicações lançadas nesse evento, destaca-se o livro “Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes: 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente”. Foram entregues cerca de 2 mil computadores e 159 veículos a Conselhos Tutelares e à rede de atendimento socioeducativo.

No projeto Bem-me-quer, foi realizada a I Pesquisa Censitária sobre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, em todos os Municípios com mais de 300 mil habitantes. Foi implantado o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, por meio do portal da Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública (Rede Infoseg) em parceria com MJ, com base de dados sobre desaparecimento de crianças e adolescentes. Foram realizados seminários regionais e nacional sobre políticas de atendimento a crianças e adolescentes indígenas, e também o Seminário Internacional sobre Subtração de Crianças e Adolescentes, com participação dos Tribunais de Justiça das 27 Unidades da Federação e embaixadas de 28 países. Como avanço legislativo, ressaltou-se a aprovação da Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, que trata da alienação parental.

Em 2010, iniciou-se a implantação nas capitais brasileiras de versão *web* do módulo vinculado a Conselhos Tutelares do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia), que, em 2011, será expandida para os demais Municípios. Registre-se ainda a implantação e manutenção de 19 Escolas de Conselhos destinadas à capacitação de conselheiros dos direitos e tutelares, com universalização prevista em 2011.





No âmbito do combate à letalidade infantoadolescente, merecem destaque a realização da pesquisa Gangues e Gênero e a descentralização do Índice de Homicídio na Adolescência (IHA) aos gestores municipais.

Em 2010 foram firmadas parcerias de responsabilidade social com a adesão de 24 grandes empresas estatais e privadas ao termo de compromisso corporativo para enfrentar a exploração sexual de crianças e adolescentes. Em 2011 serão fortalecidas ações de responsabilidade social de empresas a respeito desse tema, com foco nas 12 cidades sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

O Disque Denúncia Nacional (DDN) registrou, em 2010, um total de 149.311 atendimentos, dos quais 28.054 se converteram em denúncias encaminhadas. Foi iniciada a descentralização do software livre do Disque 100 e de sua metodologia, a qual foi disseminada para 15 Municípios de fronteira do Brasil com Argentina, Paraguai e Uruguai. O DDN foi incorporado ao Disque Direitos Humanos em dezembro de 2010. Também está prevista a internalização na estrutura da SDH/PR do monitoramento das denúncias sobre violações dos direitos de crianças e adolescentes na Internet, em parceria com o MJ.

No projeto “Na Medida Certa – reordenamento físico das unidades de internação para adolescentes em conflito com a lei” – foram financiadas, em 2010, oito novas unidades adequadas aos novos parâmetros do Sinase e quatro reformas ou ampliações. Em 2011, pretende-se financiar a construção de três centros integrados de triagem e atendimento a adolescentes em conflito com a lei (a chamada “Justiça Instantânea”). Em 2010, o MDS ampliou o cofinanciamento de CREAS para a execução de medidas socioeducativas em meio aberto, com adesão aos Municípios com 20 mil habitantes ou mais. Hoje são mais de 900 Municípios cofinanciados. Foi lançada campanha nacional com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – Dê oportunidades: medidas socioeducativas responsabilizam, mudam vidas. Para 2011, espera-se implantar a nova versão *web* e *on-line* de um módulo do Sípia, com base de dados em unidades de internação e serviços municipais de execução de medidas em meio aberto.

No projeto Observatório Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, em 12 Estados foram realizadas parcerias com universidades estaduais para instalação de núcleos do Observatório. Para o ano de 2011 estão previstas ações de expansão para mais seis Estados.

Em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), em 2010 foi lançado o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, iniciativa inédita desde a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Foram aprovados o Plano Nacional pela Primeira Infância, a revisão do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e a nova resolução sobre o funcionamento dos Conselhos Tutelares. Em 2011 será formulado o Plano de Ação para os primeiros quatro anos do Plano Decenal e instituído o comitê de monitoramento para acompanhá-lo. Serão ainda realizadas avaliações de três planos temáticos em vigência: Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual; e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

O Programa Forças no Esporte é uma atividade realizada pelo Governo, por meio da utilização da infraestrutura das Unidades Militares das Forças Armadas, para ministrar atividades de reforço escolar e prática esportiva a crianças na faixa etária dos 7 aos 17 anos. Cita-se como principais resultados desse Programa o aumento no rendimento escolar e a melhoria da qualidade de vida de seu público-alvo, proporcionada pelas práticas de esporte e cidadania. Existe ainda a possibilidade de que os participantes do programa sejam acolhidos pelas Forças, para prestação do Serviço Militar.

No ano de 2010 participaram desse programa 68 unidades militares, com o atendimento de aproximadamente 10.000 crianças, contribuindo para a redução dos índices de violência familiar; a melhoria da saúde, da higiene, do rendimento escolar, da preservação do meio ambiente da população atendida; e o aumento da participação da comunidade em modalidades esportivas.





e) Grupos e Temas Especiais

As ações voltadas à promoção dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) tiveram como marco a realização do I Seminário de Gestores Públicos LGBT e do Encontro Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores no Combate à Homofobia. Em agosto de 2010 foi concluída a primeira avaliação a respeito da execução das ações previstas no Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, mostrando como resultados, por exemplo, a instituição do Dia Nacional de Combate a Homofobia (17 de maio), o reconhecimento de casais homoafetivos para efeitos de declaração conjunta do imposto de renda e a autorização a servidores públicos federais transexuais e travestis de usarem o nome social. Ainda em 2010 foram implantados 15 Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia. Também cabe destaque a implantação do módulo LGBT no Disque Direitos Humanos. Para 2011, espera-se implantar mais dez centros e executar diversas ações do Plano Nacional.

A promoção dos direitos da pessoa idosa contou com a realização de quatro videoconferências temáticas, em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), e com a implantação de 18 Centros Integrados de Atenção e Prevenção à Violência contra Pessoas Idosas. 3 Estados e 5 Municípios aderiram ao Projeto Piloto do Plano Técnico de Articulação da Rede de Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa (Plantar) e houve a implementação do módulo Idoso no Disque Direitos Humanos. Em 2011, o tema será pautado na Comissão Permanente dos Direitos da Pessoa Idosa.

Momento marcante foi o encontro ocorrido, em agosto de 2010, entre o Presidente da República e pessoas atingidas pela hanseníase, mostrando o compromisso do Estado de reparar aqueles que foram internados compulsoriamente em hospitais-colônia. Desde 2007 foram analisados mais de 11 mil requerimentos de pensão especial, dos quais 5,7 mil foram aprovados. Em 2011, serão concluídos os processos administrativos.

Sob o tema “Saúde mental: Direito e Compromisso de Todos – Consolidar Avanços e Enfrentar Desafios”, a 4ª Conferência Nacional de Saúde Mental consolidou a perspectiva de que saúde é um direito humano e de que a luta pela Reforma Psiquiátrica é parte indissociável da promoção dos Direitos Humanos. Foi implantado o Núcleo Brasileiro de Saúde Mental e Direitos Humanos, em parceria com o MS, para encaminhar denúncias e produzir conhecimento sobre o tema, em parceria com instituições de ensino superior brasileiras. Foi estabelecida parceria com a Argentina no campo intersectorial da Saúde Mental e dos Direitos Humanos para a troca de boas práticas de atendimento a vítimas de violência do Estado. Para 2011, este intercâmbio será ampliado para outros países do Mercosul.

f) Garantia, Proteção e Defesa de Direitos

Os Centros de Referência em Direitos Humanos possibilitam acesso à justiça, assessoria jurídica e informações sobre direitos e capacitação de lideranças em Direitos Humanos. Em 2010, os centros existentes beneficiaram cerca de 230 mil pessoas, mas o projeto de integração com os demais centros seguirá como ação a ser realizada em 2011. Os 23 centros especializados no atendimento a vítimas de crimes atenderam, em 2010, 3.850 pessoas, e a previsão é de que essa rede seja ampliada em 2011.

A construção do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas seguirá como objetivo para 2011, por meio do envio ao Congresso de Projeto de Lei que o formaliza. Essa proteção é fundamental não apenas por preservar a integridade física e psicológica dos protegidos, mas também por colaborar para o enfrentamento à impunidade. Em 2010, o Programa de Proteção a Testemunhas, presente em 19 Estados, protegeu 940 pessoas, enquanto o programa federal, voltado à proteção de pessoas residentes nos Estados que ainda não fazem parte do Sistema, protegeu outras 100.

O Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos está presente em sete Estados e protegeu 120 pessoas neste ano. Por fim, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) foi implantado em mais três Estados





(Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná) e incluiu, em 2010, 1.073 pessoas (393 crianças e adolescentes e 680 familiares). Cabe destacar o cumprimento da meta estipulada no âmbito da Agenda Social, de se implementar o PPCAAM em 11 regiões metropolitanas de maior vulnerabilidade para a violência (MG, SP, ES, RJ, PE, PA, DF, BA, AL, RS e PR). Em 2010, também foi implantado o Núcleo Técnico Federal, que atenderá demandas de Estados que não possuem o programa. Para 2011, espera-se incorporar ao Sistema Nacional de Proteção mais três Estados, sendo um deles ao Programa de Proteção a Testemunhas e dois outros ao Programa de Proteção aos Defensores.

A atuação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) permaneceu intensa nos casos de graves violações de direitos humanos, com destaque para o acompanhamento do incidente de deslocamento de competência afeto ao assassinato do defensor de Direitos Humanos Manoel Mattos, em que se verificou a primeira federalização de crimes contra os Direitos Humanos no Brasil após a aprovação da Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004. Foi também aprovado o relatório da Comissão Especial para investigar violações às populações atingidas por barragens e lançado o livro Uma história de resistência e luta pelos Direitos Humanos no Brasil, sobre a trajetória do CDDPH desde a sua criação, em 1964. Para 2011 está prevista a criação de mecanismo que possibilite o monitoramento das recomendações feitas pelo CDDPH.

A Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos passou a contar com significativa ferramenta: o Disque Direitos Humanos, o qual, desde dezembro de 2010, funciona por meio do número 100 e recebe chamadas nos módulos para Pessoas Idosas, População LGBT, População em Situação de Rua, Crianças e Adolescentes e outros assuntos de Direitos Humanos. Em 2011 será implantado o módulo para Pessoas com Deficiência.

Nas ações de Combate à Tortura foi obtida a adesão de 17 Estados ao Plano de Ações Integradas de Prevenção e Combate à Tortura (Paict). Nesse ano, também foi realizado o I Encontro dos Comitês Estaduais de Combate e Prevenção à Tortura – Região Nordeste e Acre. Em 2011, as ações serão voltadas à institucionalização do Mecanismo Preventivo Nacional de Combate à Tortura e à ampliação da adesão dos Estados ao PAICT.

A Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) realizou Encontro Nacional sobre Trabalho Escravo. Em parceria com a Associação dos Magistrados do Brasil, realizou-se curso para 150 juízes e procuradores federais e do trabalho. Ocorreram também oficinas de capacitação em oito Tribunais Regionais do Trabalho, para um público de cerca de 500 juízes e procuradores. Em 2011 será estimulada a criação de comitês e planos estaduais voltados ao combate ao trabalho escravo e mantidas as atividades de capacitação e sensibilização.

No que se refere ao tema População em Situação de Rua foi instalado o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional e realizado intenso diálogo com os órgãos governamentais e sociedade civil. Destacam-se a criação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e a implementação de módulo específico para violações de direitos desse segmento no Disque Direitos Humanos.

g) Atuação Internacional

No cenário internacional, a cooperação Sul-Sul marcou de modo importante a agenda do Governo em 2010. A parceria com o overno da Guiné-Bissau foi consolidada pela execução do projeto de assistência técnica para universalização do registro civil de nascimento no país, resultando em um plano nacional que orientará as ações governamentais na área. Destaca-se também a criação de instrumentos de promoção do registro junto às escolas e comunidades locais por meio do livro Olhares Cruzados pela Identidade. Ainda com o governo de Guiné-Bissau, iniciaram-se negociações para a inserção da temática dos Direitos Humanos na política nacional educacional daquele país. Com Cabo Verde, as tratativas relacionam-se ao apoio para o fortalecimento institucional da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e Cidadania do Ministério da Justiça daquele país. Em 2011, será aprofundada a





agenda de cooperação Sul-Sul pela execução dos projetos firmados e de negociação de novas parcerias. No plano multilateral, deve ser realizada cooperação técnica na área das pessoas com deficiência na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Cumprindo orientação presidencial de priorizar a cooperação com o Haiti foi diagnosticada a necessidade de assistência técnica na área das pessoas com deficiência, o que resultou em cooperação para ações de apoio à instalação de centros de reabilitação e à realização de um censo de prevalência de pessoas com deficiência em nível nacional. Foram realizadas negociações sobre o registro civil de nascimento, com o objetivo de prestar auxílio nessa temática a partir de 2011 ao Haiti.

Em 2010 foi firmado, na América Latina, projeto de cooperação técnica com a Colômbia para o fortalecimento de entidades responsáveis por políticas públicas para a garantia dos Direitos Humanos de LGBT do Brasil e de Bogotá. Com El Salvador, firmou-se projeto de transferência de conhecimento e experiência para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Foi estabelecido diálogo de cooperação com a União Europeia em temas relativos aos direitos humanos e segurança pública. Para 2011, essa parceria deve ser fortalecida e aprofundada. Com Portugal, especificamente, está sendo negociada cooperação a ser implementada em 2011 para a proteção e garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Ainda no campo das relações internacionais, foram realizadas parcerias e assumidas novas responsabilidades no âmbito dos principais organismos internacionais. Registre-se a realização, sob a coordenação da SDH, da XVIII Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul (III RAADH); a visita da Relatora Especial da ONU sobre formas contemporâneas de escravidão; e a visita ao Brasil do Presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

h) Pauta Legislativa

O maior destaque de 2010, na pauta legislativa, cabe à promulgação da Lei nº 12.314 em 10 de agosto, que alterou o status da então Secretaria Especial dos Direitos Humanos, tornando-a Secretaria de Direitos Humanos, órgão essencial da Presidência da República.

Seguem em análise pelo Congresso Nacional os seguintes Projetos de Lei, com expectativa de aprovação em 2011: i) PL nº 7.376/2010, que cria a Comissão Nacional da Verdade, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República; ii) PL nº 4.715/1994, que almeja instituir o Conselho Nacional dos Direitos Humanos; iii) PL nº 4.574/2009, sobre a composição do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH); iv) PL nº 2.980/2004 e apensos, que visa a institucionalizar e estabelecer regras para a proteção aos defensores de Direitos Humanos; v) PL nº 5.022/2009, que assegura validade nacional à Declaração de Nascimento Vivo (DNV); vi) PL nº 7.699/2006, que objetiva instituir o Estatuto da Pessoa com Deficiência; vii) PL nº 5.228/2009 que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição; viii) PL nº 134/2009, que visa a instituir o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo para adolescentes em conflito com a lei; e ix) PL nº 7.672/2010, que altera o ECA para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante.

Encontram-se, ainda, em tramitação o PLC nº 86/07, que insere no Código de Processo Penal dispositivo que prioriza a celeridade dos processos que tenham testemunhas e vítimas em programas públicos de proteção; e a PEC 438/2001, que estabelece a pena de perdimento da gleba onde for constatada a exploração de trabalho escravo.

7. Previdência Social

A Previdência Social trabalha para contribuir com a visão de longo prazo de um Brasil democrático e coeso em que todos os





brasileiros e brasileiras tenham plena capacidade de exercer a sua cidadania. Ela é o seguro do trabalhador brasileiro, garantindo a reposição de renda para o seu sustento e de suas famílias nas situações de perda da capacidade para o trabalho, temporária ou permanente, em virtude de idade avançada, invalidez, acidente e outros.

Nesse sentido, a Previdência está focada em três objetivos setoriais: i) implementar uma política previdenciária justa e sustentável; ii) melhorar a qualidade do atendimento; e iii) reconhecer direitos e promover a inclusão no sistema. Além desses, são enfatizados seis objetivos estratégicos: i) dar continuidade ao processo de inclusão previdenciária; ii) prosseguir na melhoria de atendimento aos cidadãos; iii) buscar a sustentabilidade financeira e atuarial; iv) inverter a lógica de indenização para a lógica de prevenção das doenças e acidentes do trabalho com a regulamentação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), que entrou em vigor em 2010; v) avançar no âmbito dos Acordos Internacionais de Previdência, que são fundamentais para garantir a proteção dos trabalhadores brasileiros em tempos de globalização; e vi) aperfeiçoar os mecanismos de combate às fraudes.

Dois grandes projetos estão previstos para 2011: a implementação da Gestão de Informação Corporativa e da Gestão de Processos na Previdência Social. O primeiro tem como objetivo tornar a organização capaz de gerenciar e agilizar a recuperação de informações e conteúdos, bem como otimizar o processo de tomada de decisões e reduzir a possibilidade de fraudes e extravios de documentos. O segundo projeto visa a implementar a Gestão de Processos na Previdência Social como ferramenta de reestruturação, modernização e aprendizado organizacional. A gestão de processos permite identificar claramente os elos de conexão e interdependência entre todos os processos executados na organização, bem como a maximização da integração dos processos de trabalho e identificação das necessidades atuais.

a) Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

No âmbito do RGPS, os resultados de 2010 apontam para um crescimento da arrecadação líquida previdenciária em patamar superior ao aumento do pagamento com benefícios previdenciários, fato registrado nos anos de 2007 e 2008. A arrecadação líquida previdenciária acumulada de janeiro a dezembro de 2010 cresceu 16,5% em valores nominais, em comparação ao mesmo período de 2009, enquanto o crescimento do pagamento com benefícios previdenciários, também em valores nominais, foi de 13,3%. Em termos reais, ou seja, a preços de dezembro de 2010 corrigidos pelo INPC, a arrecadação líquida e as despesas com benefícios previdenciários tiveram incremento de, respectivamente, 10,7% e 7,8%.

a.1) Inclusão Social

Houve continuidade, em 2010, da expansão da proteção social dos trabalhadores ocupados, como reflexo da combinação de significativa geração de empregos formais e das medidas de inclusão previdenciária.

Em 2010, foram desenvolvidas ações para disseminar informações previdenciárias à sociedade, com o objetivo de incentivar a inscrição no sistema previdenciário e esclarecer sobre os canais e critérios de acesso aos benefícios, com o objetivo de agilizar a prestação dos serviços e proporcionar maior comodidade aos usuários.

Em janeiro de 2010, o Programa de Educação Previdenciária (PEP) completou dez anos de sua criação e, de janeiro a dezembro de 2010, já foram atendidas nas ações do PEP 636.855 pessoas e formadas 13.715 para atuarem como disseminadores externos de informações previdenciárias, ampliando ainda mais o acesso da sociedade à informação previdenciária. Além da informação e conscientização sobre direitos e deveres previdenciários, esse Programa prepara a sociedade para usufruir, com tranquilidade e segurança, tudo o que a previdência pública, enquanto sistema de proteção social, pode oferecer.





a.2) Ampliação da Cobertura Previdenciária

A taxa de cobertura social dos trabalhadores ocupados aumentou, de 2006 para 2009, de 64,0% para 66,9%, segundo dados da PNAD/IBGE 2006 e 2009, exceto área rural da Região Norte, salvo Tocantins. Essa taxa mede a proporção de segurados na faixa etária de 16 a 59 anos em relação ao total de ocupados com a mesma faixa etária. O número de trabalhadores que contribuem para o RGPS chegou a 41,97 milhões. Em 2009 existiam no Brasil 56,58 milhões de pessoas, com idade entre 16 e 59 anos, protegidas pela Previdência Social (RGPS e Regimes Próprios). Este contingente fazia parte de um universo de 84,39 milhões de pessoas que se declararam ocupadas e se encontravam nessa mesma faixa etária.

No campo da ampliação da proteção social foi instituída, em 2010, a figura do micro empreendedor individual, que aumenta as possibilidades de inclusão previdenciária de empreendedores de baixa renda.

a.3) Saúde do Trabalhador

Em 2010 foi realizada a revisão de todo o Plano Nacional de Saúde e Segurança do Trabalho, além da realização de estudos e pesquisas para a revitalização da reabilitação profissional. Houve ainda melhoria no reconhecimento das doenças do trabalho, por meio do Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP), e iniciou-se a aplicação da nova metodologia do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), que flexibilizou as alíquotas do Seguro Acidente do Trabalho, em que empresas que registrarem mais acidentes pagarão uma alíquota maior. Essa medida estimulou uma cultura de prevenção de acidentes por parte do empregador.

O Governo também intensificou a ação integrada de combate aos acidentes no setor da Construção Civil e Transporte Rodoviário de Carga por intermédio dos Ministérios da Previdência Social, da Saúde e do Trabalho e Emprego.

Em 2011 está previsto, além da continuidade dessas ações, o aumento das atividades de orientação aos segurados e a contratação de consultorias técnicas para subsidiar a elaboração dos projetos do serviço social e para confecção de material educativo destinado aos segurados.

Sob o aspecto da recuperação da capacidade laboral interrompida por doenças, acidentes de trabalho e invalidez provisória, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vem estruturando ações de revitalização da reabilitação profissional de maneira a proporcionar análise das condições atuais e do trabalho de integração entre órgãos de Governo e outras instituições; ampliação do quadro de funcionários; capacitação de servidores para atuar nesta área; e estabelecimento de parcerias com Sistema “S”, universidades, escolas, prefeituras, convênios de cooperação técnica com órgãos públicos e entidades de classe e representativas da sociedade.

a.4) Atendimento ao Cidadão

No âmbito da melhoria de atendimento ao cidadão, cabe destacar o reconhecimento automático de direitos, que permite a concessão de benefícios com maior rapidez e com menor burocracia, bem como o processo de expansão e melhoria da rede de atendimento do INSS.

O reconhecimento automático foi o início de um processo de mudanças, com uma nova forma de análise para a concessão de benefícios em até 30 minutos para os trabalhadores urbanos que requerem aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição e salário-maternidade. Dessa forma, basta o cidadão conferir as informações constantes do extrato previdenciário apresentado no momento do atendimento e, se tiver o direito, o benefício é concedido em até meia hora.

Além disso, o segurado da Previdência Social possui atualmente a facilidade de agendar o dia e hora do seu atendimento por meio da central telefônica 135 ou pela Internet, sem a necessidade de deslocar-se até uma Agência da Previdência Social (APS), garan-





tindo maior comodidade nesse processo. O tempo médio de espera para o atendimento agendado, nacional, em dezembro de 2007 era de 56 dias; em 2008 passou para 23 dias e, em 2010, chegou a 17 dias.

Em dezembro de 2010 aproximadamente 903 mil agendamentos de serviços foram feitos, o que facilita a identificação prévia do segurado e otimiza o tempo de atendimento. Até dezembro de 2010, a Central 135 realizou cerca de 36 milhões de atendimentos.

A Previdência implantou também o Aviso de Requerimento de Benefícios, uma carta enviada aos segurados urbanos que completam as condições mínimas para requerer a aposentadoria por idade, e lançou a Carta de Serviços ao Cidadão, que informa sobre os benefícios e serviços oferecidos pela instituição, bem como os compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

Além dessas medidas, um conjunto de ações coordenadas no processo de reconhecimento de direitos previdenciários representou um avanço nos últimos anos. A Previdência, em busca da melhoria contínua da qualidade dos serviços previdenciários, deu continuidade às obras de construção de novas unidades do INSS. O Projeto de Expansão da Rede de Atendimento do INSS (PEX) prevê a criação de 720 novas agências. Com a expansão da rede, a Previdência Social estará presente em todos os Municípios com mais de 20 mil habitantes.

Concomitantemente à iniciativa de ampliação da Rede, tanto as novas agências quanto as antigas estão passando por um processo de padronização estrutural, buscando a adequação das instalações físicas aos novos padrões de atendimento, com a instalação de novos sistemas de climatização, automação, acessibilidade e segurança.

A qualidade do atendimento, que vem sendo amplamente demandada pela sociedade, é meta de trabalho da Previdência Social. Profissionalizar o atendente não só garante segurança na sua decisão, como também agilidade e controle dos prazos estabelecidos para resposta ao segurado, seja atendendo ao deferimento ou indeferimento. As ações abrangem iniciativas de tecnologia da informação; reestruturação de processos; política de desenvolvimento de pessoal; controle interno e mapeamento dos custos operacionais para tornarem os procedimentos das atividades finalísticas e operacionais ágeis, eficientes e confiáveis.

A rede de comunicação foi modernizada para suporte de transmissão de dados, voz e imagens, além da adoção de outras iniciativas de modernização tecnológica. Com esta mudança está sendo viabilizada a operação de 106 salas de videoconferência e a comunicação pela rede interna (Voz sobre IP) em 96 localidades. Houve avanço na modernização do parque de equipamentos, concluindo-se a substituição de 28 mil estações de trabalho e nove mil impressoras.

Para consolidar as mudanças e dar continuidade ao processo de construção de uma instituição de referência no serviço público, o INSS vem recompondo seu quadro de pessoal, que conta com 38.739 servidores ativos.

b) Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)

No âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) várias ações foram implementadas ou fortalecidas em 2010, com destaque para a divulgação das soluções tecnológicas relativas ao cadastro dos servidores públicos e a disseminação da cultura previdenciária entre gestores e servidores públicos.

Foi prestada assistência técnica a diversas localidades participantes do Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Municipais de Previdência. A ênfase na disseminação da cultura previdenciária nos Municípios participantes do referido programa visa também à unificação do cadastro dos servidores públicos até o ano de 2014.





O desenvolvimento do Sistema de Cadastro Nacional de Informações Sociais de Regimes Públicos de Previdência Social (CNIS/RPPS) tem como objetivo primordial disciplinar a aplicação do teto de remunerações, proventos e pensões previsto no art. 37, inciso XI da Constituição. Além do CNIS/RPPS está em desenvolvimento uma aplicação, ligada ao Sistema Previdenciário de Gestão de Regimes Públicos de Previdência Social (SIPREV/Gestão de RPPS), que permite a cada ente federativo formar o Cadastro de seus servidores, enviá-los para o CNIS/RPPS e obter relatórios gerenciais decorrentes de cruzamento de dados.

Outra ação importante é a implementação do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), que atesta o cumprimento das regras de organização e funcionamento dos regimes próprios em cada ente federativo. Atualmente, o CRP é um dos requisitos retratados em subsistema do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), gerenciado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF) onde se demonstra a situação de várias certidões de regularidade emitidas pelos órgãos federais, entre as quais o CRP.

Para alcançar uma efetiva atualização dos cadastros no âmbito dos Regimes Próprios foram recadastrados 358.104 servidores ativos, inativos e de pensionistas, relativos a 54 órgãos de 19 unidades da Federação. Na supervisão dos RPPS foram realizadas cerca de 2.438 auditorias diretas no período de 2003 a 2010.

c) Relações Internacionais da Previdência Social

Os avanços registrados no campo das relações internacionais da Previdência Social foram mantidos e ampliados em 2010, tanto no que diz respeito à negociação de novos acordos internacionais, quanto a iniciativas de cooperação técnica desenvolvidas pelo Ministério da Previdência Social em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Em termos de acordos internacionais no ano de 2010, cabe registro especial a assinatura, em 29 de julho, do Acordo de Previdência Social com o Japão. No decorrer do referido ano foram negociados ainda os textos dos Ajustes Administrativos aos acordos já assinados com Alemanha (2009), Bélgica (2009) e Japão (2010), habilitando, assim, que os instrumentos possam ser operacionalizados tão logo seja obtida sua ratificação pelo Congresso Nacional brasileiro. Outros textos de acordos foram negociados com países considerados relevantes para o Brasil, seja pela dimensão do fluxo migratório ou pela vitalidade das relações econômico-comerciais, como Canadá e Estados Unidos.

Além desses acordos, em 2010 foram iniciadas negociações com França e Moçambique, sendo promissoras as perspectivas de que a assinatura dos acordos de reciprocidade na área de Previdência Social com os dois países possa ocorrer em breve. Foram feitas também revisões nos textos dos Acordos com Cabo Verde, Espanha e Luxemburgo, firmados anteriormente, em razão de alterações desde então havidas na legislação previdenciária brasileira.

No campo da cooperação técnica internacional, o Brasil assinou em 24 de agosto de 2010, com a África do Sul, memorando de entendimento que prevê diálogo estruturado acerca de políticas sociais, sobre temas de interesse comum como, por exemplo, a expansão da cobertura previdenciária e a boa governança das políticas sociais no âmbito previdenciário. Ainda no campo internacional de cooperação, a experiência previdenciária brasileira se destaca, em especial, na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no âmbito da qual o Brasil tem trocado suas experiências exitosas com Timor Leste, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau.

A principal finalidade destes encontros foi de promover e estreitar relações entre os respectivos governos, compartilhando e trocando informações e conhecimento em matéria de previdência social por meio de projetos específicos, tais como o Apoio para o desen-





volvimento e implementação do sistema de previdência social no Timor Leste, e o Projeto de Modernização da Previdência Social de Moçambique. Em agosto de 2010 foi realizada na América Latina missão exploratória ao Paraguai, integrada pelo MPS, ABC e OIT, e que culminou na assinatura, em 24 de novembro de 2010, do Projeto Promoção da Cooperação Sul-Sul na área de Seguridade Social no Paraguai. Cada um desses projetos tem objetivos específicos que atendem às necessidades de cada um dos países. Ao ministrar capacitações técnicas e prover apoio aos cooperados, o Brasil não só contribuiu para o esforço de criação, desenvolvimento e modernização de seus sistemas previdenciários, mas também fortalece os laços tradicionais de amizade.

d) Previdência Complementar

Para contribuir com a implementação de uma política justa e sustentável a Previdência Social executou vários projetos e ações que visam a zelar pela solvência e liquidez dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar.

Em 23 de dezembro de 2009, com a edição da Lei nº 12.154, o sistema de Previdência Complementar fechado foi reorganizado de forma a separar as competências relacionadas com o Regime de Previdência Complementar (RPC). As atividades de fiscalização, de formulação e acompanhamento de políticas, de regulação, e de instância recursal passaram a ser desempenhadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), pela Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (SPPC), pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), e pela Câmara de Recurso de Previdência Complementar (CRPC), respectivamente, vinculados à estrutura do MPS.

Este sistema entrou em vigor com a publicação dos Decretos nºs 7.075 e 7.078, ambos de 26 de janeiro de 2010, que definiram as estruturas da Previc e do MPS. O Decreto nº 7.123, de 4 de março de 2010, disciplinou a organização e o funcionamento do CNPC e da CRPC.

Como órgão de assistência na formulação e acompanhamento das políticas e diretrizes para o setor, a SPPC possui agenda de visitas e participações em eventos com vistas a discutir matérias afetas ao segmento com diversos agentes que compõem o RPC.

Estão sendo realizados estudos sobre os impactos econômico-financeiros relativos à criação do fundo de pensão para os servidores públicos federais, objeto do Projeto de Lei nº 1.992, de 2007, com vistas a oferecer subsídios para sua implementação.

Outra atividade que envolveu os esforços foi a instalação dos dois colegiados do Regime de Previdência Complementar (CNPC e CRPC) tendo sido realizadas, a partir de então, 30 reuniões, sendo duas ordinárias e quatro extraordinárias do CNPC e 12 ordinárias e 12 extraordinárias da CRPC.

O CNPC, em suas seis reuniões, tratou da análise do cenário do RPC para definição de prioridades de regulação, de acordo com as visões dos entes representados no Colegiado, as entidades, os patrocinadores e instituidores, os participantes e assistidos e o Governo por meio dos Ministérios da Previdência Social, Fazenda, Planejamento e Casa Civil.

A CRPC analisou e julgou os 179 processos de recursos administrativos contra as decisões do órgão fiscalizador, função desenvolvida pela Previc, relativas às penalidades aplicadas às infrações cometidas no âmbito da legislação de Previdência Complementar fechada.

Cabe destacar também a celebração entre o MPS e a Previc do Acordo de Metas de Gestão e Desempenho, obrigatório para o funcionamento da recém-criada autarquia.

Em 2010, a Previc definiu como principais eixos estratégicos: i) a estruturação administrativa, com destaque para a realização de





concurso público e a operacionalização da arrecadação da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar (Tafic); ii) autorização e licenciamento, conferindo agilidade no atendimento às demandas; iii) consolidação da supervisão baseada em risco, desenvolvendo melhorias no modelo atual de fiscalização; e iv) educação financeira e previdenciária.

Destaca-se ainda a adoção das práticas mais modernas utilizadas na Administração Pública mediante a: i) instituição do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) a ser celebrado em decorrência de atividades de fiscalização e de processo administrativo que tenha dado causa à irregularidade, sempre que, em juízo de conveniência e oportunidade, o órgão fiscalizador entender que o ajustamento de conduta atende aos interesses protegidos por lei; ii) transparência de suas ações, possibilitando à sociedade o direito de manifestação sobre os atos normativos que pretende emitir, mediante a utilização de Consultas e Audiências Públicas, tendo sido realizadas duas em 2010; iii) instituição da súmula vinculante administrativa (Súmula Previc), com a finalidade de uniformizar entendimentos e procedimentos internos e de orientar o sistema de previdência complementar fechada; e iv) instalação da Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem da Previc (CMCA).

Para 2011, seguindo o mapa estratégico da Previdência Social, as ações que serão desenvolvidas terão como foco o fortalecimento da educação previdenciária, o fomento e a elevação da cobertura previdenciária e a sustentabilidade do RPC, do aperfeiçoamento da governança, da gestão estratégica e da comunicação institucional.

As prioridades para 2011 estão refletidas ainda na consolidação da implantação administrativa da Previc, no contexto de gestão de pessoas, infraestrutura física e logística. E ainda, na priorização da manutenção e atualização do cadastro dos fundos de pensão e dos planos de benefícios; no fortalecimento da educação financeira e previdenciária e no desenvolvimento da supervisão baseada em risco; e no estabelecimento dos procedimentos indispensáveis para o bom funcionamento da Previc.

8. Cultura

Reconhecendo a cultura como uma necessidade básica e direito de todos os brasileiros, o macroprograma Mais Cultura incorpora à ação dos poderes públicos o ativo simbólico como um importante valor para o desenvolvimento e como elemento da política estratégica de Estado para reduzir a pobreza e a desigualdade. Sua forma de implementação favorece a cooperação entre os entes federados e a participação social, criando as bases para a construção do Sistema Nacional de Cultura.

Dentro do escopo do Mais Cultura, o Programa Cultura Viva apoia iniciativas organizadas pelas comunidades para o desenvolvimento de ações de produção, formação cultural e geração de renda, com vista à promoção da diversidade cultural brasileira. Destacam-se, entre essas iniciativas, os Pontos de Cultura, que, disseminados por todo o território nacional, viabilizam o acesso a equipamentos e serviços culturais para comunidades anteriormente desassistidas.

São estimuladas, prioritariamente, iniciativas já existentes, por meio de transferência de recursos, atividades de capacitação e da concessão de bolsas e prêmios. Até 2010 foram apoiados 2.985 Pontos de Cultura localizados em todo o Brasil e frequentados por cerca de 8,4 milhões de pessoas. Para 2011, espera-se que o apoio do Governo alcance 3,3 mil Pontos de Cultura.

Além do apoio aos Pontos de Cultura, o Programa aportou recursos em mais de duas mil iniciativas no semiárido nordestino e na Amazônia Legal, por meio dos Editais Microprojetos Mais Cultura, e implantou três mil Cines Mais Cultura em vários Estados, garantindo o acesso de muitas comunidades ao audiovisual. Para os próximos anos, pretende-se garantir que todo Município tenha Cines Mais Cultura e Pontos de Cultura em quantidade e qualidade adequadas ao tamanho de sua população, conectados numa forte rede colaborativa e participativa, além da reestruturação dos Microprojetos Mais Cultura, que deverão financiar 4 mil projetos em cidades social e economicamente vulneráveis.





Merecem destaque também as iniciativas Espaços Mais Cultura e Bibliotecas Mais Cultura, ambas com gestão compartilhada entre poder público e comunidade. Atualmente, 56 Espaços estão em processo de implantação nas áreas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e em Municípios com até 500 mil habitantes. Ainda em relação a bibliotecas, 1.610 foram implantadas e 1.454 bibliotecas públicas já existentes foram modernizadas. Complementarmente, 3.932 Agentes Mais Leitura foram capacitados para fomentar o hábito da leitura em comunidades de 305 Municípios. A meta para o período entre 2011 e 2014 é implantar mais 300 Espaços e Bibliotecas Mais Cultura, modernizar mais quatro mil bibliotecas públicas e capacitar mais 12 mil Agentes.

Além das políticas executadas diretamente pelo Governo Federal foram disponibilizados recursos da ordem de R\$ 600 milhões mediante mecanismos de renúncia fiscal. Esses instrumentos funcionam com base em isenção fiscal a empresas, permitindo a aplicação de parte do imposto de renda devido em projetos culturais.

Encontra-se em tramitação no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 6.722, de 2010, que cria o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Procultura). O Procultura terá como principal mecanismo de financiamento do setor o novo Fundo Nacional de Cultura (novo FNC), que, seguindo um plano de diretrizes e critérios estabelecidos pela nova Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), alocará os recursos de forma abrangente e criteriosa, com maior controle e transparência. Os projetos avaliados e aprovados pelo Ministério da Cultura (MinC) receberão diretamente os recursos, sem que haja a necessidade da intermediação do patrocinador.

Ainda em 2010, mediante projeto piloto do novo FNC, foram lançados 13 editais de prêmios de fomento e incentivo à cultura, distribuídos nos seguintes fundos setoriais: Música; Circo, Dança e Teatro; Artes Visuais; Acesso e Diversidade Cultural; Ações Transversais e Equalização de Políticas Culturais; Patrimônio e Memória; Livro, Leitura, Literatura e Língua Portuguesa.

Na área do direito autoral foram obtidos, no último ano, avanços significativos, como a instituição do Fórum Nacional de Direito Autoral, instância de participação social para os processos de revisão da atual lei em vigor. Também merece destaque a realização de consulta pública com vistas à elaboração de anteprojeto de lei para reformulação da legislação atual sobre direitos autorais.

Como forma de evitar a descontinuidade das políticas públicas, foi sancionado o Plano Nacional de Cultura (PNC), Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, considerado o primeiro planejamento de longo prazo do Estado para a área cultural. Seu objetivo é construir uma articulação federativa em torno de conceitos e prioridades culturais, constituindo um modelo de compartilhamento de recursos coletivos que serão a base para as diversas políticas culturais nos próximos dez anos. O principal articulador federativo do PNC será o Sistema Nacional de Cultura (PEC 416/2005), cuja missão será formular e implantar políticas públicas de cultura democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil, promovendo o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos e acesso aos bens e serviços culturais.

No âmbito do Programa Engenho das Artes, no ano de 2010, foram realizadas diversas iniciativas de apoio à produção e difusão de obras e espetáculos artísticos e culturais em diversos segmentos. Nas Artes Cênicas foram apoiados 274 projetos de montagem e circulação de espetáculos, abrangendo todas as regiões do País. O fomento à realização desses espetáculos permitiu a redução do preço dos ingressos e a melhoria da qualidade das produções em cartaz, contribuindo para ampliação de plateias.

Nas Artes Visuais foram concedidos incentivos à execução de 36 projetos, visando a difundir a reflexão e a produção artística no campo da fotografia. O Programa Rede Nacional de Artes Visuais foi implementado com o objetivo de fomentar a reflexão e o debate sobre as artes visuais, além de investir na capacitação de profissionais e na circulação do conhecimento, que resultou na seleção de 40 projetos com abrangência nacional.

Na Música, é importante citar as iniciativas de apoio concedidas em 2010 à criação musical clássica e popular, com a premiação de





24 projetos que resultaram na realização de diversos espetáculos em todo o território nacional. Foram incentivados ainda a produção crítica na área, com a premiação de 10 projetos de pesquisa relacionados à música brasileira erudita e popular, e a difusão da música em escolas da rede pública, com o apoio a 17 projetos de recitais de música de concerto.

As Artes Integradas foram beneficiadas com a intensificação do fomento à produção e à circulação de obras culturais críticas e literárias por meio de concessão de bolsas que contemplaram as áreas de Produção Crítica em Culturas Populares e Tradicionais, Reflexão Crítica e Produção Cultural para Internet, Criação Literária e Circulação Literária, entre outras.

Em relação à difusão e à promoção da cultura afro-brasileira foram desenvolvidas ações envolvendo as comemorações do Aniversário de Criação da Fundação Cultural Palmares e do Dia da Consciência Negra, quando foram concedidas 21 premiações a iniciativas culturais, distribuídas em várias cidades brasileiras.

No campo do simbólico foram incentivadas a elaboração de 30 trabalhos envolvendo os temas: Cultura Afro-Brasileira, Comunidades Tradicionais – Quilombos e Comunidades Religiosas de Matriz Africana, e Cultura Afro-Latina.

Em 2011, pretende-se reestruturar a Fundação Cultural Palmares, envolvendo, entre outros aspectos, a implantação de uma biblioteca digital e a realização de investimentos em estudos e pesquisas relacionados ao seu acervo arquivístico e bibliográfico.

No exercício de 2010, a preservação de acervos culturais de natureza literária foi continuada com a digitalização de cerca de 80 mil itens, contribuindo para a democratização e a universalização do acesso a esse tipo de bem cultural. Ainda nesse ano, importante apoio financeiro foi obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o Projeto Bicentenário da Biblioteca Nacional, que, entre outras ações, prevê a restauração da cobertura do Prédio Sede da Biblioteca Nacional e a reforma da Hemeroteca Brasileira.

Todas estas iniciativas terão continuidade em 2011, bem como o desenvolvimento do projeto Biblioteca Acessível, que objetiva facilitar a pesquisa às pessoas com deficiência. Estão ainda previstos para 2011 a concessão de incentivos, sob a forma de bolsas, para tradução de obras brasileiras para outros idiomas, a difusão da cultura brasileira em eventos no exterior e a concessão de incentivos à pesquisa especializada ao acervo documental da Biblioteca Nacional.

Em 2010, diversas ações na área do audiovisual resultaram no apoio direto à produção de 7 filmes de longa-metragem, 20 filmes de curta-metragem e 22 roteiros. Ainda nesse campo de atuação, foi estabelecida parceria com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que viabilizou a produção de 6 documentários de longa-metragem e de 13 filmes de curta-metragem com temática infantil, para exibição na TV Brasil.

Destacam-se também os esforços empreendidos em 2010 no estímulo e fomento ao rádio brasileiro com a realização do concurso Nossa Onda, voltado à produção de 52 obras radiofônicas, entre radiocontos e radiodocumentários, sobre o tema Diversidade Cultural, destinado aos jovens entre 17 e 29 anos, das classes C, D e E. O referido concurso deu prioridade a projetos direcionados a comunidades integrantes dos Territórios da Cidadania ou do Projovem em que haja emissoras públicas de rádio.

Ao longo de 2010, promoveu-se a prospecção regular de eventos internacionais na área do audiovisual, buscando a abertura de mercados para os produtos brasileiros. Cabe também registrar a realização do Programa Internacional de Capacitação em Novos Formatos (PIC Novos Formatos), que permitiu a capacitação de 25 produtoras independentes brasileiras para atuarem nos mercados internacionais.





Em 2011, deverão ser apoiados diversos projetos de audiovisual, oriundos de 10 editais lançados ao final de 2010, que preveem investimentos da ordem de R\$ 30 milhões, visando à inovação audiovisual em áreas variadas, tais como: videodanças, roteiros, conteúdos e formatos para televisão, e curtas-metragens.

Estima-se que em 2010 a fatia de mercado do filme brasileiro terá alcançado cerca de 17%, e o público expectador atingirá marca superior aos 23 milhões, superando com folga as marcas obtidas em 2009. Esses resultados refletem a atuação do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), mecanismo importante da política de desenvolvimento e fortalecimento do setor Audiovisual e de sua cadeia produtiva. Em 2010 o FSA apoiou 45 produções de obras cinematográficas, 23 aquisições de direitos de distribuição de obras cinematográficas, 16 comercializações de obras cinematográficas e 10 produções independentes para televisão, totalizando investimentos de R\$ 81,5 milhões.

Ainda nessa linha, o Prêmio Adicional de Renda e o Programa Agência Nacional do Cinema (Ancine) contemplaram 14 produtoras, 10 distribuidoras e 57 exibidoras, totalizando 81 empresas, ultrapassando em 30% a meta prevista para este ano. O Programa Ancine de Incentivo à Qualidade do Cinema Brasileiro concedeu ainda apoio financeiro a sete empresas produtoras, em razão da premiação ou indicação de longas-metragens brasileiros de produção independente em festivais nacionais e internacionais.

Em 2010 deu-se continuidade ao Programa Cinema Perto de Você, que busca expandir o parque exibidor brasileiro mediante investimento e crédito para abertura de salas de cinema em regiões que não possuem tal equipamento, especialmente cidades médias do interior e periferias das grandes cidades. Está prevista, para os próximos quatro anos, a construção de 600 novas salas de cinema, de modo a suprir todos os Municípios com população de mais de cem mil habitantes.

Para 2011 estão previstos investimentos da ordem de R\$ 127 milhões nas iniciativas do FSA e na continuidade de iniciativas voltadas para a promoção da autossustentabilidade e da melhoria da qualidade da produção da indústria audiovisual nacional; a ampliação dos acordos de cooperação internacional; a continuidade do Programa de Apoio à Participação de Filmes Brasileiros em Festivais Internacionais; e a realização do Fórum Internacional de Regulação do Audiovisual.

A preservação do Patrimônio Histórico e Cultural Brasileiro recebeu, em 2010, forte incentivo do PAC Cidades Históricas, política pública que visa à promoção do desenvolvimento social a partir das potencialidades do seu patrimônio cultural. Os investimentos destinaram-se à execução de obras de recuperação e restauração, abrangendo desde obras emergenciais necessárias à recuperação parcial de patrimônios culturais danificados por agentes naturais até obras de restauração e adequação funcional de edifícios históricos.

Os investimentos aprovados para ações em todos os Estados e em 166 Municípios chegam a R\$ 164 milhões, sendo que foram efetivamente liberados em 2010, R\$ 69,2 milhões para 24 Estados e 76 Municípios. Para 2011, a previsão de investimentos é de R\$ 250 milhões.

As ações de proteção ao Patrimônio Cultural Brasileiro voltadas para o desenvolvimento local deverão ser intensificadas em 2011, com a implantação de 15 novas unidades da Rede Casas do Patrimônio e a realização de atividades de formação profissional de quadros para a gestão de políticas públicas nesse setor, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura (Unesco).

No segmento museológico destaca-se, em 2010, a realização do IV Fórum Nacional de Museus, que aprovou o Plano Setorial de Museus, fruto de um processo participativo envolvendo plenárias estaduais e municipais, em consonância com o PNC. Paralelamente, deu-se continuidade a ações de capacitação de profissionais de museus e a adequação da força de trabalho da sede e de museus





vinculados ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que também passaram por modernização e informatização. Prevê-se a continuidade destas iniciativas ao longo de 2011.

Para 2011 pretende-se ainda desenvolver as seguintes iniciativas: i) implantação e consolidação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), do Estatuto de Museus e do Plano Setorial de Museus; ii) implantação do Sistema Nacional de Inventário de Bens Culturais e de Bens Culturais Desaparecidos; iii) finalização da restauração do Museu de Belas Artes e da construção do anexo do Museu Castro Maya, no Rio de Janeiro; e iv) ampliação do Programa Pontos de Memória e das ações de museologia social.

No que tange à acessibilidade, foi lançado edital de R\$ 1,23 milhão, voltado para a inclusão de pessoas com deficiência visual, que envolve iniciativas como a produção de títulos em formato acessível (Braille, Dayse ou Voz Sintetizada) e capacitação de audiodescritores para peças de teatro, filmes, programas de TV, exposições em museus, dentre outros.

Durante o ano 2010, o MinC exerceu a Presidência do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, cuja 34ª sessão anual foi realizada em Brasília e reuniu delegações de cerca de 120 países. Além disso, o País exerce no biênio 2010-2011 a presidência da Comissão Interamericana de Cultura da Organização dos Estados Americanos (CIC/OEA). Também merece destaque a realização em solo brasileiro do I Encontro dos Povos Guarani da América do Sul e do II Encontro Ibero-Americano de Ministros da Cultura para a Agenda Afrodescendente nas Américas e Caribe.

Já estão previstas as participações do Brasil, como país homenageado, no Festival Internacional de Artes Europolia Brasil 2011 e na Feira do Livro de Frankfurt, em 2013.

9. Esporte

Os programas e ações na área do Esporte têm como foco a inclusão social e a democratização do acesso como mecanismos para efetivar o esporte como direito social, compreendendo o esporte social e o de alto rendimento, que devem ser desenvolvidos de forma simultânea e sistêmica. Com esse objetivo, o Governo tem se empenhado em aumentar a escala de atendimento e em qualificar suas iniciativas na área, por meio da garantia de infraestrutura adequada, financiamento e constante participação e controle social, bem como da produção de conhecimento e condições favoráveis para tornar o esporte um fator de desenvolvimento humano.

a) Programa Segundo Tempo

O Programa Segundo Tempo (PST) é uma das iniciativas já consolidadas no setor. Oferece atividades esportivas no contraturno escolar, qualificando-se e ampliando seu atendimento ao longo dos anos. Em 2010, atuou em mais de 1,4 mil Municípios, distribuídos em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal, atendendo aproximadamente 1,5 milhão de crianças, adolescentes e jovens, orientados por 27.544 professores e monitores. Um marco importante para o alcance desse resultado foi a cooperação com o MEC, que possibilitou sua inserção no Programa Mais Educação. As atividades dessa parceria proporcionaram atendimento, em 2010, de 329.659 crianças, adolescentes e jovens, orientados por 2.650 monitores, em aproximadamente 1,2 mil escolas de 87 Municípios.

Além do atendimento padrão feito pelo Programa, 159,9 mil crianças, adolescentes e jovens participaram das atividades do Projeto Recreio nas Férias, em 288 Municípios de 16 Estados em todas as regiões do País. No âmbito do PST também foram desenvolvidas propostas de projetos para públicos diferenciados, voltados aos universitários, à pessoa com deficiência, às questões de gênero e aos Institutos Tecnológicos. Foram 12 os eventos realizados, com 9.827 atendimentos.





A gestão do PST capacitou e qualificou 1.549 gestores, professores e monitores, estimulou a produção do conhecimento no âmbito do Esporte Educacional e realizou ações de cooperação técnica internacional para transferência da tecnologia do Programa em países com os quais o Brasil mantém relações de cooperação, com destaque para a Comunidade Ibero-americana e países da África.

Em 2011, o PST buscará elevar o atendimento médio anual para 2,5 milhões de beneficiados especialmente por meio do Programa Mais Educação; diversificar a atuação do programa, por meio da implantação de projetos especiais; e dar continuidade ao apoio à participação de escolares em jogos e eventos nacionais e internacionais e à realização de eventos e ações nacionais e internacionais de caráter educacional, fortalecendo as parcerias com a Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE) e com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU).

b) Programa Esporte e Lazer da Cidade

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), criado em 2003, desenvolve ações em parceria com os governos estaduais e municipais, instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil para o funcionamento de núcleos de esporte e lazer, a realização e difusão de pesquisas e a formação de profissionais. A proposta central é contribuir para que os gestores dos Estados, Municípios e organizações não governamentais se atentem para a necessidade do desenvolvimento de programas locais que garantam o direito ao esporte e ao lazer, fundamentais para o desenvolvimento físico e social da população, diminuindo a vulnerabilidade social, sobretudo dos jovens.

Os núcleos Todas as Idades e Vida Saudável atenderam, em 2010, cerca de 1,5 milhão de cidadãos com atividades de esporte recreativo e de lazer. Nesse processo, foram gerados 2.639 postos de trabalhos e capacitados 7.917 agentes sociais e gestores. Em 2011, pretende-se encaminhar ao Congresso Nacional Projeto de Lei regulamentando o Programa, de forma a consolidar, qualificar e ampliar o alcance de suas ações.

c) Programa Inclusão Social pelo Esporte

O Programa Inclusão Social pelo Esporte busca a inserção social por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e populações em situação de vulnerabilidade social, bem como procura suprir a demanda por materiais esportivos de programas administrados pelo Ministério do Esporte (ME). O Programa, no ano de 2010, obteve produção de 275 mil itens esportivos diversos, que beneficiaram cerca de 5 milhões de pessoas vinculadas aos programas sociais esportivos e escolas públicas. Para 2011, estima-se a produção de 621 mil itens esportivos, o que possibilitará 12 milhões de atendimentos.

d) Infraestrutura Esportiva

Em relação à infraestrutura esportiva, durante décadas prevaleceu sua concentração em espaços privados, fato que beneficiava a uma parcela restrita da população. Além disso, o investimento em infraestrutura esportiva faz parte de um movimento de fortalecimento do esporte no País, que deverá culminar com a realização de dois grandes eventos esportivos: a Copa do Mundo FIFA 2014 e os e Paraolímpicos Rio 2016. O objetivo é deixar como legado para a população brasileira uma grande oferta de equipamentos públicos de esporte e lazer.

Para reverter esse quadro, o Governo Federal vem realizando investimentos e desenvolvendo estratégias para diminuir o tempo das obras.

Em 2010 foram 193 convênios para a construção de Praças da Juventude nas cinco Regiões do País, tendo sido inauguradas as





duas primeiras Praças da Juventude em Aracaju (SE) e Mogi Guaçu (SP), com mais de 50 mil atendimentos. A Praça da Juventude é um projeto destinado a comunidades situadas em espaços urbanos com reduzido ou nenhum acesso a equipamentos públicos de esporte e de lazer que alia saúde, bem estar e qualidade de vida a atividades socioeducativas diversificadas. É uma área de, no mínimo, sete mil m² com um grande ginásio poliesportivo, além de diversas outras instalações esportivas. A previsão para 2011 é inaugurar mais 26 Praças, que se encontram em construção.

O Projeto Desenvolvimento de Processos Gerenciais e Operacionais no Ministério do Esporte para a Implantação dos Espaços Urbanos de Convivência Comunitária (PRODOC), tem como objetivo principal criar condições institucionais e técnicas para organizar e desenvolver processos de gestão, avaliação e comunicação para a concepção e implantação dos Espaços Urbanos de Convivência Comunitária em Estados e Municípios, em parceria com o MJ, por meio do Pronasci. Estes espaços são representados pelas Praças da Juventude e pelos Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer. Além disso, prevê-se a capacitação de pessoas para atuarem como gestores e técnicos, com a finalidade de desenvolver um amplo programa de divulgação e mobilização social para que esses espaços sejam, concretamente, integrados e assumidos pelas próprias comunidades nas quais estão inseridos.

Nos próximos quatro anos (2011-2014), prevê-se a construção de 800 Praças do PAC, tendo como prioridade atender regiões com alto índice populacional e baixa renda, oferecendo à população acesso a atividades e serviços diversificados. A Praça do PAC é um equipamento que deverá integrar atividades e serviços culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital, oferecendo cobertura a todas as faixas etárias. O modelo de Praça do PAC mais completo, para terrenos de metragem mínima de sete mil m², contempla a construção de uma edificação multiuso com cineteatro de 120 lugares, telecentro, biblioteca, salas multiuso, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e vestiários, além da construção de quadra de areia, pista de skate, jogos de mesa, espaço criança, quadra coberta poliesportiva, espaço para a terceira idade, anfiteatro, equipamentos de ginástica, *kit* básico esportivo e pista de caminhada. Nos modelos de menor porte apenas parte desses equipamentos estarão disponíveis.

e) Desenvolvimento do Esporte de Alto Rendimento

No que se refere ao desenvolvimento do esporte de alto rendimento, o Governo tem procurado garantir investimentos em infraestrutura; ofertar condições adequadas de participação e desenvolvimento da prática das diversas modalidades esportivas; além de aperfeiçoar a gestão das entidades, a estrutura de clubes, a segurança e o conforto nos espaços de competições esportivas.

O Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão atua no segmento esportivo de alto rendimento, possibilitando ao atleta que se dedica ao esporte competitivo melhores condições para o acesso, desenvolvimento e conquista de resultados, de modo complementar às iniciativas de outras instituições que compõem o Sistema Nacional de Desporto (SND). Essa atuação tem como principal objetivo diminuir as disparidades entre as modalidades esportivas, melhorar o desempenho do atleta brasileiro de rendimento e promover a imagem do País no exterior.

Destaca-se a Bolsa-Atleta, que possibilita a atletas de modalidades desportivas diversas obter apoio financeiro para garantir a manutenção pessoal mínima, ofertando condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e às competições, o que leva a melhorar dos resultados e eleva as possibilidades de atletas de esportes com menor visibilidade no País. Em 2010 foram contemplados 2.487 atletas.

Para o ano de 2011, a proposta é conceder três mil bolsas a atletas, já com a atualização dos valores dos benefícios prevista pela Medida Provisória (MP) nº 502, de 20 de setembro de 2010. Essa MP reestrutura a política para o esporte de alto rendimento, atualizando a legislação com a finalidade de melhorar a gestão dos recursos públicos federais investidos, de proporcionar maior trans-





parência e eficácia das ações governamentais e de dar foco na preparação de atletas brasileiros para os e Paraolímpicos Rio 2016.

As novas estruturas administrativas, ações, programas, legislações e normas voltados à preparação do Brasil para os e Paraolímpicos Rio 2016 objetivam levar o Brasil a figurar entre as 10 principais potências esportivas até 2016. Para isso, está prevista atuação no apoio à preparação de equipes e atletas que tenham potencial de conseguir resultados nas principais competições internacionais; a implementação de Núcleos de Esporte de Base; e o atendimento dos atletas de alto rendimento por intermédio do Bolsa-Atleta, com foco nas modalidades definidas como prioritárias para o alcance da meta.

f) Prevenção à Violência nos Estádios

Tiveram também continuidade as ações que visam a implementar uma política nacional de prevenção à violência nos eventos esportivos relacionadas ao futebol, com o objetivo de proporcionar conforto e segurança aos torcedores. Entre as ações destacam-se alteração do Estatuto do Torcedor pela Lei nº 12.299, de 27 de julho de 2010, que dispõe sobre a definição das entidades responsáveis pela prevenção da violência nos esportes; a indicação do conceito de torcida organizada e delimitação de suas obrigações; a tipificação penal específica para eventos esportivos; a redistribuição de obrigações das entidades envolvidas na organização das competições; e a determinação das obrigações do torcedor no recinto esportivo.

g) Preparação para a Copa do Mundo FIFA 2014 e para os e Paraolímpicos Rio 2016

O ME, por meio do Programa Brasil Campeão, coordenará as ações prioritárias para a organização dos e Paraolímpicos Rio 2016 no que tange às responsabilidades e investimentos assumidos pelo Governo Federal, com especial destaque para a Empresa Brasileira de Legado Esportivo – Brasil 2016, para a Autoridade Pública Olímpica (APO), e para a implementação da Autoridade Brasileira de Combate da Dopagem (ABCD). Apoiará também a preparação e a realização dos V Jogos Mundiais Militares no Rio de Janeiro, bem como a participação dos atletas nos Jogos Pan e Parapan Americanos de Guadalajara, México em 2011.

Para a Copa das Confederações FIFA 2013 e a Copa do Mundo FIFA 2014 uma das principais ações realizadas no ano de 2010 foi o estabelecimento da Matriz de Responsabilidades, instrumento que define as atribuições da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com vistas à execução de medidas conjuntas e projetos de infraestrutura imprescindíveis para a realização dos eventos nas doze cidades-sedes. Outra ação de grande importância foi a sanção da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, que institui medidas tributárias referentes à realização no Brasil da Copa das Confederações FIFA 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014. Tais medidas versam sobre Direitos Alfandegários e Impostos; e isenção geral de impostos para a FIFA e se fazem necessárias para a efetivação de compromissos assumidos pelo Governo Federal, quando da escolha do País como sede desses eventos. Além disso, a lei também institui o Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol (Recopa), destinado aos estádios que serão utilizados nas partidas oficiais dos referidos eventos.

Para 2011 está prevista a contratação de um sistema integrado de coleta de informações e análise de riscos, a inclusão de outras áreas na Matriz de Responsabilidades, a troca de informações com outros países e cidades-sedes de grandes eventos esportivos e continuidade das ações relativas à preparação do País para realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014.

h) Jogos Mundiais Militares

Os V Jogos Mundiais Militares – Jogos Mundiais da Paz – são um megaevento que acontecerá na cidade do Rio de Janeiro, em julho de 2011, e reunirá cerca de seis mil atletas de mais de 100 países filiados ao Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM). Há





expectativa da chegada no País de cerca sete mil pessoas, entre atletas e membros de comissões técnicas e turistas, cuja presença causará impacto na economia da cidade do Rio de Janeiro. O evento proporcionará a geração de um grande número de empregos diretos e indiretos, além de imprimir uma maior dinâmica ao turismo na cidade. No primeiro semestre de 2011 serão concluídas as etapas finais de implantação da infraestrutura necessária à realização dos Jogos Mundiais da Paz.

No exercício de 2010 tiveram continuidade as ações de preparação para a realização dos V Jogos Mundiais Militares. Atenção especial foi dispensada às tarefas de implementação da estrutura organizacional; construção das Vilas de Atletas; desenvolvimento do Sistema de Comando e Controle e dos Planos de Comunicação, de Comunicação Social e de Captação de Recursos; início da construção de três novas instalações esportivas e adequação das instalações do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (Cefan), Universidade da Força Aérea (Unifa) e da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx).

i) Lei de Incentivo ao Esporte

A Lei nº. 11.438, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), busca, por meio de incentivo fiscal, financiar projetos esportivos e paraesportivos como instrumento de desenvolvimento e fortalecimento do esporte nacional nas suas diversas modalidades e manifestações esportivas. Há a expectativa da captação de recursos ter atingido em 2010, aproximadamente R\$ 150 milhões por meio da LIE, um aumento de 35,2 % com relação a 2009, beneficiando cerca de nove milhões de pessoas, direta e indiretamente, no contexto dos projetos que recebem incentivo fiscal. Contribuiu para esse resultado a e ampliação da divulgação da LIE por meio da mídia, de visitas orientadas a grandes contribuintes e da realização do 1º Prêmio Empresário Amigo do Esporte.

Para 2011, em função de aperfeiçoamentos na gestão e da perspectiva favorável de crescimento econômico, é previsto um expressivo crescimento no número de projetos esportivos e nos valores por eles captados por meio da LIE.

j) Participação Social

No que concerne à participação social, os processos da Conferência Nacional do Esporte (CNE) tem contribuído com a elaboração e o controle da gestão da política de esporte e lazer pelo ME. A primeira CNE definiu os fundamentos da Política Nacional do Esporte com foco no desenvolvimento humano. A segunda propôs uma nova estrutura para o Sistema Nacional de Esporte e Lazer e teve como marco a conquista da Lei de Incentivo ao Esporte.

A III CNE, realizada em junho de 2010, mobilizou 220 mil pessoas no processo de discussão das ideias apresentadas pelo Ministério em conjunto com as 25 entidades que compõem a Comissão Organizadora Nacional. Em suas resoluções, a III CNE aprovou o Plano Decenal de Esporte e Lazer, que ratifica a necessidade de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer lastreado em recursos para tornar sustentável um projeto de longo prazo, com uma gestão do esporte e do lazer qualificada e que propicie condições de acompanhamento e avaliação dos programas.

A aprovação das resoluções que compõem o Plano Decenal do Esporte e Lazer caminha no sentido de fornecer consistência à Política Nacional de Esporte, definindo seus princípios, suas diretrizes, bem como as linhas estratégicas, as ações e metas para o desenvolvimento do Esporte e Lazer no País nos próximos 10 anos, considerando as recentes conquistas das candidaturas da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos e Paraolímpicos Rio 2016. Nesse sentido, a efetivação da política de fortalecimento do esporte como elemento de desenvolvimento econômico e humano auxiliará na projeção internacional do Brasil.





10. Programa Luz para Todos (LPT)

Criado em 2003 para universalizar o acesso e uso da energia elétrica, o Programa Luz para Todos (LPT) foi prorrogado, em 2010, de modo a possibilitar que as obras contratadas ou em fase de contratação fossem concluídas até dezembro de 2011. Tais obras estão localizadas, majoritariamente, nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Ao contribuir para incrementar a geração de trabalho e renda no campo o LPT tem promovido a inclusão social e o resgate da cidadania das famílias residentes no meio rural brasileiro. O Programa já beneficiou cerca de 13,2 milhões de brasileiros, sendo 1,72 milhão de pessoas atendidas em 2010. Para o ano de 2011, a expectativa é de que o serviço de energia elétrica atenda a 310 mil famílias, beneficiando aproximadamente 1,5 milhão de pessoas.

No tocante aos investimentos, do total de R\$ 14,3 bilhões previstos pelo Governo Federal para 2010, já foram liberados R\$ 9,1 bilhões, sendo que o restante dos recursos contratados será liberado ao longo de 2011.

As obras do Programa Luz para Todos também geram externalidades positivas e incrementam a economia. Estima-se que mais de 6,6 milhões de postes já foram instalados, 978 mil transformadores, 1,2 milhão de quilômetros de cabos elétricos foram utilizados e 398 mil novos postos de trabalho, diretos e indiretos, tenham sido criados. Também merece destaque o efeito multiplicador advindo do LPT, notadamente ao ensejar aumento das vendas do segmento industrial de eletrodomésticos nas comunidades beneficiadas, a exemplo de aparelhos eletroeletrônicos e equipamentos que melhoram as condições do trabalho rural.

O LPT tem viabilizado o desenvolvimento de projetos de geração de trabalho e renda em parceria com instituições públicas e privadas proporcionando significativos resultados de alcance social. Em 2010 foram instalados, em parceria com a Funai, 11 centros comunitários em comunidades indígenas atendidas pelo Programa Luz para Todos, que beneficiarão 642 famílias nos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Rondônia, Bahia e Pará.

11. Inclusão Digital

a) Banda Larga - GESAC

O Programa Governo Eletrônico – Serviços de Atendimento ao Cidadão (GESAC) atua no contexto do Programa de Inclusão Digital do Governo Federal, com objetivo de fornecer gratuitamente conexão de Internet banda larga a todos os 5.565 Municípios, com prioridade para comunidades isoladas ou de alta vulnerabilidade social, como populações ribeirinhas, silvicultoras e extrativistas, suburbanas, quilombolas, indígenas e de fronteira. O objetivo do Programa GESAC é permitir a conectividade de Internet em regiões carentes de infraestrutura de telecomunicações, de forma a favorecer a diminuição de desigualdades regionais e permitir serviços em educação presencial e à distância, saúde e previdência social, entre outros.

Por meio do Programa GESAC, o Ministério das Comunicações (MC) coopera com outros órgãos de Governo na disponibilização de conectividade banda larga a pontos públicos ou de interesse coletivo, a exemplo da conectividade em escolas públicas da zona rural.

Em dezembro de 2010 havia 10.934 pontos de presença em operação distribuídos em cerca de 5 mil Municípios do País, em tecnologia via satélite ou terrestre, e 985 unidades em remanejamento para completar o total de 11.919 conexões contratadas. O aditivo contratual assinado no referido mês objetiva a ampliação da rede GESAC em mais de 1.460 pontos em 2011, passando para o total de 13.379.





Para os próximos anos, o novo edital de contratação do Programa GESAC prevê a expansão da rede em mais 13 mil pontos de presença, totalizando mais de 26 mil unidades, de forma a atender os mais abrangentes projetos de inclusão digital do Governo brasileiro. A nova licitação contempla uma plataforma que permitirá usar a rede GESAC para aplicações de videoconferência, tele-educação, telessaúde e telemedicina.

b) Telecentros

Os Telecentros Comunitários são espaços públicos providos de computadores conectados à Internet em banda larga. Dentre as diversas atividades que podem ser desenvolvidas no âmbito da inclusão digital pela comunidade local no telecentro, destacamos o uso livre dos equipamentos, cursos de informática básica, acesso à educação à distância, oportunidades de emprego, capacitação e novos negócios. O Programa disponibiliza também acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação visando à inclusão digital da população rural.

No ano de 2010, a implantação de Telecentros Comunitários atingiu 98,25% dos Municípios por meio da implantação de sete mil Telecentros em todo o território brasileiro.

Num esforço conjunto, os Ministérios das Comunicações e do Desenvolvimento Agrário implantaram, a partir de 2008, 88 Casas Digitais.

No exercício de 2009, foi lançado o Edital de Audiência Pública para discutir a expansão do Programa Inclusão Digital – Telecentros Comunitários, com o objetivo de universalizar o atendimento público de acesso à Internet, entregando, montando e instalando Telecentros Comunitários em todas as Bibliotecas Públicas existentes do Brasil. Também em 2010 deu-se início ao processo de aquisição de novos 15.000 Telecentros Comunitários, previstos para serem implantados no exercício de 2011.

c) Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)

O Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) por meio do Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010, com o principal objetivo de massificar o acesso à Internet em banda larga para os cidadãos, instituições do Governo, entidades da sociedade civil e empresas. O maior objetivo reside no desenvolvimento de infraestrutura nacional e maior oferta de serviços de banda larga a preços acessíveis.

Com esse propósito, o Governo Federal delegou à Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás) a missão de implantar, operar e gerenciar uma rede de telecomunicações que será capaz de atender 4.283 Municípios até 2014 com Internet rápida e barata. A empresa utilizará as fibras ópticas já instaladas pelo setor elétrico e petrolífero, que totalizam uma extensão de 30.803 quilômetros em quatro anos. Em 2011, já estarão em operação os Anéis Nordeste e Sudeste, com capacidade de chegar a 2.077 Municípios, e será iniciada a implantação do Anel Sul e da Rede Norte, os quais poderão atender 1.394 Municípios a mais.

Além da implantação da rede pela Telebrás, outras medidas foram empreendidas no âmbito do PNBL. A Medida Provisória nº 517, de 30 de dezembro de 2010, reduziu a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins incidentes sobre os *modems*, equipamentos essenciais para o acesso à Internet. A Anatel realizou a licitação da Banda H, que permitirá o provimento de banda larga móvel em mais Municípios.

Destacam-se, ainda, importantes medidas de política produtiva e tecnológica no âmbito do PNBL, entre as quais a promulgação da Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010, que permite à Administração Pública conferir preferência de compra a equipamentos





para redes de banda larga com tecnologia nacional no âmbito de processos licitatórios e a orientação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTEL) para projetos relacionados à banda larga.

12. Justiça e Segurança Pública

a) Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)

Desenvolvido pelo MJ, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) marca o começo de uma nova era no combate à criminalidade no País, uma vez que articula as políticas de segurança pública com ações sociais, atuando no combate às causas da violência e não apenas às suas consequências.

O Pronasci já foi implementado nas regiões metropolitanas com índices mais elevados de homicídios, levando aos referidos locais um conjunto de ações preventivas e integradas que compõem os Territórios de Paz e objetivam enfrentar e prevenir a criminalidade e a violência. Dessa forma, o Estado passa a retomar o controle das regiões conflagradas pela violência, oferecendo acesso aos serviços públicos e melhorando a qualidade de vida da população. Até o momento, foram instalados 29 Territórios de Paz em 22 Municípios distribuídos por 11 Estados e Distrito Federal.

A capacitação de policiais, bombeiros, peritos, guardas municipais e agentes penitenciários conta com a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP), que congrega instituições de ensino para a oferta de cursos de formação de tecnólogos, especialistas e mestres, além de programas de Educação à distância (EAD). A participação é estimulada pelo recebimento da Bolsa Formação, que oferece complemento de R\$ 443,00 na renda aos profissionais que ganham até R\$ 1,7 mil, sendo considerada uma oportunidade para que o profissional de segurança pública possa estudar e ser capacitado para melhorar o trabalho realizado nas comunidades em que atua. Em média, 150 mil policiais estão recebendo benefícios e o valor destinado à concessão da Bolsa Formação, no período de janeiro a dezembro, foi de cerca de R\$ 788 milhões.

O Pronasci realiza campanhas nacionais de desarmamento, mediante publicação de material informativo sobre o assunto. Por meio destas, os proprietários de armas de fogo são incentivados a entregá-las à Polícia Federal, mediante o pagamento de indenização. Assim, a entrega de armas de fogo tornou-se permanente quando foram entregues espontaneamente. Em 2010, mediante indenização, cerca de 14.240 armas foram recebidas.

O projeto Mulheres da Paz contempla líderes comunitárias em regiões conflagradas que passam por capacitação em temas como: ética, direitos humanos, cidadania e mediação de conflitos, com bolsa de R\$ 190,00 mensais. Elas contam com o apoio de equipes multidisciplinares para atuar como multiplicadoras do Pronasci e divulgar o programa nas comunidades, identificando famílias com necessidade de assistência e jovens que possam fazer parte do Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável (Protejo). Em 2011, há previsão de ampliar o programa Mulheres da Paz para mais 30 mil mulheres.

O Protejo presta assistência, por meio de programas de formação e inclusão social, a jovens de 15 a 24 anos expostos à violência, objetivando tirá-los do percurso do crime e transformá-los em multiplicadores do programa. Cada jovem recebe uma bolsa de R\$ 100,00 por mês durante um ano. Em média, 15 mil jovens já receberam ou estão cursando as atividades do programa. Tem-se prevista para o ano de 2011 a sua expansão para 50 mil jovens.

Para os projetos de efetivação da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, que tem como objetivo integrar a





atuação dos serviços de prevenção e combate à violência contra a mulher, foram destinados cerca de R\$ 7,2 milhões visando à implementação de 14 juizados e cinco promotorias e núcleos especializados do Ministério Público.

O Pronasci se enraíza também por vários outros ministérios, integrando a União, os Estados, o Distrito Federal e Municípios, tendo sido implementadas várias ações nas origens socioculturais da comunidade, objetivando a prevenção, controle e repressão da criminalidade. Atualmente, o programa possui parcerias com ME, MCT, MTE, MinC e Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), que recebem recursos do MJ para atuação nas áreas indicadas pelo Pronasci. As principais iniciativas desses órgãos são: esporte e lazer na cidade, praça da juventude, pintando à cidadania, pintando a liberdade, telecentros de inclusão digital, microprojetos de cultura, bancos comunitários, ações integradas de prevenção da violência e do uso de drogas em Territórios de Paz.

Com o objetivo de aumentar a eficiência policial, o Governo, por meio do PAC 2, planeja a implantação de bases de polícia comunitária nas áreas mais violentas do País. Essas bases permitirão que os policiais se relacionem com os cidadãos e garantam a ambiência necessária para o ingresso dos demais serviços públicos. Também pretende orientar a atividade policial a fim de permitir a identificação de indivíduos procurados e o mapeamento de organizações criminosas, reduzindo as ações generalizadas e os seus danos. Pretende-se investir até 2013 o montante de R\$ 1,6 bilhão, com a instituição de 720 bases por ano.

b) Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

Visando a profissionalizar a gestão das políticas e ações de segurança pública, e pautar as estratégias utilizadas segundo os princípios dos Direitos Humanos e da Cidadania, o MJ centrou suas ações em seis eixos principais: i) modernização organizacional das instituições de Segurança Pública; ii) criação de um sistema integrado de formação e valorização profissional; iii) implantação e modernização de estruturas físicas; iv) implantação de projetos de prevenção à violência e criminalidade; v) implantação de sistema de gestão do conhecimento; e vi) reaparelhamento e modernização dos órgãos de segurança pública.

Com o objetivo de valorizar a informação como principal ferramenta da ação policial, três sistemas de informações foram aperfeiçoados e modernizados: o Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal; o Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade; e o Sistema de Monitoramento da Implantação do SUSP.

Outra importante realização para a melhoria dos indicadores de Segurança Pública é o processo de integração dos dados e informações criminais pela Rede Nacional de Integração das Informações de Segurança Pública (Rede Infoseg), que tem pautado sua gestão no aperfeiçoamento de seus recursos de modo a agregar precisão, disponibilidade e segurança. Atualmente, reúne cerca de 110 mil usuários, totalizando aproximadamente 35 milhões de consultas/ano, que o transforma no maior sistema de informações de segurança pública do País. Com foco nos grandes eventos esportivos que se aproximam, a Rede Infoseg tem apostado na interoperabilidade entre os diversos sistemas, buscando dados de instituições nos três níveis de Governo, que somam 5.237 órgãos conveniados até o momento.

O monitoramento constante da situação da segurança pública, agregado ao imenso volume de informações gerenciadas por tais sistemas, visa a permitir não só a avaliação e divulgação dos resultados alcançados, como também o amadurecimento das políticas de segurança pública, criando subsídios para a correção de problemas identificados.

Por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública, o MJ investiu cerca de R\$ 173 milhões nos entes federados, sendo sua aplicação basicamente em diárias, capacitação, sistemas de informação e equipamentos. Na ação de reaparelhamento das instituições estaduais de segurança pública, foram investidos R\$ 17,2 milhões por meio de convênios e aquisições diretas de bens para diversos Estados destacando-se a aquisição de 55 viaturas 4 X 4 para o Policiamento de Fronteira (Pefron) e 306 motocicletas com capacetes a serem distribuídos a todas as Unidades da Federação, exceto Rio de Janeiro e Distrito Federal. Os referidos equipamentos suprirão





necessidades das instituições de segurança pública no que tange à qualidade de vida policial e o enfrentamento da criminalidade. O Governo vem utilizando como contrapartida desses repasses o compromisso dos governos estaduais de implantação de políticas de proximidade com a polícia e de redução da violência policial.

c) Força Nacional de Segurança Pública (FNSP)

A Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) consolidou-se como instrumento de cooperação federativa, que atua à luz do Susp e do Pronasci, por meio da estruturação de um grupo de elite composto pelas polícias e bombeiros dos Estados.

Durante o ano de 2010 a Força Nacional atuou nos Estados de Maranhão, Santa Catarina, Amazonas, Bahia, Alagoas, Roraima, Pará, Rondônia, Mato Grosso, Paraná, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, auxiliando os governos dos referidos entes federados em questões variadas inerentes à segurança pública. Nessas operações foram apreendidas 66 armas de fogo, 22.187 munições, 40 explosivos, 34.798 kg de maconha, 105 kg de *crack*, 31 kg de cocaína, 35 kg de pasta de cocaína, 512 kg de outras drogas, além de 883 toneladas de produtos contrabandeados e 648 veículos. A FNSP também efetuou a prisão de 200 pessoas adultas e o recolhimento de 75 menores, ajudou na transferência de presos e na escolta de autoridades. Na área ambiental, foram apreendidos mais de 10 mil equipamentos irregulares.

Para o ano de 2011, a prioridade é o estabelecimento de uma base física permanente na região do Gama (DF), independente da já consolidada base física na cidade de Luziânia (GO), de modo a possibilitar a manutenção de um efetivo de 1,4 mil homens prontos para atuar em qualquer parte do País, com mobilidade e rapidez, pressupostos básicos para uma tropa dessa natureza. Outra ação prevista para 2011 é a estruturação da Polícia Civil na FNSP e a ampliação de operações investigativas por todo o País.

d) Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp)

A Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança (Renaesp) é um projeto de educação permanente do MJ para a realização de cursos de pós-graduação *lato sensu* na área de segurança pública. O objetivo do projeto é difundir o conhecimento e a capacidade crítica necessários à construção de um novo modo de fazer segurança pública, com base na cidadania e direitos humanos. Em 2010, 1.128 profissionais de segurança pública, incluindo guardas municipais, policiais militares, bombeiros militares, policiais civis, policiais federais, policiais rodoviários federais, peritos e agentes penitenciários foram beneficiados com os cursos de pós-graduação promovidos pela Renaesp.

O MJ desenvolveu em parceria com as instituições de Segurança Pública, a Rede Nacional de Educação à Distância para a Segurança Pública (Rede EAD), ambiente virtual de aprendizagem que promove ciclos de cursos à distância, atendendo à demanda por qualificação de maneira sistêmica, continuada e inclusiva, e, assim, viabilizando o acesso dos profissionais de segurança pública aos processos de aprendizagem. Para a implementação do projeto foi criada uma plataforma totalmente customizada e a instalação de 257 telecentros cobrindo as 27 unidades da Federação. Em 2010, mais de 536 mil profissionais de segurança pública foram capacitados por meio dos cursos da Rede EAD.

Dentre as perspectivas para 2011 está relacionada a consolidação de uma política pública de educação continuada, para maior valorização dos profissionais de segurança pública.

e) Programas e Projetos Especiais em Segurança Pública

Outra iniciativa do SUSP destina-se à implementação do Sistema Nacional de Prevenção da Violência e Criminalidade, que tem





por objetivo apoiar projetos e ações realizados pelos governos estaduais e municipais de prevenção à violência e criminalidade, em especial: i) implantação ou fortalecimento da filosofia de policiamento comunitário e de instrumentos para mediação de conflitos; ii) do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência; iii) dos conselhos comunitários de segurança; iv) dos espaços urbanos seguros; v) das ações voltadas ao desarmamento e promoção de uma cultura de paz; vi) do enfrentamento à violência doméstica e de gênero, por meio do fortalecimento das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; e vii) de ações preventivas voltadas ao público infanto-juvenil, tanto na inserção de adolescentes infratores, quanto no enfrentamento à exploração sexual infanto-juvenil, bem como aos grupos em situação de vulnerabilidade, como os de livre orientação sexual, população em situação de rua, idosos, étnico-raciais, entre outros. Menciona-se também o fortalecimento dos controles interno e externo da atividade policial, sendo este por meio das Ouvidorias de Polícia e aquele pelas Corregedorias de Polícia no âmbito da ação de prevenção.

A ação Reparcelamento das Unidades de Segurança Pública passou a dar guarida a projetos com foco nas garantias individuais e coletivas, com ênfase na preservação da vida e que priorizem: i) a indução de políticas quanto ao uso de armamento e munição letais de calibres compatíveis com o meio urbano, bem como o incentivo à aquisição de armamento e munições não letais; ii) a investigação científica, para que se obtenha provas confiáveis nas elucidações de crimes; iii) o apoio à implementação de estrutura para a operacionalidade da aviação de Segurança Pública nos Estados e no Distrito Federal; e iv) a investigação judiciária com vistas à redução dos inquéritos relativos a homicídios não solucionados.

f) Combate à Criminalidade

Em 2010, a Polícia Federal envidou esforços na implantação de sistema de inteligência baseado em Veículos Aéreos não Tripulados (Projeto VANT) com a finalidade de monitorar continuamente as fronteiras brasileiras por meio da geração de imagens e informações sobre movimentos suspeitos de pessoas, veículos, aeronaves e embarcações para orientar as equipes de fiscalização terrestre e otimizar a repressão ao ingresso de produtos ilícitos e à saída ilegal de bens, valores e pessoas. A implantação do sistema, iniciada em 2009, deverá ser concluída em 2014, com um total de 14 aeronaves e cinco bases de controle, ao custo de US\$ 348 milhões.

No que se refere ao Projeto Sentinela, que busca prevenir e reprimir os crimes transnacionais – tráfico de drogas, tráfico de armas, contrabando, descaminho, entre outros – sem prejudicar o desejável fluxo lícito de pessoas e riquezas, teve como resultado, em 2010, a prisão de 1.649 pessoas e a apreensão de 270 armas, 1.429 veículos, cerca de 1,8 mil kg de pasta base de cocaína e mais de 55 mil kg de maconha.

No ano de 2010 foram instauradas 5.042 investigações para apurar a ocorrência de tráfico ilícito de entorpecentes, com o indiciamento de 3.784 pessoas e apreensão de 27 toneladas de cocaína e 154 toneladas de maconha.

Foi lançado em 2010 o Projeto PeQui que busca, por meio da caracterização química detalhada de amostras, fornecer informações mais precisas sobre: i) drogas apreendidas; ii) relação traficante-usuário; iii) tipos de fornecedores e redes de distribuição envolvidas (locais, nacionais, internacionais); iv) origem geográfica da amostra (país de origem, laboratório específico); v) método de produção da droga; e vi) produtos químicos utilizados no processo de fabricação.

Tal iniciativa possibilitará o auxílio no estabelecimento de conexões entre organizações criminosas que atuam de forma nacional e internacional, subsidiando ainda a realização de trabalhos científicos.

No mesmo sentido, a Polícia Federal contribuiu para a elaboração do Projeto RIC – Registro de Identidade Civil –, que permitirá ao cidadão brasileiro o uso de um documento de identidade mais confiável, moderno e funcional, com numeração única.





Em 2010, no que se refere às operações de preservação ambiental, foram realizadas 29 operações especiais que resultaram na prisão de 273 criminosos, além do cumprimento de 313 mandados de busca e apreensão expedidos pela Justiça. Tais ações tiveram como foco específico a desarticulação de quadrilhas especializadas na prática de inúmeras modalidades criminosas que afetavam sobremaneira a integridade do meio ambiente.

Quanto às operações de combate ao desvio de recursos públicos, que totalizaram em 29 ações, resultaram na prisão de 233 pessoas envolvidas em esquemas de fraudes que somaram um volume de R\$ 965 milhões.

Como meta para 2011, tem-se: i) a criação descentralizada de centros de referência voltados para a qualificação e racionalização de inquéritos policiais; ii) a realização de ações policiais pautadas na excelência de provas criminais; iii) a produção e o desenvolvimento das técnicas, conhecimentos e doutrinas aplicáveis a este tipo de investigação; e iv) o treinamento e capacitação de policiais.

O ano de 2010 foi um ano de consolidação dos trabalhos realizados pela Polícia Federal na área de combate aos crimes cibernéticos, especialmente fraudes bancárias eletrônicas e incremento de ações de capacitação e treinamento. Para responder a essa demanda, deu-se continuidade ao Projeto Tentáculos, constituído por um banco de dados sobre fraudes bancárias que permite melhor tratamento da informação, visando à melhoria dos resultados no âmbito da repressão a esses delitos.

No ano de 2011 pretende-se: i) ampliar a capacitação de servidores; ii) reforçar as parcerias nacionais e internacionais; iii) dar continuidade ao projeto Tentáculos; e iv) continuar o processo de desenvolvimento do Projeto Oráculo, que visa à investigação de incidentes de rede, com foco inicial às fraudes bancárias, evitando-se com isso a instauração de milhares de inquéritos policiais.

Quanto à modernização da Polícia Federal, o projeto Pró-Amazônia (Promotec) buscou efetivar, ao longo desses oito anos, a presença do Departamento de Polícia Federal (DPF) em todo território nacional, dotando-o de modernos meios operacionais, técnicos e científicos adequados à prevenção e repressão dos crimes de sua competência.

No ano de 2010 foram adquiridas torres para continuidade da instalação do Tetrapol (sistema de radiocomunicação segura), novos aparelhos AFIS (sistema automático de identificação) e mais unidades de equipamentos táticos de interceptação rádio frequência, *notebooks* robustecidos, softwares de sustentação e prova de conceito para o Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica (Cintepol), bem como equipamentos discretos, serviços de assistência técnica, servidores e equipamentos de rede, perfazendo uma execução da ordem de US\$ 15,3 milhões.

Vale frisar também que foram envidados esforços, no ano de 2010, para a negociação e assinatura do Promotec 2, que tem como objetivo dar continuidade aos avanços alcançados, com investimento previsto de R\$ 308 milhões, a partir de 2011.

No que tange aos direitos humanos, no ano de 2010, houve intensa participação do DPF no combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas. Merece destaque o acompanhamento das ações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que libertou, de janeiro a dezembro, 2.617 trabalhadores em condição análoga à de escravo. Ainda foi firmado termo de cooperação com o Ministério Público do Trabalho visando, além das ações de repressão, à capacitação dos integrantes de ambas instituições.

Para a Copa do Mundo FIFA 2014, a Polícia Federal tem em andamento um projeto para mapear as vulnerabilidades e coibir o tráfico de pessoas, a exploração infanto-juvenil, o turismo sexual e a superexploração do trabalho a ser implementado em parceria com organismos governamentais e internacionais nas cidades-polo em um cronograma que se inicia em 2011.

Em novembro de 2010, a Polícia Federal participou da maior operação policial já realizada com o objetivo de retomar uma área





antes dominada ao tráfico de drogas e devolvê-la à população. Um efetivo de 300 homens foi deslocado para a operação no conjunto de favelas do Alemão. Esse apoio tático da Polícia Federal às ações das forças de segurança pública estaduais, particularmente nas áreas ainda ocupadas pelo crime organizado, continuará a ocorrer em 2011.

No que se refere à segurança nas rodovias federais, a Polícia Rodoviária Federal qualificou suas intervenções no combate a ilícitos, principalmente roubo de veículos e cargas, assalto a ônibus e tráfico de drogas e armas. No exercício de 2010, a Polícia Rodoviária Federal efetuou 29.160 prisões, apreendeu 1,1 tonelada de *crack*, 4,7 toneladas de cocaína e 88,7 toneladas de maconha. Foram apreendidas no mesmo período 1.227 armas de fogo e 138.953 cartuchos (munição de diversos calibres).

O enfrentamento ao contrabando e ao descaminho resultou, no ano de 2010, na apreensão de 9,12 milhões de itens, entre os quais, cigarros e produtos de informática e mídia eletrônicas. O combate aos crimes ambientais produziu 48,2 mil m³ de madeira apreendidos. Os esforços para proteger a saúde pública resultaram na apreensão de cerca de 18 milhões de medicamentos irregulares.

A Polícia Rodoviária Federal, alinhada às diretrizes estratégicas do Governo Federal, tem fortalecido seu caráter de polícia preventiva e cidadã. O Projeto Unidade de Atendimento ao Cidadão (UNACI), que faz parte do Pronasci, tem sido um importante laboratório para a elaboração e difusão de boas práticas. Com essa visão preventiva e fazendo uso do conceito “álcool zero”, introduzido pela Lei n.º 11.705, de 19 de junho 2008, conhecida por Lei Seca, a Polícia Rodoviária Federal realizou mais de dois milhões de testes com etilômetros.

Para 2011, atenta à Resolução da ONU, que declarou os anos 2011-2020 como a Década das Ações pela Segurança Viária, a PRF continuará oferecendo duro combate à embriaguez ao volante, demonstrando os prejuízos que a mistura álcool e direção causa à economia e, principalmente, à tranquilidade das pessoas. O controle de velocidade e a participação social são outras iniciativas a serem reforçadas. As ações de Educação para o trânsito serão reforçadas com o Projeto Trânsito com Cidadania e com o Festival Estudantil Temático de Trânsito (Fetran).

O enfrentamento à criminalidade também continuará recebendo toda atenção da Polícia Rodoviária Federal, em particular furto e roubo de veículos de transporte de passageiros e cargas, os crimes ambientais e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Nas regiões fronteiriças, todas elas ligadas por rodovias federais, será incrementado o combate ao tráfico de drogas e armas e ao contrabando e descaminho.

g) Sistema Penitenciário Federal

Em 2010, o MJ repassou cerca de R\$ 100 milhões aos Estados para construção, reforma, aparelhamento e reaparelhamento de estabelecimentos prisionais; reintegração social dos presos; penas e medidas alternativas; aparelhamento de ouvidorias do sistema penitenciário; integração ao Sistema Nacional de Informações Penitenciárias (InfoPen); e manutenção do Sistema Penitenciário Federal.

Para a geração de 1,2 mil vagas nos sistemas penitenciários dos Estados foram repassados, em 2010, cerca de R\$ 30 milhões. Já em 2011 serão investidos R\$ 129 milhões na geração de 2.460 vagas.

O Pronasci, visando à implementação de modelo de gestão penitenciária que promova efetivamente a reintegração social da pessoa presa e combata a reincidência criminal no País, investiu R\$ 37 milhões na construção de penitenciária especiais para jovens adultos e R\$ 3,2 milhões para a aquisição de equipamentos de segurança eletrônica em oito unidades da Federação. Em 2011, os Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul serão contemplados com a construção de penitenciária feminina com potencial para incorporar 858 novas vagas ao sistema.





Em 2010 foi disponibilizado terreno para a construção da Escola Penitenciária Nacional, que prevê-se concluída em 2011, para a capacitação e qualificação de profissionais que atuam no sistema penitenciário.

No tocante à participação social e comunitária, serão realizadas ações conjuntas com a Comissão Nacional para Implementação e Acompanhamento dos Conselhos da Comunidade, além de fomentar a criação, aparelhamento ou reaparelhamento de ouvidorias dos sistemas penitenciários estaduais.

As ações ligadas à aplicação de penas e medidas alternativas, com foco na redução do ingresso de presos de menor potencial ofensivo no sistema prisional, terão continuidade com o fomento à criação e apoio às centrais e núcleos de acompanhamento e varas judiciais especializadas.

No tocante à modernização dos estabelecimentos penais, serão intentadas ações para aquisição de equipamentos de segurança e viaturas, além da continuidade na implantação do Sistema Nacional de Informações Penitenciárias (InfoPen). Ao todo, serão 108 unidades penais contempladas e R\$ 15,7 milhões.

A implementação do Sistema Penitenciário Federal resultou numa redução significativa das rebeliões nas penitenciárias estaduais. Quatro penitenciárias federais estão em funcionamento com 832 vagas, havendo previsão, para 2011, de iniciar as obras da 5ª Penitenciária Federal em Brasília (DF), o que acrescentará mais 208 vagas para o sistema.

h) Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica

No ano de 2010, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) realizou diversas ações, destacando-se: i) a criação de sua Ouvidoria, com a finalidade de estimular a participação do cidadão na fiscalização e planejamento dos serviços públicos; ii) a imposição de maior rigor no combate aos cartéis, demonstrado pela aplicação da maior multa da história do CADE, no valor total de R\$ 2,5 bilhões, às empresas envolvidas no Cartel dos Gases Medicinais e Industriais; iii) a decisão de atos de concentração de grande repercussão social, tais como Itaú/Unibanco, Banco do Brasil/Nossa Caixa, Oi/BrT, Sanofi-Aventys/Medley, Abril/Chinaglia, Coca-Cola/Mate Leão, TIM/Telefônica; Polimix/Tupi; e iv) a celebração de acordos de cooperação internacional com Europa (DG Competition), Mercosul, Portugal e Rússia. Destaca-se ainda a reformulação do procedimento para instrução e julgamento de atos de concentração, em conjunto com os demais órgãos de defesa da concorrência, visando a conferir maior agilidade e qualidade nas decisões de forma que o tempo médio de análise de atos de concentração foi reduzido de 252 dias, verificado em 2005, para 165 dias em 2010.

Em relação à advocacia da concorrência, destaca-se a decisão dos ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex) de suspender o direito *antidumping* então vigente sobre o mercado de cimento, dada a necessidade de manter a estabilidade interna de preços.

Para 2011, o plano de ação envolve o aprofundamento dos esforços do CADE para se tornar uma das agências de concorrência mais eficazes no mundo. Pretende-se dar continuidade às iniciativas bem sucedidas descritas acima e, ao mesmo tempo, realinhar recursos humanos e financeiros do Conselho para atender às demandas institucionais mais urgentes na conjuntura atual.

Em 2010 foram celebrados acordos de cooperação que permitiram uma atuação mais eficaz, difusa e capilarizada na prevenção e repressão a acidentes de consumo.

No âmbito da capacitação foi consolidada a implantação da Escola Nacional de Defesa do Consumidor, ação estruturante voltada





para o combate da fragmentação e da precária sistematização da capacitação de técnicos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC). Com esse objetivo, foram capacitados em 2010 cerca de 3.080 integrantes do SNDC, sendo 427 pela realização de cursos itinerantes, 238 por oficinas temáticas e 2.415 por meio do ensino à distância.

São metas a serem alcançadas em 2011 na defesa do consumidor: i) realizar estudos e políticas com foco na proteção dos 30 milhões de novos consumidores incluídos no mercado de consumo; ii) incentivar a criação de escolas estaduais de defesa do consumidor, com as quais poderão ser feitas parcerias para a sua adequada estruturação; e iii) fortalecer e intensificar a integração do SNDC.

No âmbito do Programa de Combate a Cartéis, destacam-se as seguintes ações: i) Programa Jogando Limpo, campanha lançada em 11 de junho de 2010, por ocasião do 2º Encontro da Estratégia Nacional de Combate a Cartéis (ENACC), que tem por objetivo prevenir a ocorrência de cartéis e aumentar a concorrência em licitações a serem realizadas em razão da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos e Paraolímpicos Rio 2016; e ii) treinamentos específicos sobre os métodos e técnicas de investigação de cartéis em licitações, em que mais de 800 servidores da área de investigação participaram.

O MJ intensificou o compartilhamento de experiências e a cooperação com autoridades estrangeiras de defesa da concorrência e agências multilaterais. Como resultado, pode ser mencionada a escolha da cidade do Rio de Janeiro para sediar, em 2012, a 11ª Conferência Anual da Rede Internacional de Concorrência (ICN), uma rede virtual que integra autoridades de defesa da concorrência de diversos países com o objetivo de disseminar “boas práticas” de políticas antitruste. Trata-se da primeira vez que um país da América Latina sediará o evento.

Para 2011, as ações estratégicas do Governo na defesa da concorrência possuem como foco: i) prevenção e repressão a cartéis, com destaque para cartéis em compras públicas, especialmente as licitações a serem realizadas para realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos e Paraolímpicos Rio 2016; e ii) consolidação da ENACC, com destaque para a persecução criminal dos cartéis e a implementação das metas definidas no 2º encontro da ENACC.

i) Direitos Difusos

O Conselho Federal de Direitos Difusos (CFDD) é responsável pela administração dos recursos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, que têm por finalidade a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valores artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos. O CFDD já apoiou, entre os anos de 1999 e 2010, mais de 270 projetos, aplicando valor superior a R\$ 55 milhões. Para o ano de 2011, o CFDD prevê a aplicação de cerca de R\$ 17 milhões em pelo menos 60 projetos, que já foram selecionadas dentre 764 propostas encaminhadas.

j) Defensoria Pública Geral da União (DPU)

A Defensoria Pública da União (DPU), cumprindo com sua função de assistir juridicamente as pessoas necessitadas, ampliou essa assistência de forma integral e gratuita a tal população. Encontra-se em efetiva implantação novas 22 unidades de atuação, que ficarão responsáveis por prestar assistência a mais de 20 milhões de pessoas que não podem pagar pelos serviços de advocacia.

Foram intensificados os projetos da DPU-Comunidade, DPU-Itinerante e DPU nas Escolas, pelos quais os defensores federais se deslocam até os grandes aglomerados urbanos, localidades de difícil acesso e escolas públicas para levar noções de cidadania, prestar esclarecimento sobre os direitos e deveres dos cidadãos e garantir o acesso à Justiça.





O quadro de defensores públicos federais foi reforçado com a posse de novos 141 profissionais aprovados no 4º concurso de ingresso na carreira e a instituição deverá, pela primeira vez, superar a casa de um milhão de atendimentos/ano em todo o País.

Em 2011 será instituído o programa de Residência Jurídica que prevê o pagamento de bolsas a bacharéis de Direito, a fim de auxiliar defensores públicos federais no cumprimento de suas atribuições previstas na Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994. Deverá ainda ser instalada a corregedoria e a ouvidoria da DPU.

Em 2010, por meio do Pronasci, foram realizados cursos de formação de multiplicadores para magistrados, bem como o primeiro Curso de Formação de Multiplicadores em Mediação e Técnicas Mediativas para advogados. Além dos cursos, foram capacitados mais de 300 magistrados.

Foi instituído o projeto Pacificar, de fomento à mediação nas faculdades de Direito, com o objetivo de implantar, fortalecer e divulgar a mediação como instrumento à ampliação do acesso e maior efetividade da Justiça, além de difundir a cultura da resolução não violenta de conflitos entre os futuros operadores do Direito.

k) Reforma do Judiciário e Democratização do Acesso à Justiça

Em continuidade às ações de implementação do I e II Pactos Republicanos de Estado por um sistema de justiça mais acessível, ágil e efetivo e priorizando a Democratização do Acesso à Justiça, destacam-se as ações:

- **Assistência Jurídica Integral ao Preso e Seus Familiares:** Em 2010 foi celebrado convênio com a Defensoria Pública de Minas Gerais, contemplando a criação de núcleos especializados que irão atender aos presos e familiares de todas as unidades prisionais do Estado. Considerando este convênio, já são 18 Estados contemplados nesta ação, com investimento total de R\$ 15 milhões. A Força Nacional da Defensoria Pública em Execução Penal, cujo objetivo é disponibilizar defensores públicos de todo o País em caráter voluntário já atuou em três Estados (MG, PE e SC), beneficiando 5.066 presos. Foram investidos R\$ 600 mil para viabilizar as ações da Força.
- **Efetivação da Lei Maria da Penha:** Em 2010, o Governo, por meio de convenios, investiu R\$ 7,4 milhões para implementação de nove Juizados e 18 promotorias e núcleos especializados do Ministério Público. Para 2011, o planejamento é implementar núcleos da Defensoria Pública, juizados e promotorias especializadas nas unidades da Federação que ainda não possuem estes serviços.
- **Justiça Comunitária:** Em 2010, foram assinados convênios para implementação de nove núcleos de Justiça Comunitária em nos Estados de Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo e Tocantins, com investimento equivalente a R\$ 3 milhões. A previsão para 2011 é investir recursos para implementação de 20 novos núcleos, priorizando a integração com as políticas públicas de Estados e Municípios, a exemplo das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) do Rio de Janeiro.
- **Capacitação de Operadores do direito em técnicas de mediação – projeto fortalecimento da mediação:** Em 2010 foram ampliadas as parcerias com tribunais regionais federais, tribunais de justiça dos Estados e com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Superior Tribunal de Justiça com vistas à realização de cursos de aperfeiçoamento em técnicas de composição e mediação de conflitos para magistrados.

Também foi realizado o 1º Curso de Formação de Multiplicadores em Técnicas de Mediação para Defensores Públicos, com a participação de 50 profissionais de vários Estados da Federação. Ao todo já foram capacitados mais de 1.000 operadores do Direito. Em





2011 pretende-se dar continuidade ao projeto capacitando magistrados e defensores públicos, bem como realizando os primeiros cursos para promotores de justiça.

Pretende-se também, em 2011, incluir novas ações de ampliação do acesso da justiça no Pronasci: Criação de Juizados do Torcedor (Copa do Mundo FIFA 2014); núcleos de Justiça Restaurativa; núcleos de atendimento à população em situação de rua (Defensoria Pública); e Depoimento Especial (Varas de Infância e Juventude).

Outra iniciativa será a criação do Portal dos Cartórios, que busca reformular o Cadastro Nacional de Cartórios, tornando-o um canal único de comunicação entre Governo Federal e serviços registrares de todo o País, facilitando a troca de informações e reduzindo seus custos. Será realizada ainda a informatização das bases de dados dos cartórios, obrigação criada pela Lei que instituiu o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

1) Assuntos Legislativos

No ano de 2010, a política legislativa no âmbito do Ministério da Justiça foi norteada por dois eixos principais: acompanhamento da agenda legislativa e democratização dos processos de elaboração normativa.

No ano de 2010 foram financiadas pesquisas sobre medidas de segurança, propriedade intelectual e conhecimentos tradicionais, dano moral, desenho de sistemas de resolução alternativa de disputas, regime jurídico dos bens da União, repercussão geral e o sistema brasileiro de precedentes, improbidade administrativa e cooperação jurídica internacional.

Foram ainda ampliadas as ações para a democratização do processo de elaboração normativa, por meio da utilização de ferramentas tecnológicas, para o desenvolvimento de processos de debates abertos sobre minutas de textos normativos de relevante interesse social. Neste sentido, foram iniciados os seguintes processos de discussão de textos normativos pela Internet:

- Marco Civil da Internet: anteprojeto de lei com vistas a reconhecer direitos dos usuários, estabelecer deveres para os intermediários, diretrizes para ações governamentais e princípios interpretativos relacionados à governança e uso da Internet no Brasil;
- Classificação Indicativa: debate sobre a atualização das portarias e revisão dos critérios que regem a matéria;
- Anteprojeto de Lei de proteção de dados pessoais: debate sobre proposta de anteprojeto de lei, buscando criar arcabouço legal efetivo para a proteção da privacidade e dos dados pessoais dos cidadãos.

Dentre as ações previstas para 2011, destacam-se atuação prioritária para aprovação do PL nº 3.443/08 – Lavagem de Dinheiro; PLS nº 150/06 – Crime Organizado; PLs 4633/09, 4634/09, 4635/09, 4636/09 e 4637/09 – Reforma Política; e PLs 4.857-A/2009 e nº 6.653/2009 – Igualdade de Gênero no Trabalho. Pretende-se também a conclusão do processo de elaboração do anteprojeto de lei sobre Marco Civil da Internet e do Estatuto dos Povos Indígenas, anteprojeto elaborado pela Comissão Nacional de Política Indigenista, entre outros.

O Projeto Pensando o Direito, que tem por objetivo fomentar a atividade acadêmica pelo financiamento de pesquisas na área do Direito, com caráter empírico ou multidisciplinar, sobre temas relevantes para a política e agenda legislativas, continuou suas atividades no ano de 2010. O projeto, realizado em parceria entre o MJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), não só aproximou o olhar das faculdades de direito ao processo legislativo, como colocou em discussão o próprio papel da academia no processo democrático brasileiro. Para 2011, pretende-se a institucionalização e ampliação do Projeto.





m) Combate à Lavagem de Dinheiro e Cooperação Jurídica Internacional

A fim de atender suas atribuições de articulador institucional e com a experiência adquirida pela sua atuação internacional, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) protagonizou proposta de aprimoramento da efetividade da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), foro nacional composto por mais de 60 órgãos dos três Poderes e do Ministério Público – pertencentes tanto à esfera nacional quanto estadual e municipal, além de instituições privadas.

No que se refere ao Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro, houve a inauguração de duas unidades – da Polícia Civil do Rio de Janeiro e da Polícia Civil de São Paulo; e a celebração de três novos acordos de cooperação para implantação de laboratórios nos Ministérios Públicos do Paraná e do Espírito Santo e na Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, este compartilhado com o Ministério Público do Estado.

Com relação ao fomento para o controle social sobre entidades do terceiro setor, no ano de 2010 aperfeiçoou-se a análise das prestações de contas das entidades sociais tituladas como de Utilidade Pública Federal (UPF), das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e das Organizações Estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil. A certidão de regularidade expedida pelo Cadastro Nacional de Entidades (CNEs/MJ) – sítio www.mj.gov.br/cnes – obteve ganhos de credibilidade e confiabilidade, passando a condicionar repasses de verbas públicas federais e municipais. A implementação do sistema gerencial do CNE/MJ, previsto para 2011, ampliará a transparência das informações das entidades sociais cadastradas.

No ano de 2010 foram iniciadas negociações bilaterais com Polônia e Japão em matéria de transferência de pessoas condenadas. Foram finalizadas negociações de acordos bilaterais em matéria de extradição com Áustria e Argélia. No âmbito multilateral, foi assinado o Acordo de Extradição Simplificada entre Brasil, Argentina, Portugal e Espanha.

n) Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

O Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP), aprovado por meio do Decreto nº 6.347, de 8 de janeiro de 2008, apresentou metas concretas para o cumprimento dos princípios, diretrizes e ações de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas e de atenção às vítimas.

Ao longo dos anos de 2007 a 2010, o Governo Federal firmou articulações com os entes federativos e organismos internacionais para ações mais efetivas de combate ao tráfico de pessoas.

No exercício de 2011, prevê-se a continuidade de articulações com entes federados e organismos internacionais e o desenvolvimento de ações de forma a tornar o combate a essa modalidade criminal uma política pública permanente e efetiva. Dentre essas ações, estão previstas: i) a divulgação de novos estudos e pesquisas sobre o tema; ii) a capacitação de 30 mil atores envolvidos, direta ou indiretamente, com o enfrentamento ao tráfico de pessoas; iii) o aprimoramento de novos instrumentos para o enfrentamento a este crime; iv) a elaboração do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; v) a realização de encontros nacionais anuais da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; e vi) a capacitação das entidades usuárias do módulo de monitoramento do Sistema de Informações referente ao enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

o) Combate à Pirataria

Guiado pelo Plano Nacional de Combate à Pirataria, o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP) dedicou sua atenção à articulação com Municípios para a implementação do Projeto Cidade Livre de Pirataria e





Feira Legal, tendo como fruto os planos de trabalho para viabilizar os acordos assinados com as prefeituras de São Paulo e Curitiba. Promoveu também a assinatura de um novo acordo com o Distrito Federal, sendo realizado o 1º Seminário de Capacitação para o Combate à Pirataria, alcançando cerca de 380 agentes públicos.

Em 2 de dezembro de 2010, o CNCP promoveu o lançamento da campanha “Brasil Original Compre Essa Atitude”, uma campanha pelo que é direito, em parceria com a Ancine, além de outras entidades que atuam na produção e exibição do cinema brasileiro.

Dentre os planos de ação previstos para 2011, destacam-se prioritariamente a estruturação, a implementação e o monitoramento do projeto Cidade Livre de Pirataria nos Municípios parceiros e a realização de novas parcerias essenciais à consecução do Plano Nacional de Combate à Pirataria.

Também para 2011 pretende-se realizar a divulgação e implementação do Diretório Nacional de Marcas – ferramenta que auxiliará todas as instituições repressivas das três esferas de Governo na identificação do representante da marca, o que possibilitará auxílio nos trâmites legais durante e após a apreensão de produtos falsificados, bem como a divulgação da campanha “Brasil Original Compre essa Atitude”.

p) Anistia Política

A Comissão de Anistia inovou na política de reparação às vítimas. Além de apreciar quase 67 mil pedidos de anistia, agregou uma gama de mecanismos de perfil simbólico: as Caravanas da Anistia – com julgamentos públicos da história e pedidos oficiais de desculpas às vítimas – e a implantação do Memorial da Anistia, para que reparação e memória sigam integradas, rumo à difusão das liberdades públicas e a defesa dos valores democráticos.

Nesse sentido, as principais ações realizadas no ano de 2010 resumem-se: i) em acelerar a apreciação administrativa dos mais de 67 mil requerimentos de anistia autuados com diminuição da média das indenizações concedidas aos anistiados, ajustando-as à realidade brasileira; ii) na realização de 47 Caravanas da Anistia com sessões públicas de julgamento nos locais onde ocorreram as perseguições; iii) no Projeto Marcas da Memória – História Oral da Anistia no Brasil que aponta a construção de ações gerais de preservação da memória histórica dos perseguidos e torturados; iv) na Chamada Pública nº 1, que envolve parcerias com a sociedade civil para realização de Projetos de Preservação, Divulgação e Formação Relativos à Memória da Anistia Política e do Processo de Justiça Transacional no Brasil; v) na realização de Audiências Públicas dando a oportunidade à sociedade de conhecer parte da história até então desconhecida; vi) na criação e publicação da Revista Anistia, do livro Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro e do Catálogo de Fotos dos 30 anos da Anistia e de diversos seminários e cursos no Brasil e exterior; e vii) no início da implementação do Memorial da Anistia Política do Brasil em Belo Horizonte (MG).

Para 2011, a Comissão de Anistia irá trabalhar na aprovação da estrutura regimental de cargos tanto para a Comissão de Anistia quanto para o Memorial da Anistia; na aprovação do Projeto de Lei de Acesso à Informação (PLC nº 41, de 2010); e na aprovação do PL 7.376/2010, que cria a Comissão Nacional da Verdade. Prevê-se ainda a inauguração do Memorial da Anistia Política do Brasil em Belo Horizonte e a realização de novas chamadas públicas com finalidade de resgatar e preservar a história política do País, assim como a preservação e disponibilização, por meio eletrônico, do Acervo sob a guarda da Comissão de Anistia.

Também é prevista para 2011 a publicação dos resultados de cursos e eventos internacionais promovidos. As Caravanas da Anistia devem continuar ampliando fortemente suas parcerias junto à sociedade civil. Finalmente, pretende-se concluir a análise de todos os processos protocolados no órgão até 2010 e promover esclarecimento público para que mais brasileiros acessem seu direito à reparação moral e econômica nos próximos anos, mantendo o protocolo da Comissão aberto a novos pedidos.





13. Prevenção Quanto ao Uso de Drogas

A condução da política sobre drogas no País consolida, de modo progressivo, a participação de diversos segmentos do Governo e da sociedade civil, fazendo convergir esforços frente aos contínuos desafios impostos pelo consumo e tráfico de drogas.

Em relação à formulação das respostas do Governo ao fenômeno das drogas, além das informações oriundas dos órgãos responsáveis pelo enfrentamento ao tráfico e delitos conexos, subsídios também relevantes são as tendências epidemiológicas reveladas pelos estudos diagnósticos produzidos junto à comunidade científica, parceria que também sustenta a ênfase na formação sistemática de recursos humanos qualificados para atuação na área.

Em 2010, respondendo às inquietações suscitadas pelo fenômeno do uso e tráfico do *crack*, o Governo instituiu o Plano Integrado de Enfrentamento ao *Crack* e outras Drogas, abrangendo diversas ações de caráter imediato e ações de natureza estruturante, contribuindo, sobremaneira, para a consolidação de uma agenda intersetorial no enfrentamento aos problemas relacionados ao uso e ao tráfico de drogas no País.

Para as ações imediatas foram destinados R\$ 410 milhões. Destacam-se aquelas voltadas à expansão e qualificação da rede de atenção integral aos usuários de *crack* e outras drogas, assim como o enfrentamento ao tráfico da droga em todo o território nacional, principalmente nos Municípios localizados em região de fronteira. As ações estruturantes, por sua vez, organizam-se em torno da integração de ações de prevenção, tratamento e reinserção social; diagnóstico da situação sobre o consumo do *crack* e suas consequências; campanha permanente de mobilização, informação e orientação; e formação de recursos humanos e desenvolvimento de metodologias de tratamento e reinserção social.

Com o intuito de garantir o alcance das estratégias já traçadas, para 2011 importa consolidar as ações previstas no âmbito do Plano Integrado de Enfrentamento ao *Crack* e outras Drogas, intensificando as estratégias preventivas no âmbito das escolas, da atividade judiciária e da comunidade, fortalecendo o enfrentamento ao tráfico nas áreas urbanas e regiões de fronteira. Ademais pretende-se ampliar as ações relacionadas com o tratamento e a reinserção social, acrescidas de intervenções específicas nas chamadas “cracolândias” e junto às comunidades vulneráveis, considerando a necessidade de construção de alternativas ao apelo da droga a partir da otimização das ações de base comunitária e fortalecimento da presença do Estado.

Por fim, no ensejo de fortalecimento dos laços de cooperação com os países vizinhos e consolidando o seu protagonismo regional no âmbito da cooperação internacional na área de drogas ilícitas, o Brasil seguirá coordenando, em parceria com a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) da Organização dos Estados Americanos (OEA), a implementação de um plano de enfrentamento ao *crack* na região do Cone Sul (Uruguai, Paraguai, Argentina, Chile e Brasil), a exemplo do que vem sendo implementado em nosso País.



